

**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente - CMDCA**



Relatório

**Diagnóstico da situação da criança e do adolescente
do município de Juazeiro do Norte-CE.**

**Juazeiro do Norte-CE
2023**

Ficha técnica

Iniciativa

Prefeitura de Juazeiro do Norte
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
Itaú Social

Realização do Diagnóstico

Universidade Federal do Cariri - UFCA
Prefeitura de Juazeiro do Norte

Equipe da Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Polliana de Luna Nunes Barreto - Coordenadora
Priscila Régis Cunha de Queiroz - Coordenadora Adjunta
Laís Guimarães Galvão - Pesquisadora Convidada
Francilda Alcantara Mendes - Assistente Técnica
Maria Consuelo Souto Mendes - Gestora Pública
Terezinha Matias da Silva Sousa - Secretária Administrativa
Danielly Pereira Clemente - Pesquisadora Bolsista
Jarles Lopes de Medeiros - Pesquisador Bolsista
Francisco Felipe Santos Ribeiro - Pesquisador Bolsista
Ramilis Rodrigues Chaves - Pesquisadora Bolsista
Justino Borges da Silva Neto - Pesquisador Bolsista
Eduardo Alves Santana - Pesquisador Bolsista

Equipe da Prefeitura de Juazeiro do Norte-CE

Tarciana Cardoso de Sousa - Assistente Social
Teresa Luisa S. F. Távora - Assistente Social
João Coelho Garcias Neto - Programador
Pedro Pereira Da Silva - Motorista

Revisão de texto

Francisca Lunara da Cunha Alcântara
Jarles Lopes de Medeiros

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

S622s

Diagnóstico da situação da criança e do adolescente do município de Juazeiro do Norte-CE. / Polliana de Luna Nunes Barreto - Priscila Régis Cunha de Queiroz - Juazeiro do Norte, 2023.

139f.:il.

1. Infante - juvenil 2. Relatório 3. Juazeiro do Norte - CE
I. Barreto, Polliana de Luna Nunes Barreto

CDD 346.810135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO	4
METODOLOGIA.....	6
1 UM OLHAR SOBRE JUAZEIRO DO NORTE	10
1.1 Localização	10
1.2 Juazeiro do Norte: breves aspectos históricos e econômicos	11
1.3 Sobre as romarias e as violações de direitos.....	16
1.4 Perfil populacional.....	17
1.5 Desenvolvimento humano e equipamentos públicos: uma análise situacional.....	18
1.5.1 Dos equipamentos	19
1.5.2 Desigualdade social a partir do Coeficiente de Gini	21
1.5.3 Relação geográfica entre o número de escolas e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).....	22
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: objetivos, princípios e diretrizes	38
2.1 Contextos de violação e vulnerabilidade em Juazeiro do Norte – CE: dados do Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará (CEMARIS 2021).....	43
3 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS EM JUAZEIRO DO NORTE: níveis de proteção e equipamentos.....	47
4 POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: o papel dos conselhos na assistência social para o público infantojuvenil	54

4.1 Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.....	54
4.2 Conselho tutelar.....	56
5 VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE- CE	59
5.1 Violações de direitos identificadas pelas equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dentro da Rede Municipal	60
5.2 Violações de direitos e ações de enfrentamento pelas equipes do CREAS	78
5.3 Demais equipamentos da rede de assistência social	83
6 O CUIDADO E A PROMOÇÃO DE DIREITOS: o que dizem as famílias?	85
6.1 A percepção dos pais e dos responsáveis	85
6.2 Perspectiva das crianças e dos adolescentes.....	91
7 CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO

A construção do Diagnóstico da Infância e Adolescência é uma diretriz nacional, determinada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que objetiva que os municípios estabeleçam uma avaliação sistemática da situação desse público, visando aproximar o poder municipal e a sociedade da realidade das crianças e adolescentes, a fim de estabelecer ações e políticas públicas embasadas nas reais necessidades, com planejamento a curto, médio e longo prazo. Segundo Chiavenato (2006, p. 96), num diagnóstico, a análise dos dados colhidos busca identificar problemas e suas consequências, estabelecer prioridades e atingir alvos e objetivos. É por isso que esse dispositivo tem ganhado força como instrumento de gestão em todo o país.

O diagnóstico que ora se apresenta é fruto de um projeto proposto pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA) de Juazeiro do Norte – CE, coordenado pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), com fomento oriundo do Itaú Social, viabilizado no âmbito do Edital Fundos da Infância e da Adolescência no período de maio de 2022 a abril de 2023, tendo como objetivo ser uma base norteadora nas avaliações das políticas para infância e adolescência, diagnosticando as fortalezas e os desafios enfrentados nesse âmbito e estabelecendo diretrizes e reflexões para o desenvolvimento de ações articuladas e efetivas. Desta feita, a fim de alcançar esse desiderato, as áreas de interesse tomadas como fundamentais para o dimensionamento ou avaliação da situação das crianças e dos adolescentes no município de Juazeiro do Norte são: educação, saúde, vínculos familiares, lazer, trabalho e violação de direitos.

Convém destacar que essas áreas de interesse, a análise dos dados e a execução do diagnóstico refletem os impactos da pandemia da covid-19 e as suas intensas mudanças provocadas na área social, visto que o país aderiu a medidas de isolamento a fim de conter o avanço da pandemia, mas que em contrapartida gerou o aumento da condição de vulnerabilidade das famílias. Conforme os dados da projeção do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2019, a população total do município seria de 274.207 residentes, dos quais 46.351 encontram-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita de até R\$ 89,00, segundo dados do CadÚnico. Contabiliza-se, portanto,

aproximadamente, 16,9% da população municipal vivendo nesta situação, desse total, 4.095 vivem no meio rural e 42.256 no meio urbano.

Segundo esses dados e o contexto pós-pandêmico que o país está vivendo, percebe-se a importância de políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos básicos e fundamentais com vista a amenizar a situação de vulnerabilidade social vivenciada por tantas famílias no município. Por isso, é fundamental conhecer a realidade desse público, suas necessidades e priorizar as mais urgentes, para que se possa desenvolver políticas públicas eficazes voltadas para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promovendo a garantia de direitos e a proteção integral.

Os estudos de diagnósticos são relevantes, tendo em vista as assimetrias na coleta de dados referentes à realidade aqui discutida. Ressalte-se que as ocorrências registradas nos equipamentos de proteção do município, tais como violência intrafamiliar, tanto física como psicológica; abuso e exploração sexual; negligência e abandono; trabalho infantil, dentre outros, são feitos isoladamente, não comportando um banco sistematizado de informações. A fragilidade na coleta e no tratamento de dados oficiais inviabilizam o desenvolvimento de políticas de efetivo combate às violações de direitos.

Por isso, a proposta de pesquisa consubstanciada nesse Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente tem o papel fundamental de orientar, formular, deliberar e exercer o controle social sobre as políticas públicas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente de Juazeiro do Norte. Sua realização, portanto, tem como escopo subsidiar o CMDCA e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução de políticas públicas e programas que contribuam para a melhoria e qualidade do atendimento a crianças e adolescentes residentes no município.

Nessa direção, a coleta e a análise de dados do presente diagnóstico buscaram: descrever o quadro de violações de direitos às crianças e aos adolescentes recebidos na rede de atendimento e Sistema de Garantias do município de Juazeiro do Norte; subsidiar o poder público com informações válidas para a construção de políticas públicas mais eficientes e criar diretrizes norteadoras da aplicação de recursos públicos.

Este diagnóstico está organizado em 6 seções, sendo a primeira construída com o objetivo de estabelecer um panorama histórico, econômico e demográfico do município, bem como demonstrar a estruturação e quantificação dos seus equipamentos públicos que visam o desenvolvimento humano. A segunda seção apresenta os objetivos, os princípios e as diretrizes da Política de Assistência Social no Brasil e traz o panorama regional da assistência através dos dados da CEMARIS. Em sequência, e de forma correlata, a terceira parte do diagnóstico mostra os níveis de proteção e os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Juazeiro do Norte-CE.

A quarta seção se dedica a descrever e analisar as atuações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar para a efetivação das políticas de assistência do público infantojuvenil do município. A quinta parte do diagnóstico aprofunda essa discussão, ao estabelecer uma sistematização dos dados relativos aos atendimentos realizados pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e de outros equipamentos sociais.

A sexta e última seção busca apresentar e refletir a percepção dos pais e responsáveis, bem como das crianças e adolescentes sobre os serviços de assistência social do município através dos dados coletados por meio dos questionários. Por fim, conclui-se este diagnóstico, buscando apontar novas diretrizes para o campo da assistência em Juazeiro do Norte com base nos dados coletados e nos diários de campo.

METODOLOGIA

A escolha da metodologia aplicada no presente estudo quanto à abordagem, às técnicas de coleta e de análise foram feitas tendo como diretriz norteadora a dialogicidade necessária para a construção de um diagnóstico que goze de legitimidade em consonância com a ampla participação de órgãos, agentes e sujeitos protagonistas da realidade estudada. Por isso, a metodologia conjuga um caráter qualitativo sem renunciar à observação dos dados quantitativos que são necessários para uma compreensão mais geral referente às violações de direitos. Desta feita, destacam-se três recortes relevantes para a pesquisa: a definição do lócus, o período de

coleta e as características dos sujeitos respondentes dos instrumentos de coleta de dados primários.

Inicialmente, catalogou-se o universo dos órgãos que compõem a rede de assistência social que atuam nas garantias de direitos de crianças e adolescentes, identificando nessa etapa o número de dez CRAS no município de Juazeiro do Norte. Como esse equipamento é considerado a principal célula de atendimento direto à comunidade destinatária da assistência social, é a partir de suas áreas de atuação que se definiu o lócus da pesquisa. Assim, mapeou-se o município em dez áreas de abrangência, e em cada área coletou-se os dados primários necessários à elaboração do diagnóstico.

Não foi realizada técnica de amostragem, tendo sido contactados todos os órgãos de assistência municipal e realizadas visitas técnicas para produção de diário de campo, bem como a aplicação de formulários para coleta de dados referentes aos atendimentos realizados entre 2021 e 2022. O universo desses órgãos foi composto por: Secretaria de Esporte e Juventude, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Conselhos Tutelares I e II, Unidade de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Coordenação das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI), Núcleo de Diversidade de Gênero (NUDGE), Núcleo de Educação e Promoção para Igualdade Racial (NEPIR), Vigilância Socioassistencial, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, Coordenação Cadastro Único (Anexo 1 – siglas e finalidade de cada órgão)

A coleta dos dados qualitativos de natureza exploratória, privilegiando a compreensão das práticas institucionais realizadas pelos órgãos que compõem essa rede de atendimento, deu-se a partir de solicitações formais sobre a atribuição e funcionamento desses órgãos, informações sobre o quantitativo dos atendimentos e indicações sobre as ações desenvolvidas por setores e profissionais da assistência social. Desse modo, a abordagem qualitativa permitiu descrever, entender e explicar a situação de crianças e adolescentes na cidade de Juazeiro do Norte no que diz respeito à garantia de direitos desses indivíduos a partir de dados descritivos.

Paralelamente, foram realizados, ainda, levantamentos de forma ocasional, sem continuidade ou periodicidade, buscando apresentar de maneira quantificada elementos acerca da condição de vida e possíveis violações de direitos de crianças e jovens juazeirenses. Foi também realizado o levantamento de documentação indireta, abrangendo material bibliográfico

e documental, por meio da legislação doméstica, literatura especializada acerca da política de assistência e garantia de direitos de crianças e adolescentes e dos bancos de dados institucionais dos órgãos que compõem a rede de atendimento. Desse modo, a presente pesquisa tem abordagem mista, consistindo na combinação de abordagens quantitativa e qualitativa.

Em síntese, a análise partiu da observação cruzada dos dados secundários (informações colhidas nos equipamentos de atendimento a esse público) com os dados primários (coletados via questionários). Sendo os questionários aplicados de maneira presencial, visando atingir o maior número de pessoas em áreas geográficas onde estão localizados os CRAS dentro da Rede Municipal de Juazeiro do Norte, cuja divisão territorial propiciou a organização das atividades da equipe.

Desta feita, para identificar o cenário de possíveis violações contra crianças e adolescentes de maneira direta, aplicaram-se os questionários a quatro grupos distintos na cidade de Juazeiro do Norte ao longo do ano de 2022, a saber:

GRUPO 1 - Crianças e adolescentes na faixa etária de 9 a 18 anos incompletos, abordados de modo presencial.

GRUPO 2 - Tutores legais responsáveis por crianças e jovens na faixa etária abordada pela presente pesquisa, também abordados de maneira presencial.

GRUPO 3 e 4 - Profissionais da assistência social e da educação básica, respectivamente, abordados de forma remota via ofício.

Na conformação do campo de pesquisa, identificou-se o universo de 72 escolas da rede pública de educação que possuem as séries que compõem o ensino fundamental I, II e médio. Dentre essas 72 instituições, destacamos, para fins de aplicação dos instrumentos de pesquisa, as 10 escolas que apresentaram maior distorção idade-série segundo dados do Inep (2021)¹. Desse total de 10 escolas, 5 delas são administradas pelo poder público municipal e 5 pelo poder público estadual, a preocupação, portanto, em inserir na amostra escolas ligadas às duas instâncias administrativas tem como objetivo acessar os sujeitos da pesquisa (criança/adolescente) dentro da faixa-etária de 9 a 18 anos incompletos definida na metodologia.

¹ Taxas de Distorção Idade-série (INEP, 2021).

Esse indicador sinaliza uma situação de atraso escolar que se apresenta de modo preliminar como um problema educacional a ser enfrentado para efetivação do direito à educação. Tendo em vista essa informação, foi aplicado questionário com os grupos 1 e 2, com um número de respondentes elaborado por meio de método amostral não probabilístico, levando em conta as especificidades de cada comunidade escolar receptiva aos pesquisadores.

A viabilidade técnica para aplicação dos referidos questionários transcorreu através da plataforma *Survey Monkey* em virtude de ser um sistema confiável, prático, diverso e disponível na *web* 100% *online*; com mais de 20 milhões de usuários ativos no mundo, possibilitando criar formulários com funcionalidades prontas para uso e disponibilizando as informações para análise via gráfico. Apesar da ausência de um plano customizado, contendo o módulo de aplicação *offline* de formulários e a dificuldade de interpretação nos dados gerados pela exportação, a plataforma ainda atendeu às necessidades da pesquisa, cuja carência foi contornada com a utilização de ferramentas como o *Google Sheet* e a *PowerBI*, pois o plano com menor custo que contempla tal funcionalidade não é compatível com projetos de orçamento previamente definido.

Ressalta-se, ainda, que, para aplicação dos instrumentos, foram observados de forma irrestrita todos os princípios constantes na Resolução n.º 433/2012/CNS e Resolução n.º 510/2016/CNS. Em respeito ao art. 12 da res. n.º 510/2016/CNS, apresentou-se justificativa da escolha de crianças e de adolescentes como sujeitos da pesquisa para fins de aprovação pelo sistema CEP/CONEP URCA. Bem como, nesse caso, foi obtido o assentimento do participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia, de acordo com a sua capacidade. Procedendo o devido registro, conforme o art. 15 da mesma resolução.

Por fim, essas escolhas metodológicas viabilizaram o mapeamento da rede que oferta a garantia de direitos fundamentais; o mapeamento da população infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade por meio de busca ativa dessas crianças e adolescentes na rede de assistência social e na rede pública de ensino; o acompanhamento dos fluxos de encaminhamento dos casos de criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou violência do CREAS, Conselho Tutelar e Juizado da Criança e do Adolescente; a aplicação do formulário; a sistematização e a

tabulação das informações; e, por fim, a análise dos resultados, que será apresentada neste diagnóstico.

1 UM OLHAR SOBRE JUAZEIRO DO NORTE

1.1 Localização

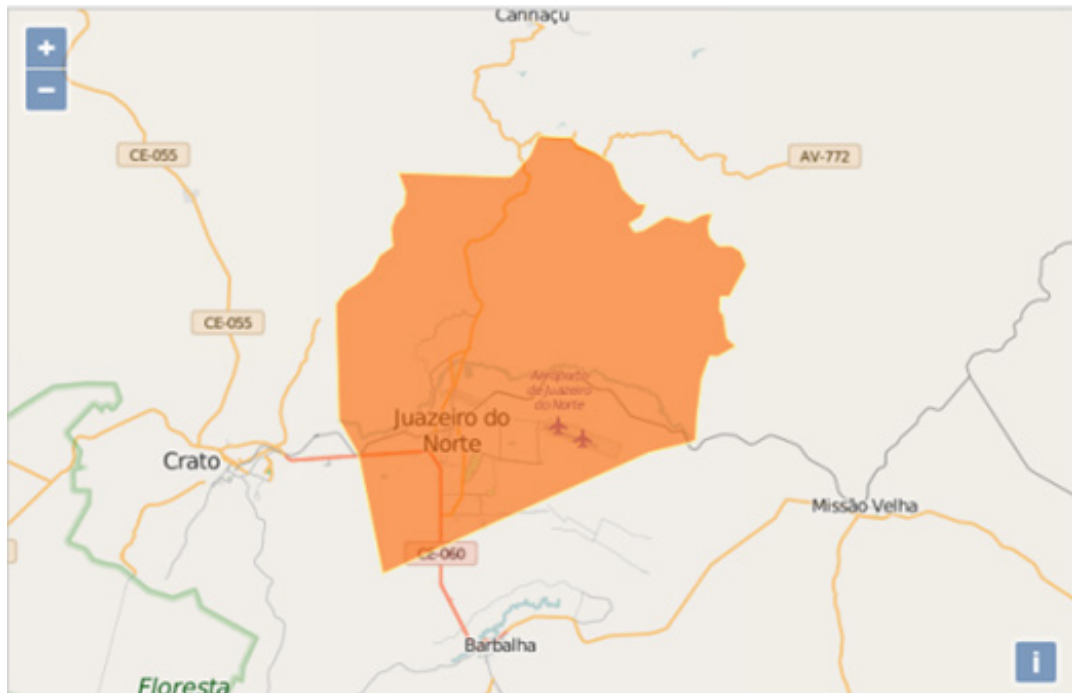
Juazeiro do Norte (Figura 1) é um território localizado no interior do estado do Ceará, mais precisamente no sul da Mesorregião cearense, fazendo parte também da Região Metropolitana do Cariri (RMC), a 492 km da capital Fortaleza. Frisa-se que a RMC foi criada por meio da Lei Complementar n.º 78, de 26 de junho de 2009, sendo composta por 29 municípios, sendo eles: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

O Cariri se constituiu como região metropolitana tanto para diminuir as diferenças econômicas e sociais entre a capital e o interior como, também, em virtude de ser a segunda região urbana mais expressiva do estado devido à conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominada de CRAJUBAR.

No sentido econômico, a região do CRAJUBAR possui considerável centralidade, devido ao histórico das cidades e às políticas estaduais pensadas para o desenvolvimento e crescimento do Cariri. A metropolização de Juazeiro do Norte com as cidades vizinhas de Barbalha e Crato se justifica devido à vasta oferta de serviços públicos e privados e a uma diversificação comercial e industrial, impulsionadas pelo turismo religioso.

De acordo com o IBGE (2021), a população residente em Juazeiro do Norte é de 278.264 habitantes, com espaço territorial equivalente a 248,832 km² e a densidade demográfica de 1.004,45 (hab/km²). Desta feita, observa-se que esse município é o principal núcleo urbano da Região Metropolitana do Cariri, haja vista que 96,1% de sua população reside na zona urbana.

Figura 1 – Localização do município de Juazeiro do Norte no estado do Ceará



Fonte: PDM, 2022.

1.2 Juazeiro do Norte: breves aspectos históricos e econômicos

O espaço territorial de Juazeiro do Norte-CE foi palco de acontecimentos que marcaram as dinâmicas econômicas e sociais da região, os quais possibilitaram que essa cidade se tornasse uma referência no sul do Ceará em setores como a indústria e os serviços.

O município teve sua emancipação política no ano de 1911, quando deixou de ser o distrito Tabuleiro Grande, pertencente ao município de Crato, e recebeu a qualificação de vila Juazeiro, com a posterior criação e anexação, no mesmo ano, do distrito do Horto. Em 1914, foi elevada à condição de cidade por meio da lei n.º 1.178, de 23-07-1914. Contudo, somente em 1943, por meio do decreto estadual nº 1114, de 30-12-1943, o município passou a ser nominado por Juazeiro do Norte, de acordo com o IBGE.

A emancipação do município adveio, principalmente, do protagonismo do Padre Cícero Romão Batista, que posteriormente se tornou o primeiro prefeito da cidade. Alguns acontecimentos que foram considerados milagrosos, como o caso da beata Maria de Araújo, foram de fundamental importância para que acelerassem as transformações

políticas e econômicas no município, como o aumento populacional devido às constantes migrações (DELLA CAVA, 1985). É em virtude disso que Juazeiro do Norte permanece até a atualidade sendo destaque no turismo religioso.

O conhecido “milagre da hóstia” ocorre após Padre Cícero se firmar no Juazeiro, conquistando o apreço da população por suas virtudes e por trazer a religiosidade e a conversão para a população que ali residia, conforme Della Cava (1985). Segundo este autor, Padre Cícero fundou uma irmandade, na qual recrutou mulheres solteiras para participar na condição de beatas, dedicando suas vidas à oração e à obediência, dentre as quais estava incluída a beata Maria de Araújo. Assim, em 1º de março de 1889, na missa em honra ao Sagrado Coração de Jesus, tradicional da sexta-feira, a beata Maria de Araújo, que participava da celebração, no momento da comunhão, recebeu a hóstia das mãos do Padre Cícero, que se transformou em sangue.

No catolicismo popular, acredita-se que esse sangue é de Jesus. Tal acontecimento se repetiu durante dois meses. Em vista disso, em um contexto de pós-abolição no Brasil, pessoas passaram a ir para Juazeiro do Norte, movidas pela fé e pela curiosidade, e assim surgiram as primeiras peregrinações, de onde derivaram-se as romarias que ocorrem até a atualidade, cada ano atraindo mais devotos à terra do Padre Cícero.

Por consequência, no século XX, é possível observar um volume considerável de investimentos na Região do Cariri e, principalmente, no município de Juazeiro do Norte. Sobre esta questão, podemos citar: O Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos (PROURB), o Projeto Cidades do Ceará 1 – Cariri Central e o Projeto Asimow. As intervenções do governo federal e estadual visavam o município de Juazeiro do Norte por sua dinâmica urbana, importância estratégica regional e seu arranjo populacional.

O PROURB foi implementado por meio de uma parceria dos governos estadual e federal e o Projeto Cidades do Ceará 1 – Cariri Central por meio da parceria do Governo do Estado do Ceará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses projetos visavam estimular o fortalecimento dos centros urbanos do interior do estado, via criação e requalificação de infraestruturas, para ampliar a oferta de empregos e serviços no município.

O Projeto Asimow, também de iniciativa do Governo do Ceará, foi implementado no Cariri para reforçar as políticas de desconcentração econômica e de desenvolvimento regional. O projeto, após pesquisas e análises, implementou várias indústrias na região do CRAJUBAR, das quais duas foram direcionadas a Juazeiro do Norte, quais sejam: IESA — fabricação de máquinas de costura, rádios e motores elétricos; e LUNA — fabricação de calçados. Essa iniciativa, embora inicialmente não tenha alcançado o êxito esperado, foi fundamental para incentivar o processo de conurbação e os movimentos pendulares entre o CRAJUBAR e ampliar a influência econômica exercida pelo município de Juazeiro do Norte sobre municípios de estados vizinhos.

A cidade de Juazeiro do Norte, no final do séc. XX e início do séc. XXI, também se consolida como polo de educação superior, cujo título, anteriormente, pertencia ao Crato, por sediar a Universidade Regional do Cariri (URCA). Isto porque, após a criação de outros *campi* da URCA, a instalação do *campus* Cariri da Universidade Federal do Ceará (UFC), que veio a se tornar UFCA, em 2013, o estabelecimento da Faculdade de Tecnologia do Cariri, a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *campus* Juazeiro do Norte e o aumento da oferta privada de cursos superiores, Juazeiro do Norte tornou-se o polo universitário do Cariri.

Um dos fatores importantes para o aumento da oferta de ensino superior em Juazeiro do Norte, como em todo o Brasil, foi o Programa de Reestruturação Universitária (REUNI), implementado por meio do Decreto n.º 6.09624/04/2007, que visava a reestruturação das universidades em todos os âmbitos, bem como a criação de novas universidades e institutos de educação superior. Nesse contexto, foi possível observar na Região Metropolitana do Cariri (RMC), principalmente nos municípios de Crato, Juazeiro e Barbalha, um crescimento no número de instituições de ensino superior (IES), como também na oferta de cursos, recebendo um quantitativo 49 cursos do ano de 2002 para 2009, como afirma Barreto (2012).

Ao lançar um olhar sobre a organização econômica do município de Juazeiro do Norte, podemos perceber a interferência de atividades como agricultura, indústria e serviços no desenvolvimento local, considerando suas potencialidades e fragilidades.

A agricultura, conforme os dados do Plano Diretor Municipal (2022), está limitada à área de 1.568 hectares de produção agrícola temporária, da qual 90,31% são

destinados à agricultura familiar. Conta-se com um total de 1.342 estabelecimentos de agricultura temporária, dos quais 1.331 são pertencentes ao ramo da agricultura familiar, o que se infere um quantitativo de 99,18%, segundo o censo agropecuário de 2006. Quanto ao tipo de cultivo, Dias Silva e Viana da Silva (2012) consideram as seguintes produções do ano de 2006: 1.249.486 kg de produção de arroz; 190.324 kg de produção de feijão; 40.295 kg de produção de mandioca; e 756.145 kg de produção de milho. Desses produtos, feijão e milho são produzidos em maior quantidade pela agricultura familiar e arroz e mandioca da agricultura não familiar.

O setor industrial está relacionado especialmente ao segmento calçadista. De acordo com dados contidos no PDM (2022), o município possui um quantitativo de 342 empreendimentos. As empresas desse segmento geralmente estão localizadas nos bairros Salesianos, Centro e Franciscanos. Esse ramo é predominante nas negociações internacionais e, segundo os veículos de comunicação, é o setor com maior número de exportações do município.

Outro segmento de grande relevância em Juazeiro do Norte é o setor da construção civil, contendo 421 empresas instaladas. A concentração desses estabelecimentos, em sua maioria, é nos bairros Lagoa Seca, Centro e São José. Apesar de nos últimos anos esse segmento experimentar um panorama de constantes decréscimos, no ano de 2020 foi possível observar um crescimento nesse cenário, sinalizando a possibilidade de mudanças, ainda que de forma descontínua.

O setor alimentício também tem grande relevância no desenvolvimento econômico, sobretudo em virtude de sua associação com o turismo. Com base nos dados do PDM (2022), conclui-se que o município conta com uma média de 1.864 empresas. Os bairros Centro e Salesianos concentram a maior parte das empresas desse ramo. Contudo, ao longo dos últimos anos, tem se erigido no bairro Lagoa Seca um polo gastronômico e de lazer que tem comportado um apanhado de bares e restaurantes que movimentam a vida noturna da cidade.

Ao observar a oferta de serviços financeiros, segundo dados do IBGE (2021), Juazeiro do Norte ocupa o 2º lugar do *ranking* do estado do Ceará, contando com a presença de 12 agências e 59 empresas de serviços financeiros. Geralmente, esses serviços estão concentrados na parte central da cidade, nos bairros Centro e Salesianos,

porém alguns outros bairros ofertam esses empreendimentos, como o bairro Lagoa Seca. Além disso, tendo em vista a economia da cidade, esse mercado movimentou mais de 1 bilhão de reais em Juazeiro do Norte no ano de 2020 (PDM, 2022).

Segundo dados do PDM (2022), o mercado varejista é destaque na economia da cidade, estando presente em praticamente todo o território. Todavia, os bairros com maior incidência desse mercado são Centro e Salesianos, embora os bairros Pirajá, São José, Lagoa Seca e Triângulo nos últimos tempos tenham alcançado destaque nesse segmento. Totalizando, Juazeiro do Norte comporta cerca de 7.308 estabelecimentos do ramo varejista, dos quais 4.406, aproximadamente 60%, pertencem a microempreendedores individuais.

O setor de serviços é variado, segundo o PDM (2022), a economia do município conta também com um conjunto de empreendimentos voltados para outro segmento dominante na economia juazeirense, qual seja: o ramo do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, cujos estabelecimentos, em sua maioria, são localizados nos bairros Salesianos, Santa Tereza e São José. Essa atividade é estrategicamente importante para o município, visto que o estado do Ceará detém a segunda maior frota de veículos da Região Nordeste, ficando atrás somente da Bahia e, neste caso, Juazeiro do Norte ocupa a segunda posição no *ranking* cearense, ficando atrás apenas da capital Fortaleza (IBGE, 2021)

Por fim, ao considerar o indicador econômico do Produto Interno Bruto (PIB), Juazeiro do Norte figura como a única cidade do interior que, mesmo após oscilações econômicas, em 2019 manteve-se em 4º lugar do *ranking* estadual, com um PIB de R\$ 4,87 bilhões. Desse total, R\$ 2,98 bilhões são provenientes do ramo de serviços, que é estimulado pelo turismo religioso, que, por sua vez, impulsiona os segmentos de comércio, transporte, alimentação, lazer e hospedagem. Contudo, ao analisar o PIB *per capita*, o município ocupa a 18ª posição no *ranking* estadual, justificado pelo quantitativo da população, que é de aproximadamente 278.264, segundo o IBGE (2021), sendo o 3º município mais populoso do estado.

1.3 Sobre as romarias e as violações de direitos

As romarias que ocorrem em Juazeiro do Norte atraem muitos devotos para a localidade durante, praticamente, todo o ano. Isso porque o município possui um ciclo de onze romarias que ocorrem em diversos períodos do ano. A saber: Celebração em memória da morte da Beata Maria de Araújo, no dia 17 de janeiro; Romaria de São Sebastião, de 18 a 20 de janeiro; Romaria de Nossa Senhora das Candeias, de 29 de janeiro a 2 de fevereiro; Semana do nascimento do Padre Cícero, 24 de março; Romaria da Semana Santa, sem data fixa; Romaria em memória da morte do Padre Cícero, 20 de julho; Romaria de Nossa Senhora das Dores, 10 a 15 de setembro; Romaria de São Francisco, 24 de setembro a 5 de outubro; Romaria de Finados, 29 de outubro a 2 de novembro; Ordenação do Padre Cícero, 30 de novembro; e Romaria do Ciclo Natalino, 23 de dezembro a 6 de janeiro.

As romarias elencadas acima têm impacto direto na economia do município, porque além dos romeiros, trazem investidores para a região, aumentando a arrecadação da receita municipal, com estímulo nos setores de transporte, hospedagem e alimentação. Contudo, a falta de infraestrutura adequada para receber o grande fluxo de romeiros causa o agravamento de problemas públicos durante esse período, dos quais destacam-se: o aumento do comércio irregular nas ruas, dificultando a mobilidade; e o crescimento do fluxo de veículos, causando transtornos no trânsito.

Por conseguinte, em épocas de romarias também se testemunha com maior frequência o uso do trabalho infantil. Nessa senda de violações de direitos, observa-se crianças e adolescentes comercializando produtos em locais onde há grande concentração de pessoas, como também nos sinais de trânsito, fazendo malabarismos, revendendo bombons ou mesmo pedindo esmolas. Por isso, nesses períodos, o poder público municipal de Juazeiro do Norte, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST), tem atuado no combate ao trabalho infantil há alguns anos, realizando abordagens estratégicas, informando e conscientizando principalmente os romeiros a respeito da importância do combate ao trabalho infantil.

Afinal, o trabalho infantil é definido como atividades trabalhistas realizadas por crianças e adolescentes em idade inferior à permitida pela legislação nacional, que viole os direitos fundamentais garantidos a eles, seja com ou sem remuneração, contínuo ou

temporário, segundo afirma as convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No Brasil, a idade mínima para trabalhos, em que o adolescente ou jovem não esteja submetido a violações de direitos, é de 16 anos, com exceção do jovem aprendiz, em que a idade mínima diminui para 14 anos. Ademais, segundo o ECA, é proibido trabalho noturno, insalubre ou perigoso, e que afete o desenvolvimento psíquico, moral ou social da criança e/ou adolescente.

O trabalho infantil, na atualidade, é observado, frequentemente, em atividades informais, na agricultura familiar, no aliciamento pelo tráfico de drogas e no trabalho doméstico (UNICEF BRASIL *et al.*, 2022). Em virtude disso, a forma mais convencional de se combater essas violações, ainda que os resultados só apareçam a longo prazo, são: investir nos primeiros anos de vida das crianças; manter e acompanhar crianças e adolescentes nas escolas; fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA); e, por fim, possibilitar a inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

1.4 Perfil populacional

Para compreensão do perfil populacional da população de Juazeiro do Norte-CE, buscamos informação no Censo IBGE (2010) e Plano Diretor Municipal (PDM, 2022). O perfil populacional da cidade de Juazeiro do Norte apresenta algumas características peculiares. De acordo com os dados do IBGE (2010), a maioria da população é formada por pessoas com idade entre 20 e 39 anos, cerca de 60% dos habitantes têm idade inferior a 30 anos, o que indica uma cidade com uma população relativamente jovem e em idade produtiva.

O município também apresenta uma forte presença de mulheres em seu quadro populacional, com uma proporção de 52% de mulheres para 48% de homens. Tal predominância feminina, em alguma medida, reflete o desenvolvimento de Juazeiro do Norte com um importante centro de artesanato, onde as mulheres são responsáveis por grande parte da produção e venda de peças artesanais.

Além disso, a cidade tem uma população bastante diversa em termos étnicos e raciais, a maioria da população é parda, em torno de 58%, seguida por branca (33%) e preta (8%), de acordo com censo do IBGE (2010).

Em 2020, Juazeiro do Norte apresentava algumas características socioeconômicas específicas, isso porque o salário médio mensal na cidade era de 1,7 salários mínimos, ou seja: em média, os trabalhadores de Juazeiro do Norte recebiam cerca de 1,7 vezes o valor do salário mínimo vigente na época. Contudo, em termos de ocupação laboral, a proporção de pessoas ativamente empregadas em algum tipo de trabalho remunerado em relação à população total era de apenas 19,7%.

Ao comparar Juazeiro do Norte com outros municípios do estado do Ceará, a cidade ocupava a 45º posição de 184 municípios em relação ao salário médio mensal e a 11º posição em relação à proporção de pessoas ocupadas. Esses números sugerem que, em comparação com outras localidades dentro do estado, Juazeiro do Norte estava relativamente mais bem posicionada em termos de salário médio e taxa de ocupação.

No entanto, ao realizar uma comparação nacional, a situação de Juazeiro do Norte era menos favorável. Quando comparada a todas as cidades do país, a cidade ocupava a posição 3.792 de 5.570 em relação ao salário médio mensal e a posição 1.425 de 5.570 em relação à proporção de pessoas ocupadas. Essas posições indicam que, em nível nacional, Juazeiro do Norte apresentava um desempenho inferior em termos de salário médio e taxa de ocupação.

1.5 Desenvolvimento humano e equipamentos públicos: uma análise situacional

Esta seção tem como escopo analisar o espaço público suscetível de ocupação por crianças e adolescentes e o desenvolvimento das funções sociais da cidade, que tem como diretriz a garantia do direito a cidades sustentáveis, incluindo o direito à infraestrutura urbana e o direito ao lazer, de acordo com o art. 1º da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001). Desta feita, a análise do espaço urbano, entendendo suas diversas formas e seus usuários, possibilita a compreensão, resolução e mitigação dos problemas sociais contemporâneos.

Os elementos aqui observados foram identificados por meio de uma pesquisa de caráter documental, na qual buscou-se examinar a rede de equipamentos públicos do município. Explorou-se, também, o índice de Gini referente a esse território, visando elaborar uma compreensão acerca da realidade social. Objetivamente, o escopo foi identificar a existência e a localização de equipamentos públicos que constituem os componentes físicos básicos para a existência de um bairro ou de um município que

possibilite a garantia do bem-estar social e do direito à cidade. Até porque “ter direito à cidade significa poder usufruir das vantagens, dos serviços e oportunidades oferecidas pelas boas localidades do sistema urbano” (TRINDADE, 2012, p. 149).

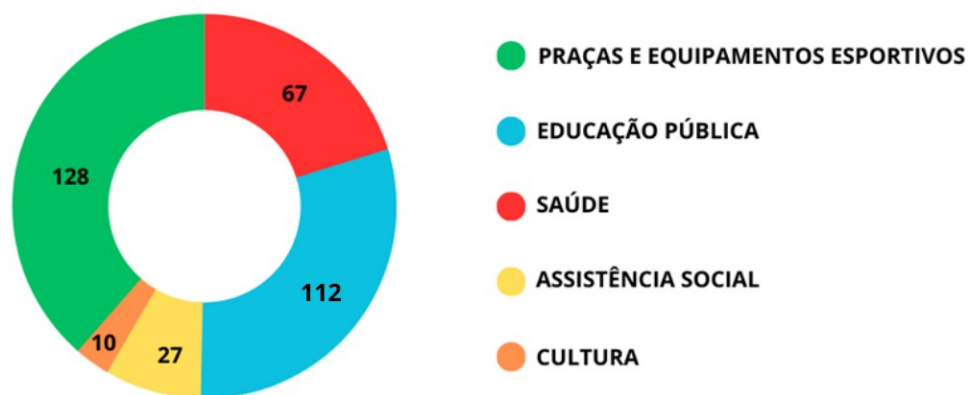
Logo, a carência desses equipamentos mostra a fragilidade na qual alguns grupos sociais podem estar inseridos. Por outro lado, ao observar a perspectiva da desigualdade social por meio do coeficiente de Gini, estabeleceu-se um quadro comparativo que proporcionou uma síntese entre a disposição dos equipamentos, a desigualdade social e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

1.5.1 Dos equipamentos

O levantamento dos equipamentos foi feito através das leituras técnicas e comunitárias do município de Juazeiro do Norte, realizado pela equipe de revisão do Plano Diretor do Município de 2022 (PDM), a partir da análise de cinco grupos de equipamentos, sendo eles: saúde, praças e esportes, cultura, assistência social e educação. Devido a algumas inconsistências nos dados obtidos, a equipe de pesquisa precisou fazer uma revisão dos equipamentos junto às secretarias responsáveis por cada área.

Na figura a seguir, temos a quantidade de equipamentos por área de atuação considerando o território do município de Juazeiro do Norte.

Figura 2 – Quantidade de equipamentos por área



Fonte: autor.

Na área da saúde, foram identificados 67 equipamentos municipais e 1 estadual, sendo: 2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 1 Centro de Dermatologia, 1 Centro de Zoonoses, 1 CEO municipal, 1 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), 1 Clínica Monteneuro, 1 Policlínica Municipal (Estefânia), 1 Pronto Socorro Infantil do Cariri, 2 hospitais e 57 Unidades Básicas de Saúde no âmbito municipal e o Hospital Regional do Cariri no âmbito estadual.

No que tange a praças e equipamentos esportivos, o município conta com 69 praças, 5 complexos esportivos, 1 estádio conhecido por arena Romeirão, 15 academias populares, 13 campos esportivos, 2 pistas de *skate* e 23 quadras.

Em relação aos equipamentos culturais, o município não respondeu à solicitação da listagem, nesse sentido, a equipe de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM, 2022) fez um levantamento *in loco*, onde foram encontrados 10 equipamentos, sendo eles: 2 teatros, 1 anfiteatro, 1 Núcleo de arte, educação e cultura Marcus Jussier, 2 museus, 1 centro cultural Mestre Noza e 1 biblioteca municipal.

Na área da assistência social, foram identificados no sítio² eletrônico da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte 27 equipamentos/ações relativas à assistência social, sendo estes: Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI), Bolsa Família, Unidade de Acolhimento, Casa do Povo, Central de Libras, Centros de Referência Especializado para a População em situação de Rua, CREAS, Centro de Referência do Idoso (CRI), Centro de Referência da Mulher (CRM), PAA e banco de alimentos, Polo de convivência Dra. Rosiane Limaverde, Pousada Social, Restaurante Popular, CRAS, Conselho Tutelar, Centro de apoio aos romeiros e Cozinhas Comunitárias.

Na educação pública, foram identificadas por meio do sítio da Prefeitura Municipal 97 equipamentos de administração municipal, sendo: 58 escolas municipais de ensino infantil e fundamental (EMEIF/EMEF), 29 escolas de educação infantil (EMEI), 5 centros de educação infantil (CEI), 3 escolas de educação infantil conveniadas, 1 escolas de saberes e 1 escola de educação ambiental.

² Disponível em: <https://www.juazeironorte.ce.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2023.

O município também conta com 15 equipamentos educacionais de administração estadual, estes sendo: 2 escolas estaduais de ensino fundamental e médio (EEFM), 3 escolas estaduais de educação profissional (EEEP), 4 escolas de ensino médio em tempo integral (EEMTI), 3 escolas estaduais de ensino médio (EEEM), 1 centro de educação de jovens e adultos (CEJA), 1 centro cearense de idiomas (CCI) e 1 colégio da polícia militar (CPM). Além disso, há atuação das entidades SESC, SENAI e SENAC no campo educacional. O número de 112 equipamentos não contempla as entidades do Sistema S.

A partir desse levantamento, foi constatada uma carência na oferta de equipamentos no município, principalmente no que se refere a espaços públicos de promoção à cultura. Dentre as 10 áreas de abrangência, 6 delas não apresentam nenhum equipamento cultural, que são fundamentais para o desenvolvimento humano. Segundo Miranda (2010), a cultura é uma ferramenta de transformação humana e de aproximação entre as pessoas, possibilitando o reconhecimento da diferença como algo positivo e como componente fundamental para a construção da igualdade na diversidade.

1.5.2 Desigualdade social a partir do Coeficiente de Gini

Para análise da desigualdade social, utilizou-se o Índice de Gini, uma ferramenta usada para medir o nível de concentração de renda em uma determinada população, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. A variação do índice é entre 0 e 1, na qual 0 (zero) indica que todos têm a mesma renda e 1 (um) sinaliza que a renda é formada por uma única pessoa.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o índice de Gini da renda familiar per capita no âmbito nacional era de 0,61, na Região Nordeste era 0,63 e no Ceará era de 0,62. Porém, o município de Juazeiro do Norte diferencia-se um pouco desse cenário em virtude de o referido índice baixar para 0,55.

Analisando a Região Metropolitana do Cariri, verificou-se que 15 municípios apresentaram um coeficiente menor do que Juazeiro, sendo Penaforte o município com o menor índice, qual seja: 0,46. Crato e Barbalha, municípios que integram o triângulo CRAJUBAR, tiveram, respectivamente, um coeficiente de 0,57 e 0,52, o que demonstra uma certa simetria da população das três principais cidades da região. Em contrapartida,

apesar de estar abaixo da média nacional, o município está muito distante da média dos três países, que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), lideram o *ranking* do IDH, tais como a Noruega (0,957), Suíça (0,955) e Irlanda (0,955), que apresentam os respectivos índices de Gini: 0,25; 0,29; e 0,31. Já o IDH do Brasil, do Ceará e de Juazeiro, são, respectivamente, 0,765, 0,735 e 0,694. Nesse sentido, percebe-se uma relação de causalidade entre os indicadores, em que quanto menor a taxa de desigualdade, maior o nível de desenvolvimento humano.

1.5.3 Relação geográfica entre o número de escolas e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

Nesta seção, busca-se estabelecer uma relação territorial entre os CRAS e as escolas de ensino fundamental e médio que compõem o *locus* desta pesquisa. O esforço em elaborar uma compreensão acerca da relação de proximidade geográfica entre os referidos equipamentos e as unidades escolares se justifica pelo entendimento de que a efetivação de direitos passa pela eficácia de políticas públicas construídas numa perspectiva intersetorial e participativa.

As comunidades escolares, enquanto espaços de produção de saberes e efetivação de direitos, também são lugares onde podem ser identificadas situações de violação de direitos do público que a compõem. Quando isso ocorre, uma das portas de entrada para o atendimento dos sujeitos que sofrem violação são os CRAS. Logo, é necessário verificar a relação e a atuação compartilhada desses estabelecimentos na proteção e promoção de direitos. A partir desse pressuposto, destaca-se a proximidade geográfica entre os equipamentos como um indicador para o fortalecimento da relação entre esses dois espaços de atendimento do público infanto-juvenil, a saber: as escolas e os CRAS.

A coleta e organização dos dados presentes nesta seção foram realizadas a partir da análise de informações disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte - CE, por meio de informações fornecidas pelos gestores de cada CRAS e através de informações disponibilizadas na plataforma *Google Maps*. A partir dessas ferramentas, identificou-se que no município de Juazeiro do Norte - CE existem dez CRAS, que estão distribuídos em nove bairros na zona urbana e um equipamento na Zona Rural (Distrito Padre Cícero).

De acordo com as informações disponibilizadas pelos gestores dos CRAS, pode-se dimensionar que os dez equipamentos atuam não por bairro, mas por área de abrangência, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 - Distribuição dos CRAS por bairro e área de abrangência

CRAS 01	Triângulo		
	Abrangência	Triângulo; Antônio Vieira; Cajuína São Geraldo; Santa Tereza; Salesianos; Santo Antônio.	
		Total de Zonas	6
	Equipamento de Educação Pública		10
CRAS 02	Frei Damião		
	Abrangência	Frei Damião; São José; Vila Real I e II.	
		Total de Zonas	3
	Equipamento de Educação Pública		6
CRAS 03	Timbaúba		
	Abrangência	Timbaúba; Leandro Bezerra; Limoeiro; Pio XII; Juvêncio Santana; São Miguel; Fátima.	
		Total de Zonas	7
	Equipamento de Educação Pública		12
CRAS 04	Palmeirinha		
	Abrangência	Barro Branco; Carás do Massapê; Carás do Umari; Sítio Coité; Sítio Novo; Sítio Tabuleiro da Sagrada Família; Vila Pelo Sinal; Beanora Gondim Pereira; Palmeirinha; Sítio Carnaúba; Sítio Espinho; Sítio Novo Leite; Sítio Taquari; Vila Três Marias; Cabeça da Vaca; Sítio Muquém; Sítio Carneiros; Sítio Maroto; Sítio Riachão; Vila 2000.	
		Total de Zonas	21
	Equipamento de Educação Pública		5
CRAS 05	João Cabral		
	Abrangência	João Cabral; Romeirão; Franciscanos; Pirajá.	
		Total de Zonas	4
	Equipamento de Educação Pública		9

CRAS 06	Aeroporto		
	Abrangência	Aeroporto; Pedrinhas; Carité; Sítio Sabiá; Sítio Gavião; Sítio São Francisco; Sítio Gaviãozinho; Vila Nova; Minha Casa Minha Vida Tenente Coelho I, II, III e IV.	
		Total de Zonas	9
Equipamento de Educação Pública		6	
CRAS 07	São Gonçalo		
	Abrangência	Amaro Coelho; Maria Célia Callou; Catolé, Sítio Poções; São Gonçalo; Várzea de Ema; Anchieta; Junco; Moleque; Santo Antônio; Sertãozinho; Veado; Cachoeirinha; Jurema; Novilho; Sussuarana.	
		Total de Zonas	16
Equipamento de Educação Pública		3	
CRAS 08	Horto		
	Abrangência	Horto; Boca das Cobras; Salgadinho; Sítio Logradouro; Sítio São José; Centro; Sítio Várzea do Umari; Sítio Popô; Socorro; Sítio Leite; Sítio Santo Antônio.	
		Total de Zonas	11
Equipamento de Educação Pública		10	
CRAS 09	Jardim Gonzaga		
	Abrangência	Jardim Gonzaga; Planalto; Cidade Universitária; Lagoa Seca.	
		Total de Zonas	4
Equipamento de Educação Pública		4	
CRAS 10	Campo Alegre		
	Abrangência	Campo Alegre; Betolândia; José Geraldo da Cruz; Tiradentes; Novo Juazeiro; Minha Casa Minha Vida São Sebastião I e II; Professora Maria Geli; Brejo Seco, Monsenhor Francisco de Sá Barreto; Minha Casa Minha Vida Nossa Senhora das Dores; Minha Casa Minha Vida Padre Cícero II e III.	
		Total de Zonas	11
Equipamento de Educação Pública		7	
TOTAL DE ZONAS		92	
TOTAL DE ESCOLAS (fundamental e médio)		72	

Fonte: autor.

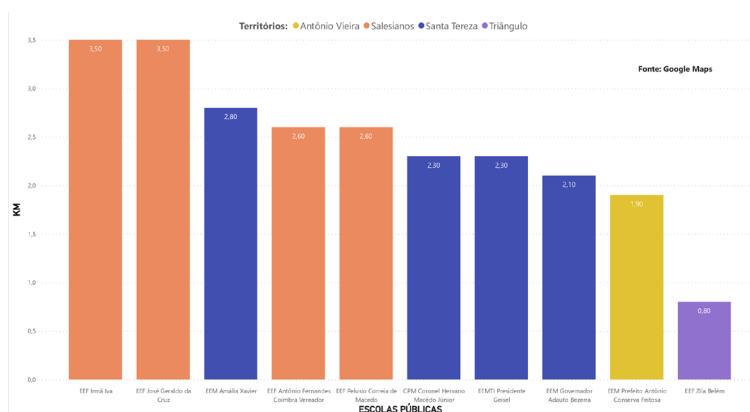
Ao consultar o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, especificamente na aba que trata da área de abrangência dos CRAS, e cruzar esses dados com as informações disponibilizadas pelos gestores dessas unidades, o número de zonas urbanas e rurais que atendem os equipamentos de educação chegam a 92. Nestas 92 áreas abrangidas pelos CRAS, encontram-se 72 escolas da rede pública que ofertam dentro da sua matriz educação de ensino fundamental I, II e médio.

Diante dessas informações, correlaciona-se os aspectos referentes a cada um dos CRAS e suas áreas de abrangência quanto à distância geográfica dos equipamentos de educação pública do ensino fundamental e médio, somente. Isto porque a compreensão dos limites e das possibilidades de atuação conjunta para com as demandas de violações de direitos é de fundamental importância para o planejamento de políticas públicas. Segue, abaixo, portanto, uma análise descritiva desses equipamentos.

O CRAS 01, localizado no bairro Triângulo, abrange um total de seis bairros e dez escolas, sendo cinco escolas da rede administrativa municipal e cinco da rede administrativa estadual. As instituições de ensino estão distribuídas nos bairros da seguinte forma: quatro unidades municipais no bairro Salesianos, uma unidade municipal no bairro Triângulo, uma unidade estadual no bairro Antônio Vieira e quatro unidades estaduais no bairro Santa Tereza. Destaca-se o fato de não haver instituições de ensino nos bairros Santo Antônio e Cajuína São Geraldo.

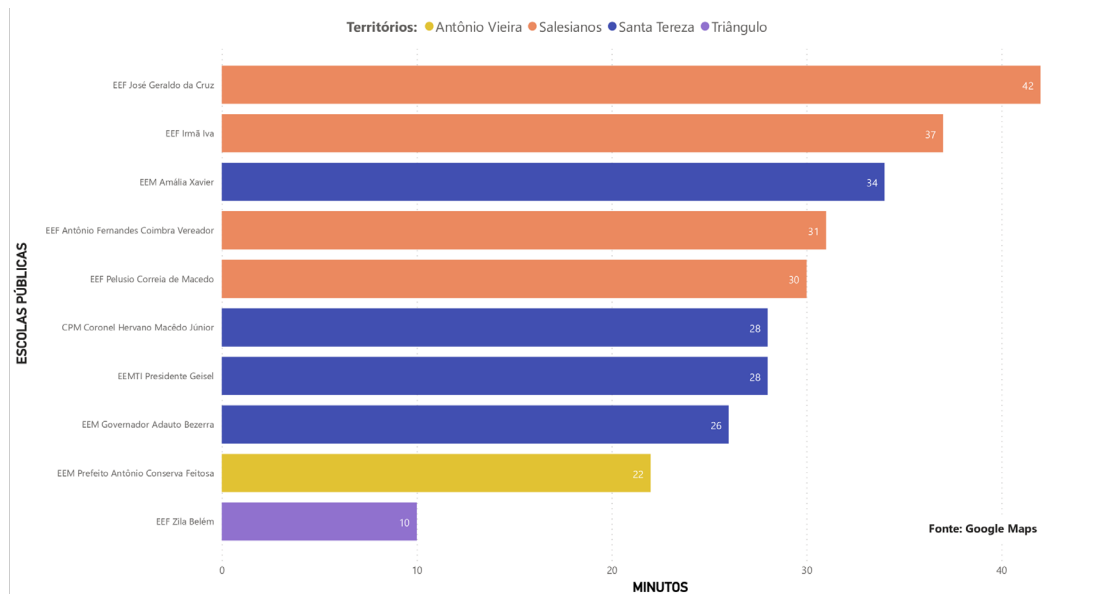
Observa-se que, das quatorze instituições estaduais existentes no município, cinco estão na área de abrangência do CRAS 0 – Triângulo. E, no que se refere à distância dessas instituições do CRAS, duas apresentam longitude superior a 3 km.

Gráfico 1 – Distância entre o CRAS 01 (Triângulo) e as escolas



Fonte: autor.

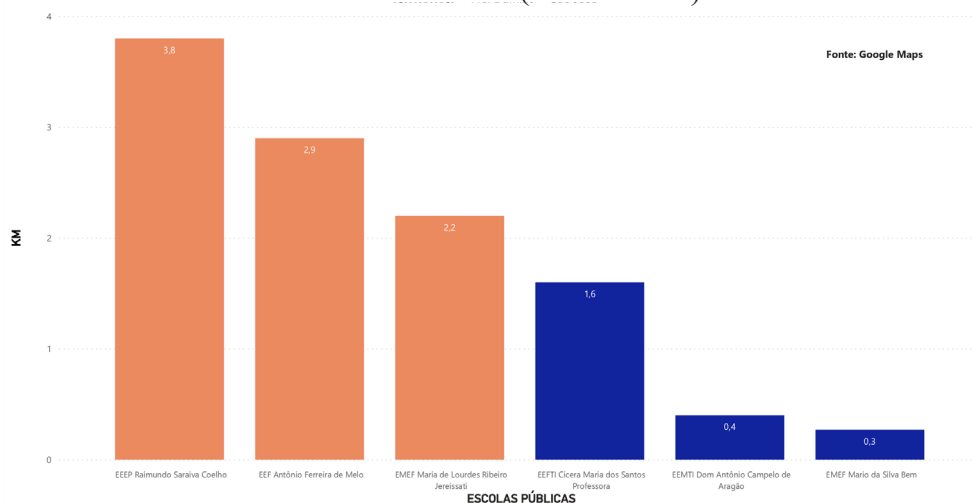
Gráfico 2 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 01 (Triângulo) e as escolas



Fonte: autor.

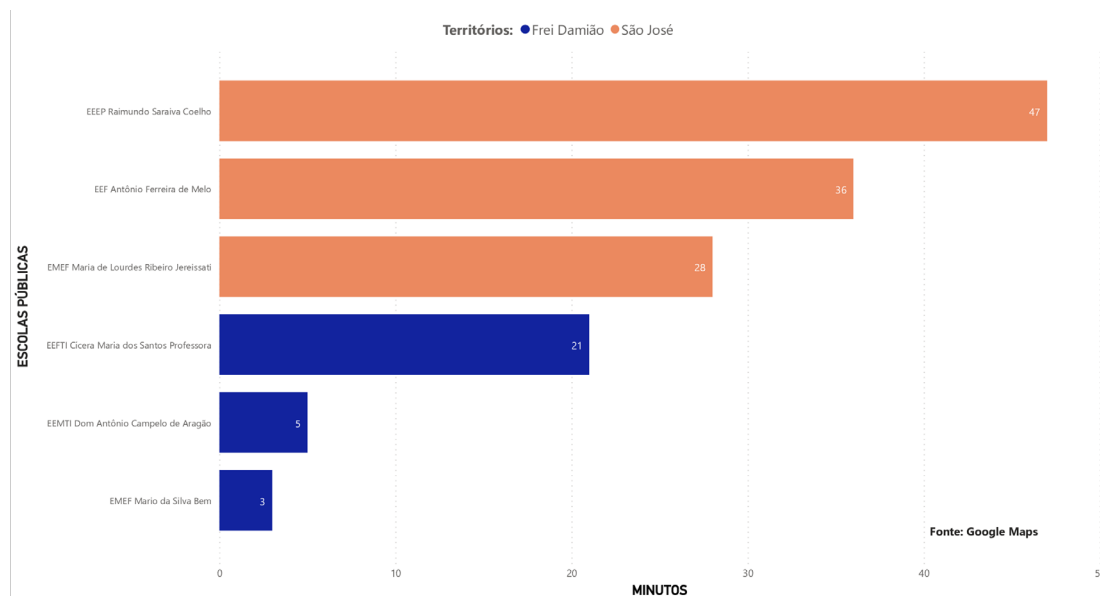
O CRAS 02, com localização no bairro Frei Damião, abrange um total de três bairros e seis escolas, sendo duas da rede administrativa estadual, localizadas uma no bairro Frei Damião e outra no bairro São José. Pela rede administrativa municipal, têm-se quatro escolas, sendo duas situadas no bairro São José e duas no bairro Frei Damião. Apenas o bairro Vila Real I e II não possui unidades de ensino. Contudo, duas escolas ultrapassam a margem de 3 km de distância até o CRAS.

Gráfico 3 – Distância entre o CRAS 02 (Frei Damião) e as escolas



Fonte: autor.

Gráfico 4 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 02 (Frei Damião) e as escolas

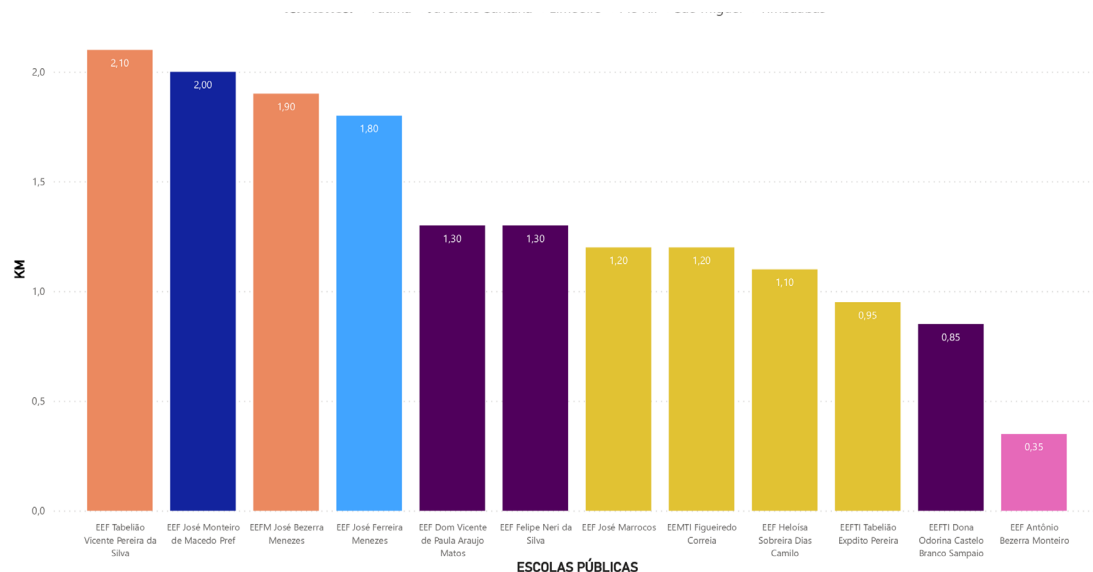


Fonte: autor.

O CRAS 03 está situado no bairro Timbaúbas. Esse equipamento apresentou o maior quantitativo de escolas em sua área de abrangência. Foram doze as instituições localizadas, sendo duas administradas pelo poder público estadual e dez administradas pelo poder público municipal. O total de bairros atendidos por essa unidade corresponde a sete, e, em meio a eles, o bairro Leandro Bezerra foi o único no qual não foram identificadas instituições de ensino públicas.

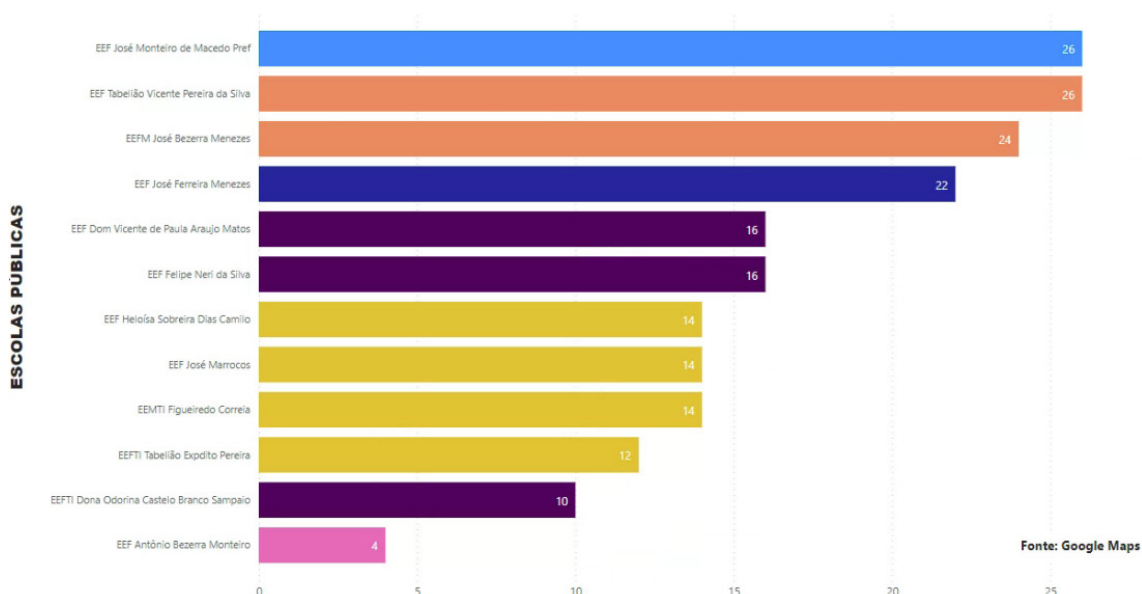
Ao considerar que os equipamentos escolares devem receber dos CRAS apoio na dinâmica relativa à assistência dos sujeitos que vivenciam o cotidiano escolar, verifica-se em relação ao CRAS 03 uma discrepância quanto ao número de escolas atendidas. Essa situação pode acarretar um desequilíbrio entre a demanda e a oferta de ações pelo equipamento, tendo em vista uma potencial sobrecarga de trabalho nessa unidade, se comparada às demais.

Gráfico 5 – Distância entre o CRAS 03 (Timbaúbas) e as escolas



Fonte: autor.

Gráfico 6 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 03 (Timbaúbas) e as escolas



Fonte: autor.

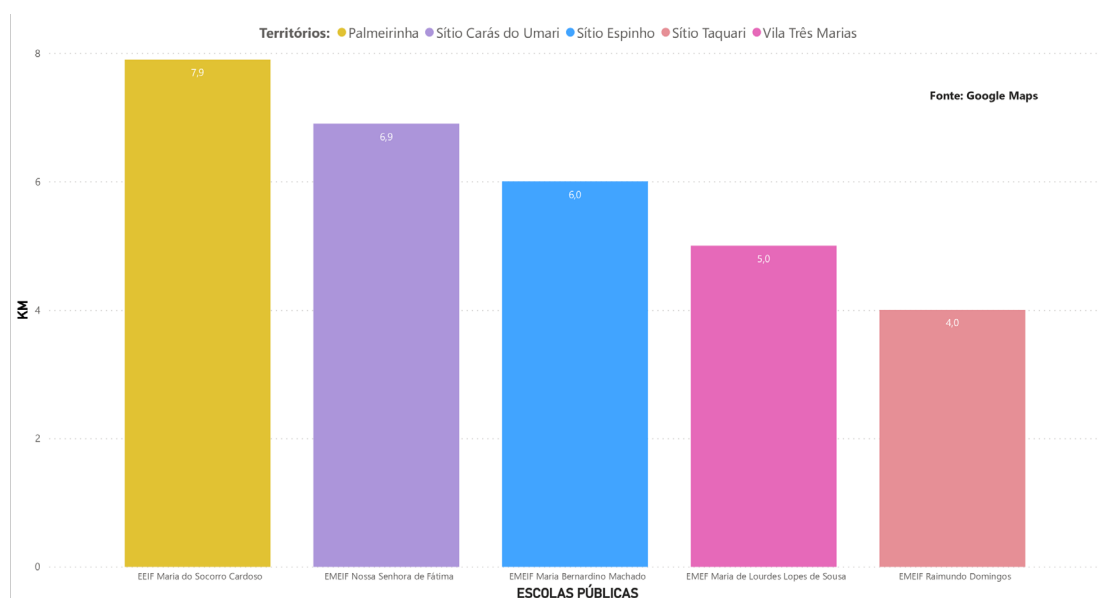
No que se refere à distribuição por bairro das instituições de ensino, essa se organiza da seguinte forma: os bairros Limoeiro e Pio XII possuem três instituições, cada, e os bairros São Miguel, Juvêncio Santana, Timbaúbas e Fátima possuem uma instituição, cada, todas administradas pelo município. Na rede administrativa estadual, os bairros São Miguel e Pio XII apresentam, cada um, uma instituição. Vale pontuar que todas as

instituições de ensino estão localizadas a menos de 3 km de distância do CRAS 03 – Timbaúbas.

Em outra perspectiva, observa-se que o CRAS 04 – Palmeirinha, abrange um total de vinte zonas rurais e duas zonas urbanas, e entre elas, apenas cinco possuem instituições de ensino, sendo todas da rede municipal, localizadas nas seguintes áreas: Sítio Carás do Umari, Palmeirinha, Sítio Espinho, Sítio Taquari e Vila Três Marias.

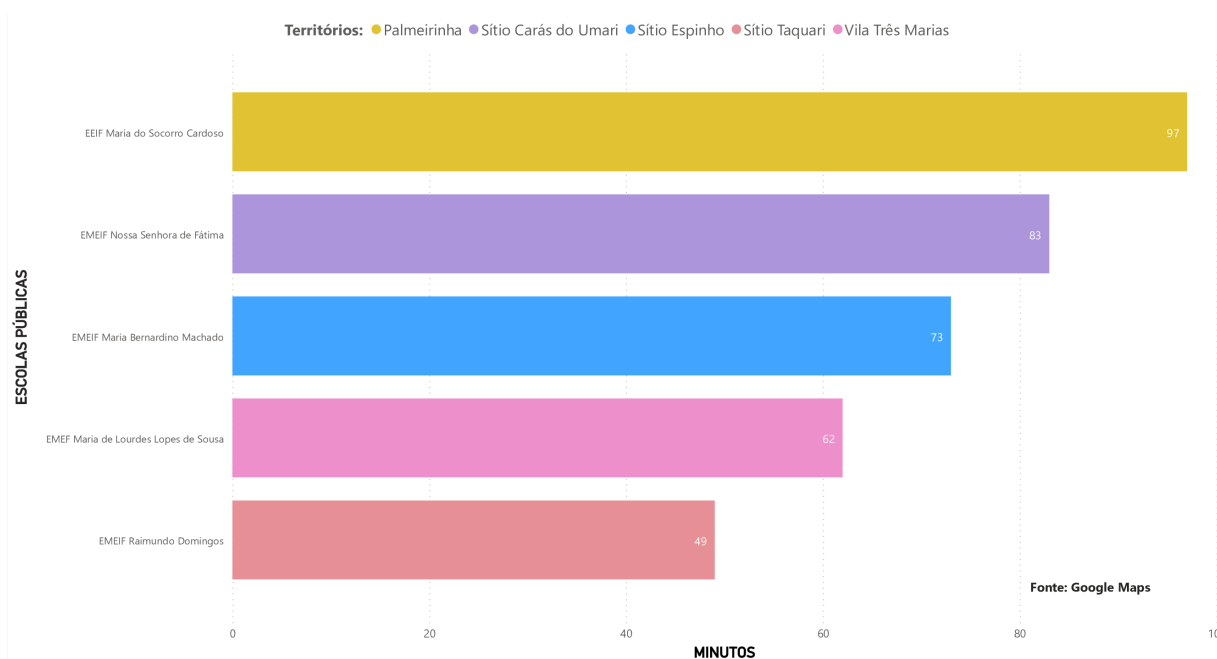
Vale destacar que nesta área, dentre as cinco unidades de ensino, quatro estão localizadas a mais de 3 km de distância do CRAS, sendo a mais distante situada a 10 km. Desta feita, verifica-se que quinze zonas rurais estão desamparadas de instituições de ensino.

Gráfico 7 – Distância entre o CRAS 04 (Palmeirinha) e as escola



Fonte: autor.

Gráfico 8 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 04 (Palmeirinha) e as escolas

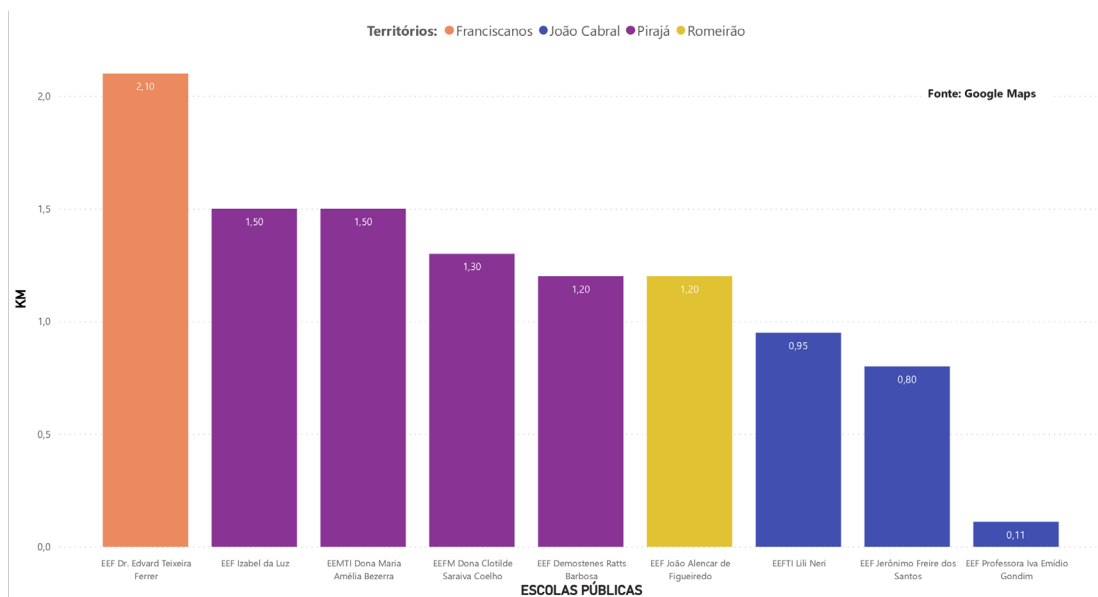


Fonte: autor.

Esta situação em si fere, diretamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluído pela Lei n.º 11.700, de 2008), especificamente em seu art. 4º, inc. X, que explicita que é dever do Estado, com educação escolar pública, garantir vaga na escola de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência de toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade (BRASIL, 2008)

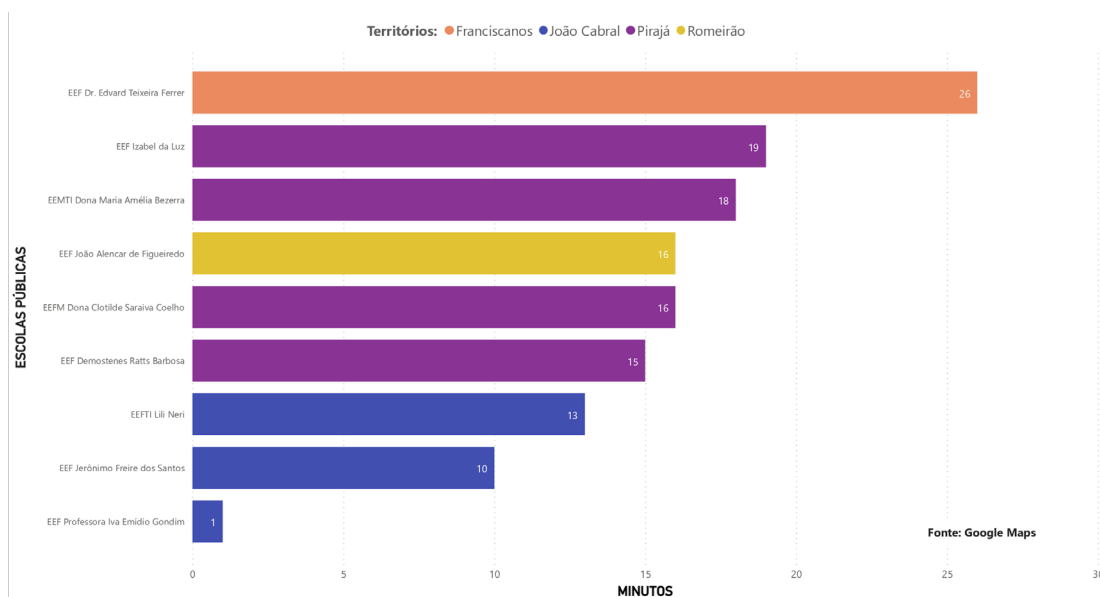
O CRAS 05, instalado no bairro João Cabral, atende quatro bairros e nove escolas, sendo duas escolas da rede estadual, localizadas no bairro Pirajá, e sete da rede municipal, localizadas em bairros da seguinte forma: três no João Cabral, duas no Pirajá, uma no Romeirão e uma no Franciscanos. Destaca-se que, entre os dez CRAS, o CRAS 05 do João Cabral é o único que possui ao menos uma instituição de ensino para cada uma das suas áreas de abrangência e que, juntamente com o CRAS 03, apresenta o menor índice de distância entre CRAS e escolas, não ultrapassando a margem de 3 km.

Gráfico 9 - Distância entre o CRAS 05 (João Cabral) e as escolas



Fonte: autor.

Gráfico 10 – Tempo de deslocamento caminhando entre o CRAS e escolas

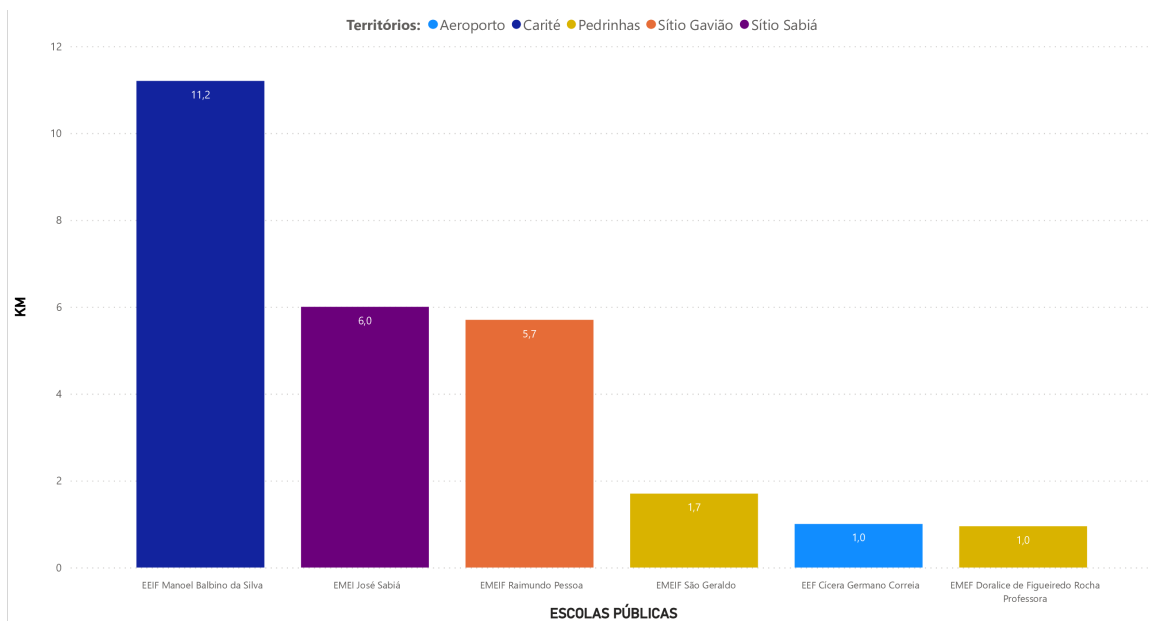


Fonte: autor.

O CRAS 06, situado no bairro Aeroporto, atende um total de cinco bairros e quatro zonas rurais, possui em sua área de abrangência um total de seis escolas municipais, que estão distribuídas da seguinte maneira: duas no bairro Pedrinhas, uma no bairro

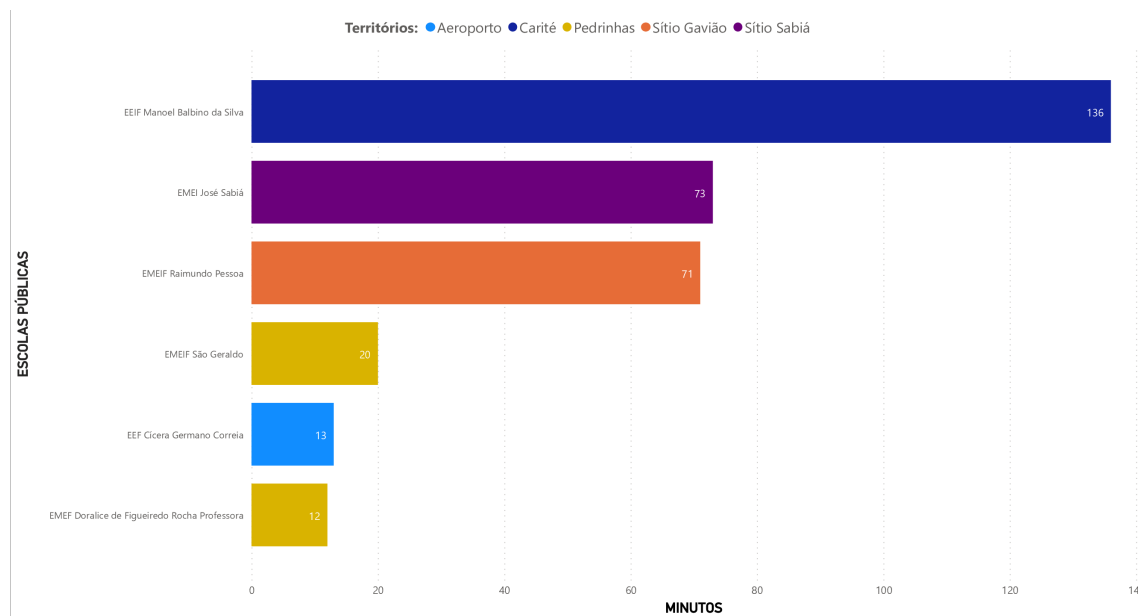
Aeroporto, uma no bairro Carité, uma no Sítio Gavião e uma no Sítio Sabiá. Dentre as seis instituições de ensino, três extrapolam a margem de 3 km de distância até o CRAS, e entre elas, duas estão localizadas na zona rural.

Gráfico 11 – Distância entre o CRAS 06 (Aeroporto) e as escolas



Fonte: autor.

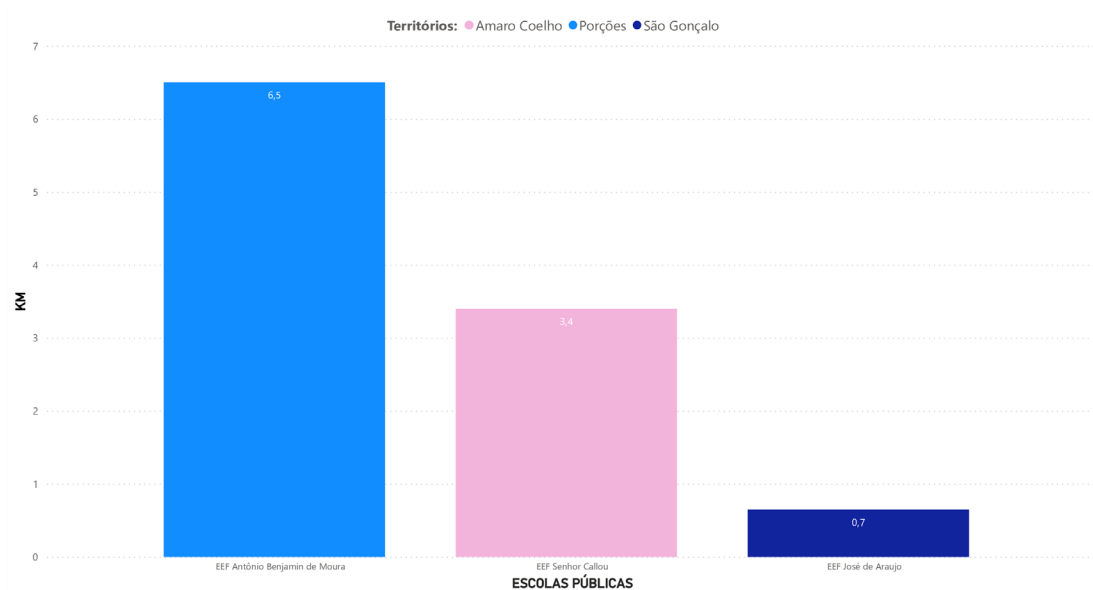
Gráfico 12 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 06 (Aeroporto) e as escolas



Fonte: autor.

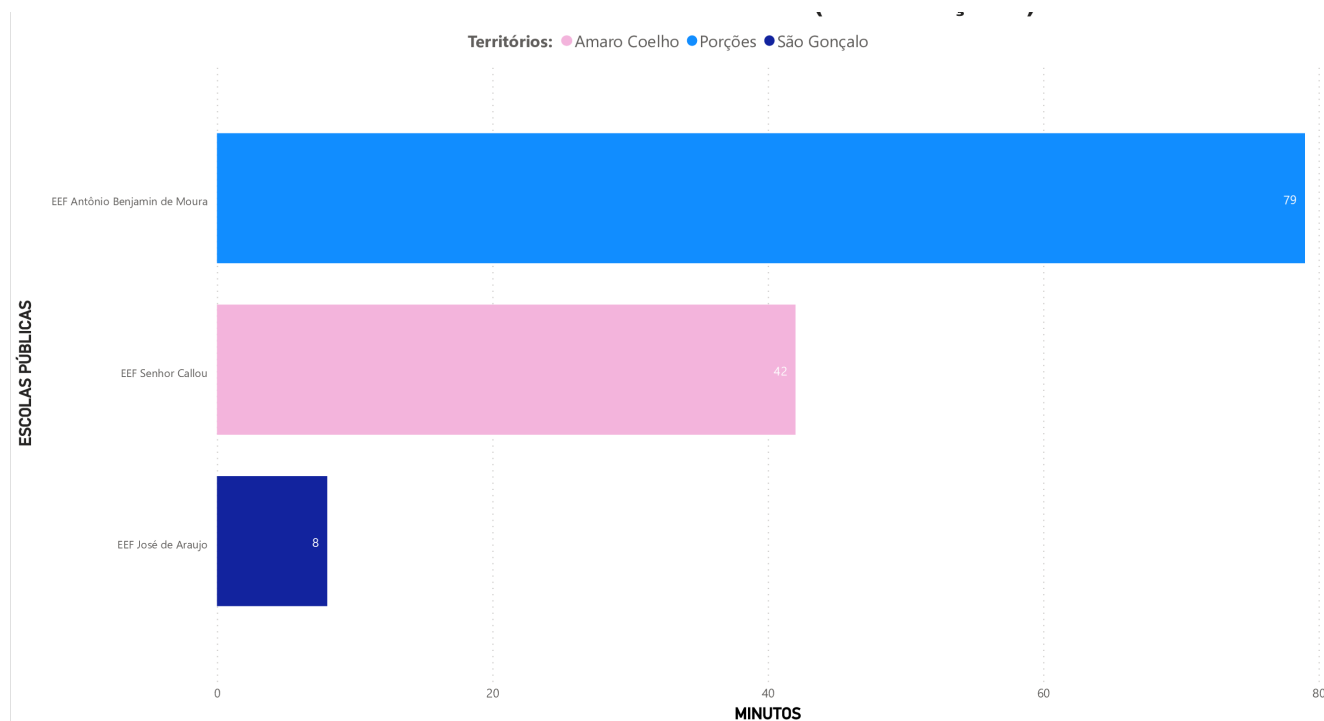
O CRAS 07, localizado na zona rural, na comunidade São Gonçalo, atende um total de dezesseis zonas rurais e três escolas da rede municipal, em que duas estão localizadas a mais de 3 km de distância do CRAS, distribuídas da seguinte forma: uma instituição no Sítio Amaro Coelho, uma no Sítio Porções e uma no Sítio São Gonçalo. Observa-se, pelo gráfico abaixo, que todas as áreas abrangidas estão situadas no Distrito Marrocos.

Gráfico 13 – Distância entre o CRAS 07 (São Gonçalo) e as escolas



Fonte: autor.

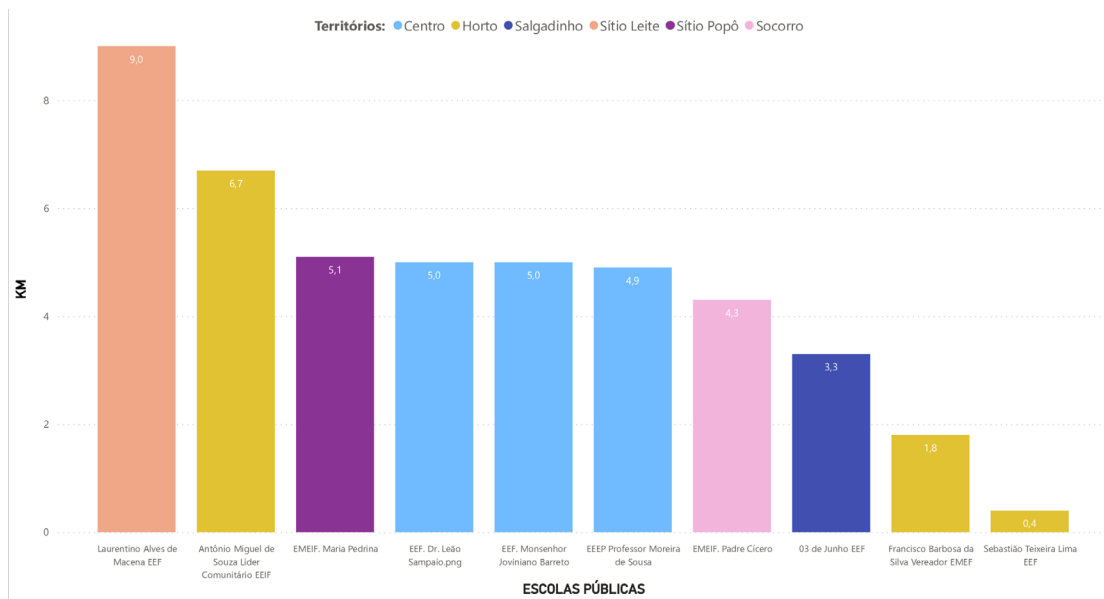
Gráfico 14 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 07 (São Gonçalo) e as escolas



Fonte: autor.

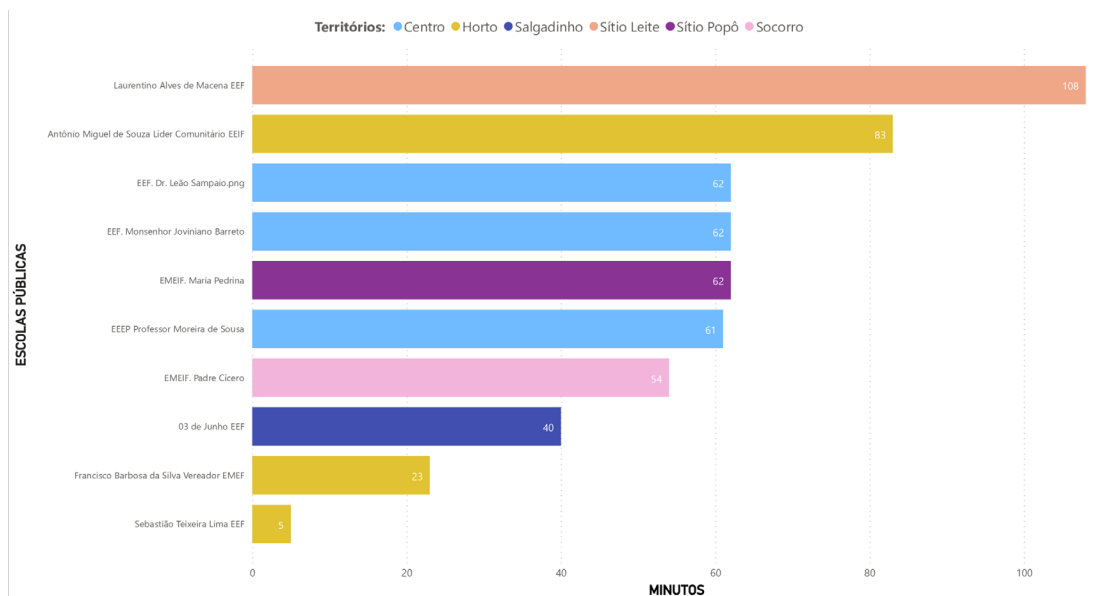
O CRAS 08, localizado no bairro Horto, tem sua área de abrangência em cinco zonas urbanas e seis zonas rurais, atendendo um total de dez escolas, em que nove são administradas pela rede municipal e uma administrada pela rede estadual. Destacam-se as seguintes zonas que não possuem instituições de ensino em sua área de abrangência: Boca das Cobras (zona rural), Logradouro (bairro), Sítio São José (Distrito Padre Cícero), Sítio da Várzea do Umari e Sítio Santo Antônio (Distrito Marrocos). Vale destacar também que, entre as dez instituições de ensino, oito estão localizadas a mais de 3 km de distância do CRAS de sua área de abrangência.

Gráfico 15 – Distância entre o CRAS 08 (Horto) e as escolas



Fonte: autor.

Gráfico 16 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 08 (Horto) e as escolas

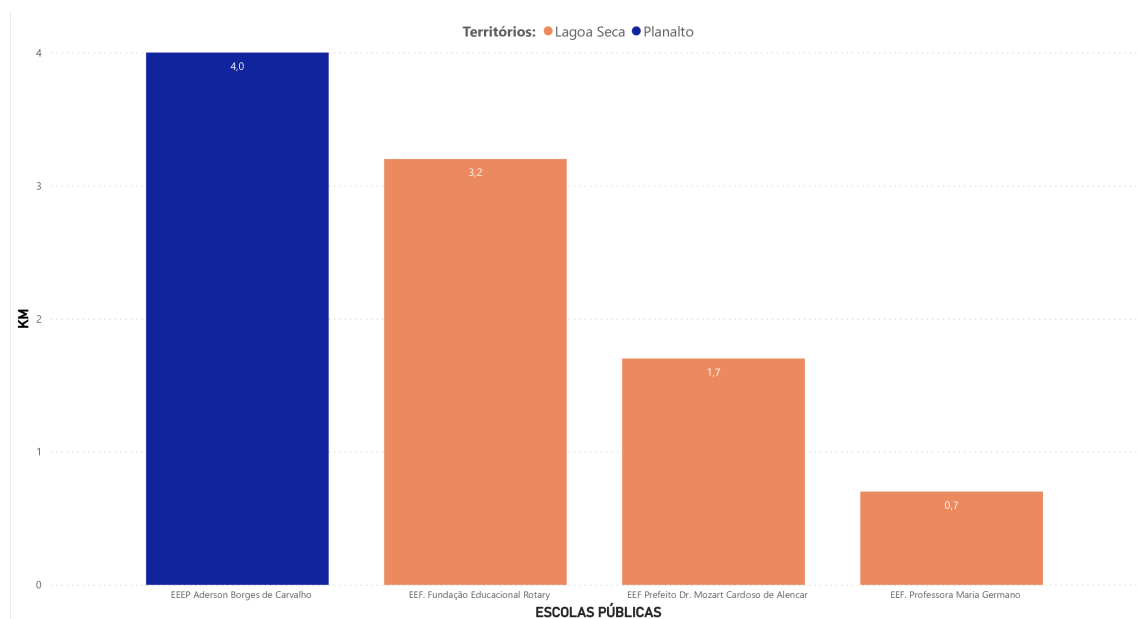


Fonte: autor.

O CRAS 09, com localização no bairro Jardim Gonzaga, é o que apresenta a menor abrangência em relação aos bairros e escolas situados em sua área de atendimento. São quatro bairros e quatro escolas. Em relação às instituições de ensino, uma é administrada pelo

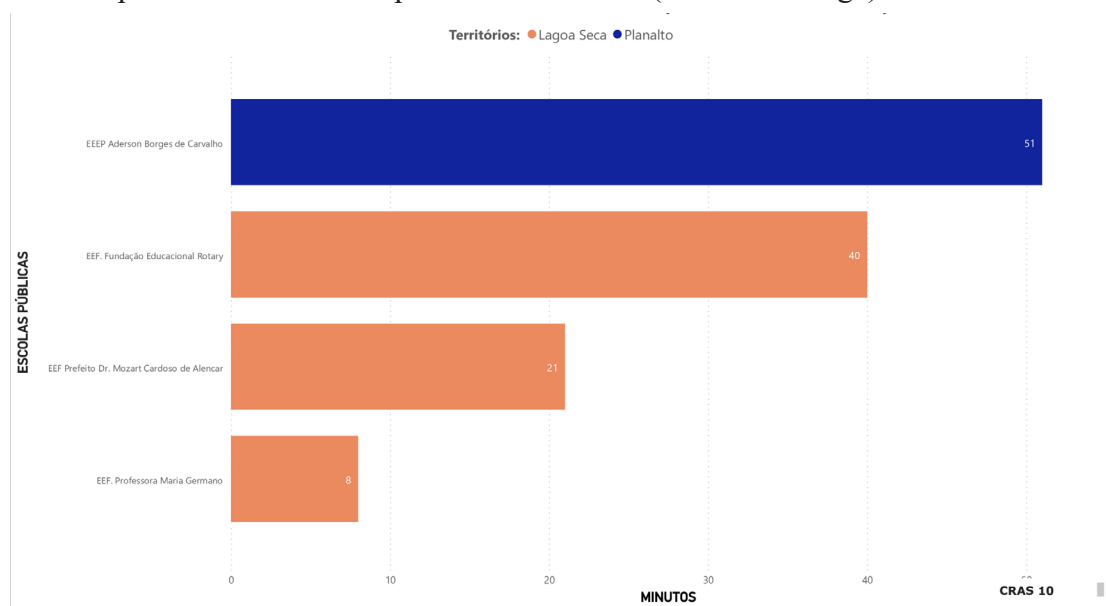
município e três pelo estado, e entre elas, duas estão localizadas a uma distância superior a 3 km do CRAS. Outrossim, os bairros Jardim Gonzaga e Cidade Universitária não possuem unidades escolares em sua área de abrangência.

Gráfico 17 – Distância entre o CRAS 09 (Jardim Gonzaga) e as escolas



Fonte: autor.

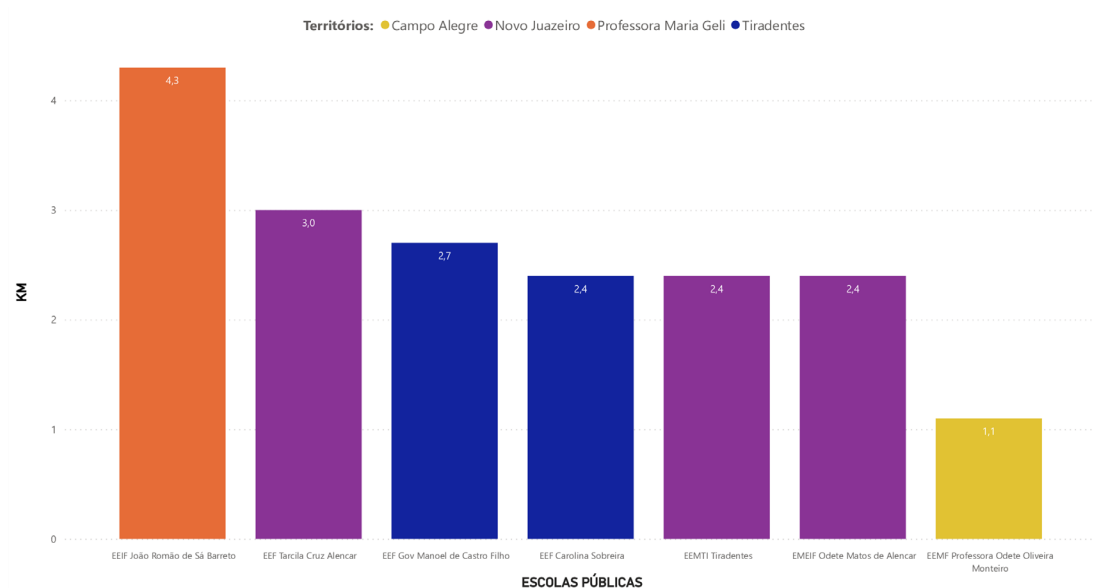
Gráfico 18 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 09 (Jardim Gonzaga) e as escolas



Fonte: autor.

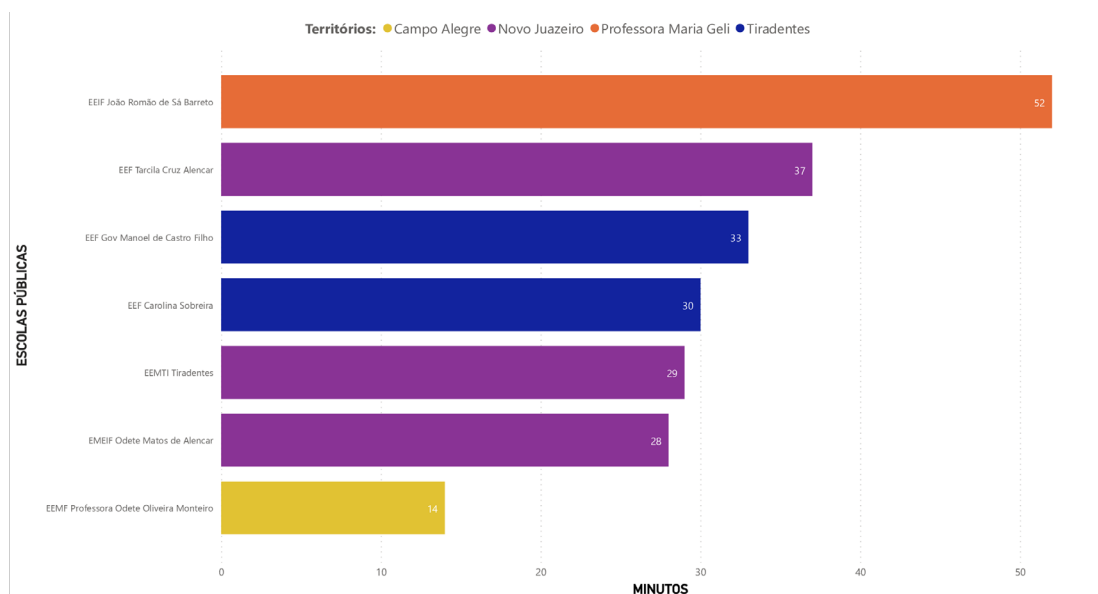
O CRAS 10, por fim, situado no bairro Campo Alegre, abrange um total de onze bairros e sete escolas, entre elas uma é administrada pelo estado e seis pelo município. Dentre os onze bairros atendidos pelo CRAS, sete estão desamparados de instituições de ensino, sendo eles: Betolândia, José Geraldo da Cruz, Minha Casa Minha Vida São Sebastião I e II, Monsenhor Francisco de Sá Barreto, Minha Casa Minha Vida Nossa Senhora das Dores e Minha Casa Minha Vida Padre Cícero II e III. No que se refere ao deslocamento das escolas para o CRAS, duas instituições apresentaram distância superior a 3 km, sendo elas: Tarcila Cruz Alencar EEIF (3,5km) e João Romão de Sá Barreto EEIF (4,7 km). Vale destacar que a unidade escolar EMEF Odete Oliveira Monteiro não possui informações de localização no sítio da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte.

Gráfico 19 – Distância entre o CRAS 10 (Campo Alegre) e as escolas



Fonte: autor.

Gráfico 20 – Tempo de deslocamento a pé entre o CRAS 10 (Campo Alegre) e as escolas



Fonte: autor.

Ao observar o modo como os equipamentos da assistência social estão distribuídos no território tendo como referência os CRAS e as escolas públicas estaduais e municipais, pode-se apontar para desníveis no aspecto referente às áreas de abrangência de cada equipamento, a exemplo de territórios que não contam com escolas neles instaladas e a excessiva distância entre os CRAS e as escolas, o que dificulta a execução de ações de assistência integradas com as comunidades escolares. Enquanto indicador, esse é um dado que pode ser importante no processo de planejamento de políticas públicas intersetoriais, tendo os referidos espaços de oferta de serviços públicos como meios para efetivação de direitos humanos e sociais.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: objetivos, princípios e diretrizes

A história da assistência social possui raízes fincadas na benemerência, caridade, filantropia e solidariedade religiosa. Consubstanciando-se a partir da ótica da solidariedade social, pobres, viajantes, incapazes e doentes eram alvos de ações motivadas pela compreensão de que entre os homens nunca deixarão de existir os mais frágeis, carecedores de ajuda alheia (CARVALHO, 2008). Essas ações tinham um cunho clientelista e paternalista, sendo aqui compreendidas como favores para os indivíduos

cujo *status* não se enquadra em pessoa cidadã e de direito. Culpabilizava-se, portanto, o sujeito pela condição na qual ele estava inserido, desresponsabilizando o Estado de suas atribuições para com o bem-estar social.

A trajetória de materialização da assistência social enquanto política pública em solo brasileiro é permeada pela relação simbiótica entre a herança assistencialista, filantrópica e de benemerência que marcou sua gênese com a prática de governos e governantes em não priorizar a assistência social no âmbito dos direitos sociais. Por isso, a identificação da assistência social com assistencialismo e filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nessa área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da assistência social na nossa sociedade (YAZBEK, 2004). Nesse sentido, a autora Berenice Rojas Couto enfatiza:

Assim, foi nesse movimento contraditório que a política de assistência social foi se materializando, tanto juridicamente quanto como um sistema único, reclamável pela população. Essa trajetória incorporou um processo que evidencia os ganhos possíveis no campo da política social na sociedade capitalista, bem como aponta as determinações históricas que asseguram a contenção da população à ótica das determinações do processo de acumulação capitalista (COUTO, 2016, p. 666).

Portanto, o percurso de construção dessa política foi fruto de um longo processo de disputas ideológicas, organização e mobilização da sociedade civil e de grupos minoritários pela garantia de direitos para que a política assistencial fosse incorporada à Constituição Federal de 1988, compondo o tripé da Seguridade Social junto à política de Saúde e Previdência. Embora a assistência social não tenha sido imediatamente efetivada, nos anos seguintes foram construídas normativas e regramentos para sua implantação e consolidação. Até porque, nos termos do texto constitucional, conforme o art. 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988, p. 111).

Essa política se encontra respaldada através da Lei n.º 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na qual o art. 1º aduz que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Portanto, é a política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade (BRASIL, 1993). Nessa toada, o diploma legal estabelece como objetivo da proteção social a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, em especial:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
 - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
 - e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- I - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- II - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
- Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

Para a materialização desses objetivos, a política assistencial está coadunada a um conjunto de princípios e diretrizes. Os princípios estão dispostos no artigo 4º, sendo alguns: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais, dentre outros (BRASIL, 1993).

As diretrizes instituídas, segundo o artigo 5º, configuram a base organizacional da política em todo o território brasileiro. A norma estabelece, desta feita, a descentralização político-administrativa para todos os entes federados e o comando único em cada esfera de governo, implicando aqui a partilha de responsabilidades quanto à gestão, financiamento e execução da política. Assim como determina a participação popular na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e a responsabilidade

do Estado na condução da política assistencial em cada esfera de governo (BRASIL, 1993).

Segundo a própria lei, “a gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado SUAS, com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C; III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos (BRASIL, 1993).

Assim, a PNAS, aprovada pela resolução do CNAS n.º 145, demonstra a intenção do redesenho da política de assistência social, outrora consolidada pela Constituição Federal e regulamentada de forma específica pela LOAS. Nesse ínterim, sua gestão torna-se um tema sensível e emergente a ser dialogado de forma incisiva, tendo em vista as dificuldades de adequação da política pública às reais demandas populacionais.

Cabe salientar que o público ao qual é destinado o atendimento dessa política está sinalizado no artigo 2º, que trata dos objetivos, e também em seu artigo 1º, quando diz que, como direito do cidadão e dever do Estado, a assistência social “é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993) das famílias e indivíduos em situação de pobreza e vulnerabilidade. Ou seja, todo e qualquer cidadão pode acessar os serviços, programas e ações realizadas pelos equipamentos da política de assistência social, dentro dos níveis de proteção social devidos. Fidalgo (2000) esclarece que público-alvo é constituído por indivíduos ou grupos a quem a assistência social direciona suas ações, com prioridade para os que estejam em condições de vulnerabilidade, condições de desvantagem pessoal e/ou situações circunstanciais e conjunturais.

Em resumo, o público destinatário da política são: beneficiários do Programa Bolsa Família (Auxílio Brasil); beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); famílias e indivíduos em situação de risco; crianças e adolescente; idosos; pessoas com deficiência; comunidades tradicionais; pessoas em serviços de acolhimento; trabalho

infantil; em situação de violência (em quaisquer de suas formas); situação de rua, negligência e abandono; e/ou com pouco ou nenhum acesso às políticas públicas básicas (saúde, educação ou a própria assistência social).

Dentro do público destinatário da política, a vulnerabilidade é um termo utilizado com frequência dentro da PNAS para especificar qual é o critério de “urgência”, quando se trata dos atendimentos. O conceito de vulnerabilidade é definido pela PNAS (2004) como “situações que podem levar o indivíduo à exclusão social, tais como: desigualdades sociais, discriminações de qualquer espécie, falta de acesso aos serviços oferecidos pelo estado e município, entre outros.” Contudo:

A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante as críticas em torno de sua indefinição conceitual bastante amalgamada à noção de risco, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução terminológica típica de correntes neoliberais e orientações de organismos internacionais. O que imprimiu nas ações da política um pressuposto ético-político individualizante, de focalização na parcela mais pauperizada da população (DO CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 02).

Dessarte, a vulnerabilidade social é considerada um conceito multidimensional, uma vez que não se refere somente à questão socioeconômica, mas que se refere à condição de indivíduos ou grupos em situação de fragilidade, que os tornam expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social. A vulnerabilidade, portanto, vincula-se a três eixos: ambiental, social e risco, com fatores envolvendo território e suas fragilidades e déficit de acesso às políticas públicas. O eixo ambiental se refere aos recursos naturais e à privação e escassez destes; o eixo social, a questões socioeconômicas, bem como aos fenômenos de exclusão e pobreza; e o eixo de risco está relacionado com os impactos sofridos pela população por situação de riscos ambientais e sociais, de forma concomitante.

A vulnerabilidade, desta feita, pode se apresentar de várias formas, quais sejam: vulnerabilidades atreladas às próprias etapas do ciclo vital (infância, adolescência, envelhecimento), que requerem a provisão de cuidados, a proteção e a vivência em contextos favorecedores do desenvolvimento humano e das sociabilidades; de pertencimento e relacional: fragilização das relações familiares e comunitárias e falta de rede social de apoio; raça, religião, etnia, gênero e orientação sexual: especificidades de

determinados grupos e discriminações ainda presentes na realidade brasileira que podem ter implicações sobre a convivência e o respeito à dignidade; deficiência: provisão de cuidados e atenção específicos para redução de barreiras, autonomia na vida cotidiana, inclusão social e convívio; renda: pela ausência ou precário acesso à renda; território: condições precárias de infraestrutura e falta de acesso a políticas públicas; relacionais: vulnerabilidades por reduzirem capacidades humanas e colocarem os sujeitos na condição de demandantes de proteção social.

Convém destacar que o agravamento da situação de vulnerabilidade ocorre quando, dentro do território, existe violência, tráfico, catástrofes naturais; quando as relações familiares e comunitárias são marcadas pelo abandono, isolamento, violência intrafamiliar, abuso sexual, ato infracional; e quando, em situação de desigualdade social, há agravamentos da condição de pobreza, culminando em situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual, dentre outros.

2.1 Contextos de violação e vulnerabilidade em Juazeiro do Norte – CE: dados do Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará (CEMARIS 2021)

A assistência social, enquanto política pública de seguridade social, em sua multidimensionalidade, aborda um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988). No escopo socioassistencial, infere-se o conceito de proteção social a partir da ótica da prevenção de riscos e da mitigação de vulnerabilidades, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento dos sujeitos e fortalecer os vínculos familiares.

Direcionando-se para a questão da vulnerabilidade e dos contextos de violação específicos no município de Juazeiro do Norte, faz-se necessário revisitar o panorama de urbanização da cidade, ocorrida de maneira desenfreada e pouco planejada, especialmente pela presença marcante das romarias. Isto porque a permanência dos romeiros propiciou a ocupação urbana de localidades com condições precárias, cuja problemática está presente na maioria dos municípios brasileiros. Diante disso, o Estado se posiciona como importante vetor de proteção dos vínculos, assim como instrumento de prevenção da exclusão social.

Ao aprofundar-se acerca da investigação sobre os contextos de violação, a presente pesquisa se deteve sobre os dados apresentados pelo setor de Vigilância Socioassistencial, inserido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST). A estratégia metodológica ocorreu devido à ampla abrangência dos equipamentos e um volumoso número de ocorrências registradas por eles.

Evidencia-se que essa aproximação com o setor se deve, primordialmente, por seu caráter de armazenamento de informações, conforme previsto no artigo 2º da LOAS (BRASIL, 1993). A vigilância socioassistencial (VS) é uma das funções da Política de Assistência Social, e tem como objetivo a organização de dados para produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações e processos regionalizados com o intuito de identificar violações de direitos que afetam famílias e indivíduos em determinadas áreas (CEARÁ, 2021).

Os dados que serão apresentados foram captados através do Censo e Mapa de Riscos Sociais, instrumento de coleta proporcionado pelo Governo do Estado do Ceará, e aplicado pelos equipamentos da rede socioassistencial. A análise e sistematização do CEMARIS, de maneira geral, tem como objetivo a implementação de serviços regionalizados, o financiamento de ações da assistência dos municípios, em geral, e específico na proteção social especial, o acompanhamento dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade dos equipamentos sociais, bem como subsidiar ações a serem desenvolvidas pelas secretarias municipais.

A apreciação dos dados aconteceu diante de formulários aplicados pelos seguintes equipamentos, compilados pelo setor de vigilância socioassistencial, quais sejam: Unidade de Acolhimento, Conselho Tutelar, Centro POP e os dez CRAS, em suas diversificadas áreas de abrangência.

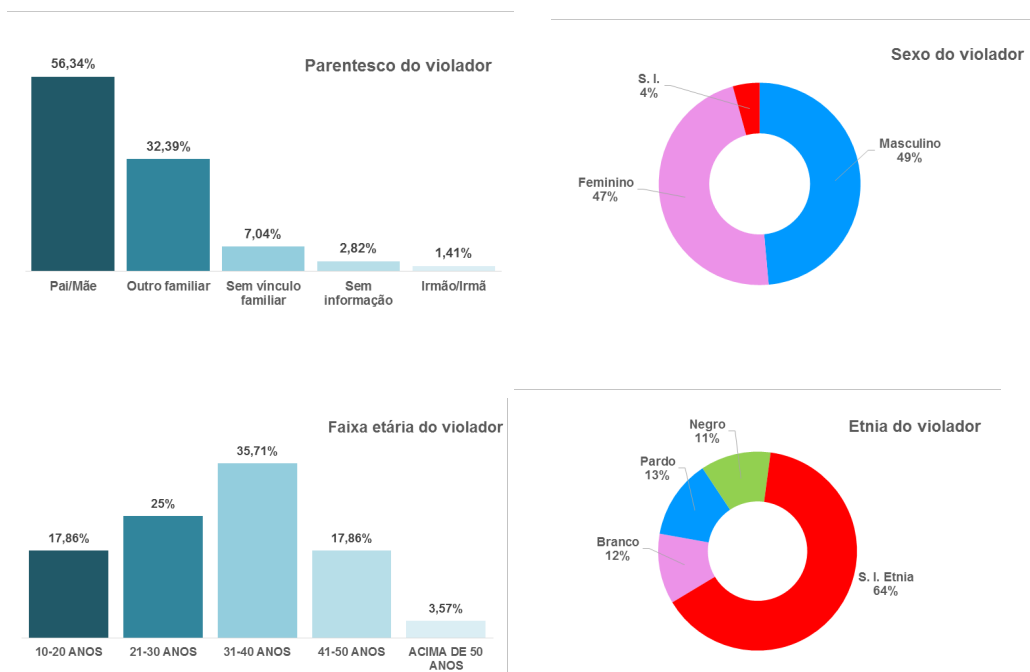
O CEMARIS considera 16 tipos de riscos pessoal e social, sendo eles: abandono, ameaça de morte, assédio moral, autor de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto – liberdade assistida (LA) e prestação de serviço à comunidade (PSC) –, cárcere privado, exploração patrimonial, homofobia, racismo, ruptura de vínculos, pessoa em situação de rua, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, tráfico de seres humanos, pessoas em risco pessoal e social em decorrência do uso de álcool e outras drogas, violência doméstica – física, psicológica, negligência – e violência sexual – abuso sexual e exploração sexual).

A análise dos riscos, ao abordar as tipologias acima, também considera a divisão de categorias e subcategorias, quais sejam:

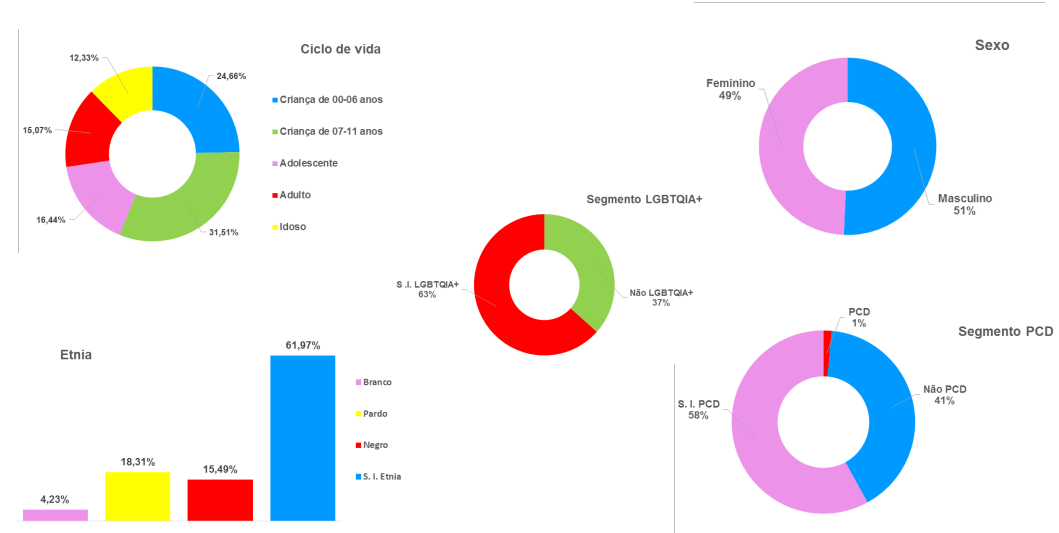
- I. Categoria Ciclo de Vida, organizada nas subcategorias: criança (pessoa de 0 a 6 anos incompletos, ou seja, 05 anos e 11 meses e pessoa de 7 a 12 anos incompletos, ou seja, 11 anos e 11 meses), adolescente (pessoa de 12 a 18 anos incompletos, ou seja, 17 anos e 11 meses), jovem (pessoa de 18 a 30 anos incompletos, ou seja, 29 anos e 11 meses), adulto (de 30 a 60 anos incompletos, ou seja, 59 anos e 11 meses) e idoso (pessoas com 60 anos ou mais de idade);
- II. Categoria Sexo, organizada nas subcategorias: feminino e masculino;
- III. Categoria Etnia, compreendida a partir das subcategorias: branco, índio, negro, pardo e amarelo; e
- IV. Categoria Segmento Populacional, organizada nas subcategorias: pessoa com deficiência e LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outros grupos e variações de sexualidade e gênero) (CEARÁ, 2021, p. 10).

A análise desses dados é de suma importância em virtude da necessidade de conhecer as situações de violação de direitos vivenciadas pela população juazeirense. Saber em quais contextos essas violações acontecem e quais são as vulnerabilidades evidenciadas implica uma melhoria na gestão da política socioassistencial e na reconhecimento das demandas necessárias para a garantia de proteção social e prevenção dos riscos.

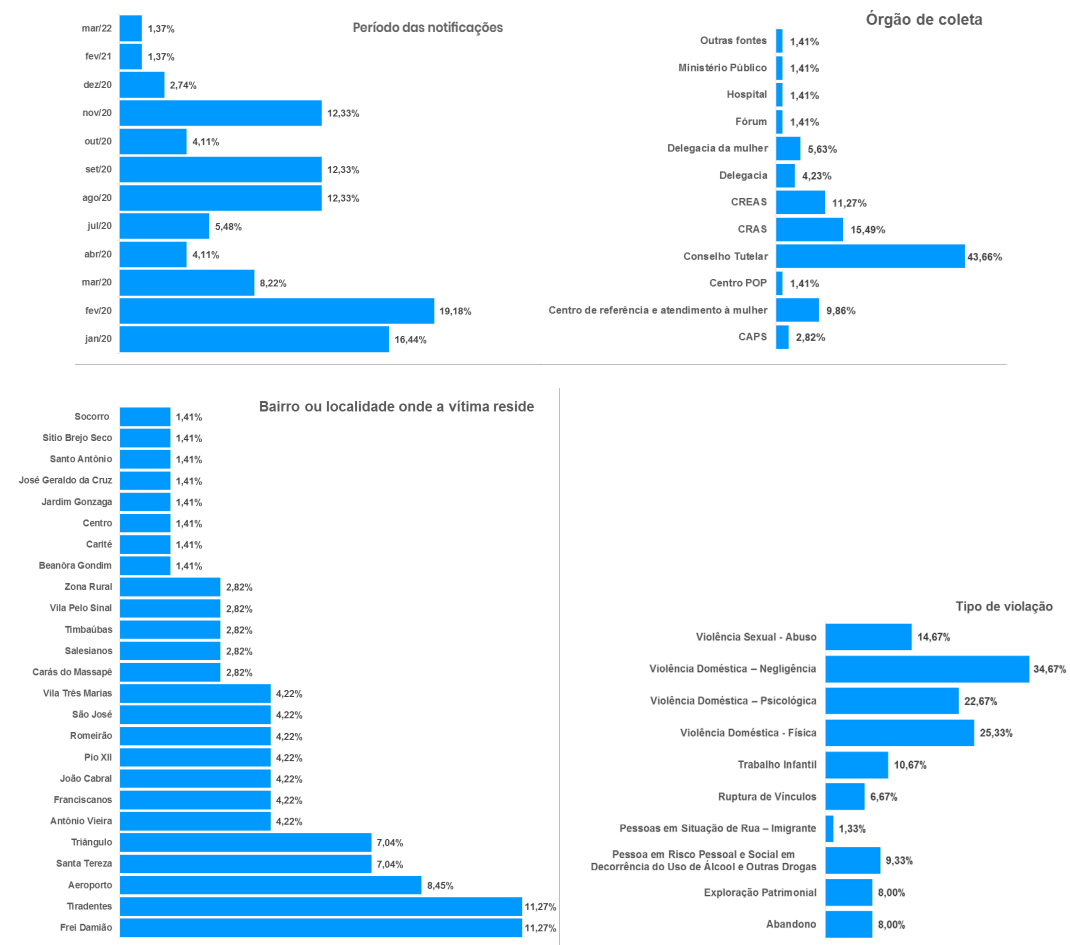
Dados do violador

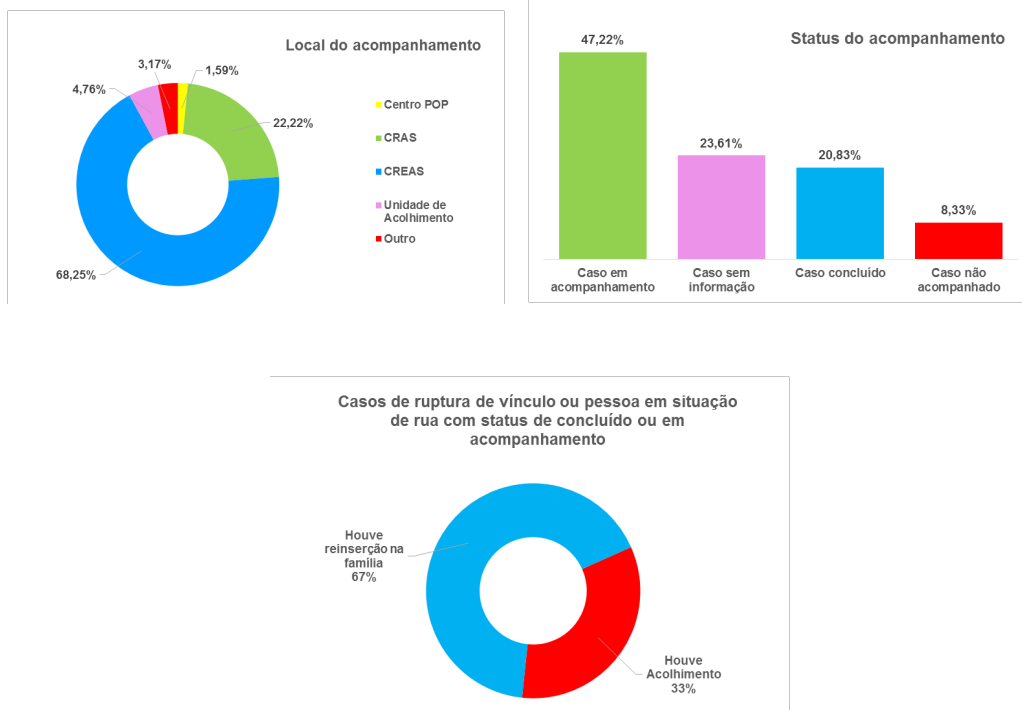


Dados do violado(a)



Sobre o caso





3 O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS EM JUAZEIRO DO NORTE: níveis de proteção e equipamentos

O modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações da Política de Assistência Social é o SUAS, pelo qual também é responsável o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), previsto e regulamentado na Lei Federal n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a LOAS.

O MDS tem como objetivo executar a LOAS, garantindo proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, além de amparar as crianças e adolescentes carentes, habilitar e reabilitar as pessoas portadoras de deficiência, promovendo integração ao mercado de trabalho e, por fim, garantir mensalmente um salário mínimo aos portadores de deficiência ou idosos que comprovem não possuir meios para o provimento de sua manutenção ou de tê-la provido por sua família (MDS, 2013).

A assistência social é aplicada de forma integrada às políticas setoriais e visa o enfrentamento à pobreza, garantindo, assim, o mínimo social, o provimento de condições

para atender às situações contingenciais e à universalização dos direitos e garantias. Por isso, o SUAS estabelece uma organização da assistência social por níveis de proteção, sendo eles: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), sendo esta subdividida em média e alta complexidade (MDS, 2013).

No município de Juazeiro do Norte, a assistência social é organizada a partir da atuação da SEDEST, que atua na realização e integração das ações estratégicas de assistência social. De acordo com o *site* oficial da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE, a SEDEST tem a missão garantir o direito do cidadão a partir dos elementos que constituem a própria Seguridade Social.

Sua visão está atrelada aos propósitos da vigilância socioassistencial, objetivando analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos. Desse modo, sua atuação está ancorada em uma análise detalhada dos pontos fortes e das vulnerabilidades dos povos e territórios.

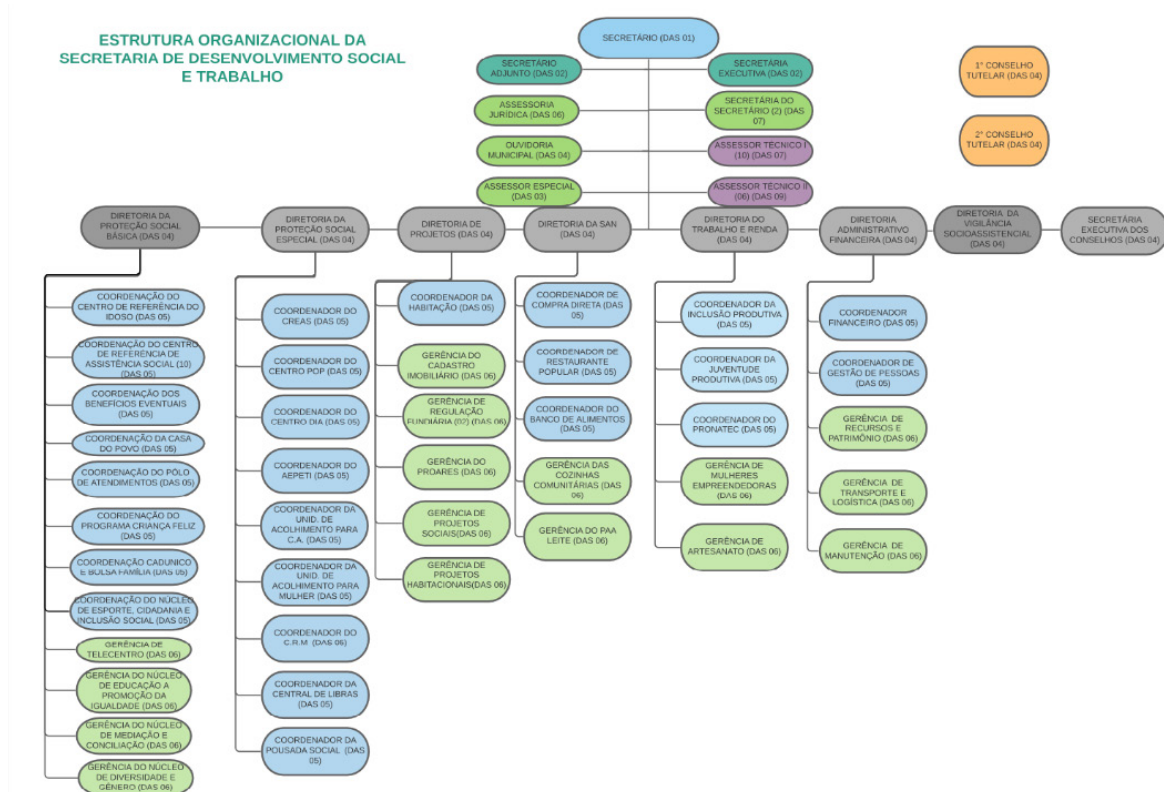
As funções da secretaria explicitadas no *site* são: Articulação de Programas e de Convênios; Atendimento à Criança, Adolescente, Gestante, Idoso e Deficiente; Coordenação da Casa do Povo; Cuidar da Política Municipal de Assistência Social do Município; Empreendedorismo e Formação de Renda; Formação de Conselhos de Participação Comunitários; Gestão Administrativa; Lavanderias Comunitárias; Mobilização Comunitária; Monitoramento de Projetos Sociais; e Vinculação da Fundação da Criança e do adolescente.

Quanto às atribuições da secretaria, são: amparar e proteger os municípios através da implementação de políticas de assistência social e de trabalho; articular cooperação técnico-financeira com instituições públicas e privadas de âmbito municipal, estadual e federal, visando a inclusão e a assistência social; atuar nos períodos críticos emergenciais e de calamidade pública; buscar a identificação dos principais problemas existentes na comunidade, ouvindo as instituições ou grupos que a representem, e adotar ações políticas voltadas para sua superação; colaborar com a coordenação da habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária; estabelecer o planejamento e a execução da política habitacional do município, especialmente a destinada a atender as camadas populares de baixa renda; fomentar o desenvolvimento social e econômico dos cidadãos, através do apoio às atividades

economicamente sustentáveis, em especial aquelas consideradas estratégicas para a geração de emprego e renda; instrumentalizar a gestão integrada de serviços e benefícios; planejar, orientar, coordenar e executar programas, projetos e atividades de assistência social do município; dentre outras funções de cunho administrativo.

Para viabilizar os desideratos apontados acima, a SEDEST é composta por variados órgãos encarregados da missão da assistência social, que se apresentam como instâncias de gestão, planejamento e de execução especializada de políticas, conforme a estrutura organizacional abaixo.

Figura 3 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Social do Trabalho



Fonte: autor.

Para melhor compreensão da estrutura organizacional do SUAS na cidade de Juazeiro do Norte, é necessário compreender os níveis de proteção elencados no artigo 6º-A da Lei n.º 8742/93, que dispõe sobre a organização da assistência social:

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:
 I - **proteção social básica**: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - **proteção social especial**: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Parágrafo único. A **vigilância socioassistencial** é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território (BRASIL, 1993, grifo nosso).

A partir dessas categorias em destaque, apresenta-se, no quadro abaixo, cada um dos equipamentos e serviços existentes no município, relacionando-os aos níveis de proteção enumerados na lei.

Quadro 2 - Exposição dos equipamentos por nível de proteção

NÍVEL DE PROTEÇÃO		EQUIPAMENTO EXISTENTE	SERVIÇO EXISTENTE
PSB		CRAS PÓLOS DE ATENDIMENTOS	PAIF - SCFV - PSBD - CF - MAIS INFÂNCIA; AUXÍLIO BRASIL COZINHA COMUNITÁRIA ACESSUAS Trabalho CADÚNICO
PSE	PMC	CREAS CENTRO POP CRI	- Serviços de orientação apoio sociofamiliar; PAEFI - Serviço Especializado em Abordagem Social - Medidas socioeducativas em meio aberto ou liberdade assistida - Cuidados domiciliares; serviço de habilitação e reabilitação na comunidade com pessoas deficientes; - Centro de referência do idoso.
	PAC	CASA DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES CASA DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	- Casas lares; repúblicas; casas de passagens; albergues; famílias substitutas e acolhedora

*Legenda: PSB Proteção Social Básica; PSE Proteção Social Especial; PMC: Proteção de Média Complexidade; PAC: Proteção de Alta Complexidade.

Fonte: autor.

Com base nessa sistematização da estrutura da assistência social na cidade de Juazeiro do Norte – CE, percebe-se que a Proteção Social Básica é executada por meio dos CRAS e dos Polos de Atendimento. Nos CRAS, os serviços existentes são: Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas ou com Deficiência (PSBD); ACESSUAS Trabalho; CADÚNICO; Benefícios Eventuais; Cartão Mais Infância, Vale gás e Criança Feliz (CF).

Em regra, os CRAS ficam localizados nas áreas com maiores índices de vulnerabilidade e sua equipe é formada por profissionais de múltiplas formações, dentre eles os assistentes sociais, educadores sociais, educadores físicos, psicólogos e um coordenador. A formação dessa equipe pode variar de acordo com a quantidade de moradores de cada município e do financiamento recebido do governo federal (MDS, 2013).

A Proteção Social Especial no município de Juazeiro do Norte se viabiliza a partir da Proteção de Média Complexidade e Proteção de Alta Complexidade. Os equipamentos ofertados na Proteção Social Especial de Média Complexidade são: CREAS, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP – e o Centro de Referência do Idoso (CRI).

O CREAS se configura como uma unidade pública que oferta serviços especializados de forma continuada às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Ou seja, situações que orbitam a violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, pessoas em situação de rua, pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas, trabalho infantil, dentre tantas outras formas de violações. Seu quadro de profissionais é formado por assistentes sociais, advogados, educadores sociais, psicólogos e um coordenador. A formação dessa equipe pode variar de acordo com a quantidade de moradores de cada município, assim como do financiamento recebido do governo federal (MDS, 2013).

O Centro POP de Juazeiro, enquanto equipamento de assistência social, fornece atendimentos com assistentes sociais, psicólogos e advogados. Fornece, também, alimentação e disponibiliza instalações de banheiros, lavanderia e guarda de pertences. O Centro Pop facilita, ainda, o acesso à provisão de documentação, articulação e encaminhamento a outros serviços e benefícios. Já o Centro de Referência

do Idoso desta cidade, conforme o *site* oficial da prefeitura, possui 512 cadastrados e cerca de 60% de beneficiários ativos. O local oferece atendimentos por terapeuta ocupacional, geriatra, profissionais de educação física, nutricionista, psicólogo e assistente social.

Além da atuação dos equipamentos citados, em Juazeiro do Norte, os serviços ofertados na Proteção Social Especial de Média Complexidade são: serviços de orientação e apoio sociofamiliar; PAEFI; Serviço Especializado de Abordagem Social; cuidados domiciliares; serviço de habilitação e reabilitação na comunidade com pessoas deficientes; medidas socioeducativas em meio aberto ou liberdade assistida. Essas ações têm como fim assistir as famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares, apesar de fragilizados, não foram rompidos (MDS, 2013).

No tocante à Proteção Social Especial de Alta Complexidade, observa-se a implementação das práticas do acolhimento, em que são ofertados atendimento integral institucional nas casas lares; repúblicas; casas de passagens; albergues; famílias substitutas e acolhedoras. Essas práticas visam garantir a proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram sem referência, em situação de ameaça, necessitando que sejam retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (MDS, 2013).

A VS é uma das funções da política de assistência social, destinada à produção de informações sistematizadas a partir de cada territorialização e das situações de vulnerabilidades sociais incidentes sobre as famílias. Em Juazeiro do Norte, a VS está alocada no âmbito da SEDEST e se apresenta como importante órgão para acompanhamento, planejamento, monitoramento, disseminação de informações e geração de dados que viabilizem transformações positivas na política pública de assistência social.

Esse setor é claramente classificado em dois eixos, sendo eles: a vigilância de riscos e vulnerabilidades e a vigilância sobre os padrões de serviços ofertados. Atualmente, conforme dados fornecidos por esse setor à equipe de pesquisa, a Vigilância Socioassistencial de Juazeiro do Norte é composta por uma diretora e dois técnicos de nível superior. Ela funciona na gestão da SEDEST, recebendo os dados produzidos por todos os setores, qualificando os números e dialogando com rede de atendimento, transformando as informações colhidas em metas e ações a serem desenvolvidas.

De acordo com o relatório disponibilizado pela equipe do setor de vigilância socioassistencial, no ano de 2022, a VS atua na gestão dos seguintes sistemas de acompanhamento da assistência social, quais sejam: Prontuário SUAS; CADSUAS Municipal; Agendamento On-line para o Cadastro Único (CadÚnico). Além do acompanhamento dos sistemas supracitados, a VS é responsável pela fiscalização gerencial e análise dos acessos, conforme informações disponibilizadas pelo próprio órgão.

O papel desempenhado pela VS tem impacto direto no cotidiano dos cidadãos, tendo em vista que, a exemplo do CadÚnico, é possível que o governo identifique a situação vivenciada por cada família inscrita neste sistema e, assim, inclua cada sujeito conforme sua necessidade nos programas disponibilizados pelo poder público, a saber: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida (MCMV), Benefício de Prestação Continuada, Tarifa Social de Energia Elétrica, aposentadoria para pessoas de baixa renda, carteira do idoso, telefone popular, isenção em concursos públicos, Programa Cisternas, Bolsa Verde, Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil, Carta Social, Bolsa Estiagem, passe livre para pessoas com deficiência, Projovem, Programa Brasil Carinhoso, ID Jovem, Programa Brasil Alfabetizado (MDS, 2015).

Tais programas, a exemplo do Bolsa Família, que é um dos programas mais importantes de transferência de renda no Brasil, sinaliza a integração das políticas públicas de saúde, educação e assistência social. Isto porque o recebimento do benefício está atrelado ao cumprimento de certas condicionalidades, tais como: cumprir o calendário de vacinação, acompanhamento de peso e altura, pré-natal para gestantes, frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos.

A coordenação da VS de Juazeiro do Norte informou que o banco de dados do governo federal apresentou fragilidades no sistema para consolidar os dados referentes ao ano de 2021, em virtude da atipicidade causada pela pandemia da covid-19. Desta feita, as condicionalidades impostas pelo programa aos assistidos passaram a não mais serem exigidas. Sendo assim, entre os meses de janeiro e setembro do ano de 2021, foram beneficiadas de 21.500 a 23.500 famílias, com valor médio de benefício entre R\$150,00 (cento e cinquenta reais) a R\$ 50,00 (cinquenta reais); existindo, ainda, devido à pandemia, uma queda relevante de benefícios bloqueados e cancelados.

A partir dos dados informados pela VS e o relevo de sua atividade, é necessário considerar as limitações de sua atuação referentes ao número mínimo de servidores à disposição do órgão, bem como a urgente necessidade de integração dos sistemas utilizados. Isto porque foi comum no trabalho de campo e de coleta a impossibilidade de disponibilizar dados consolidados sobre uma dada realidade socioassistencial em vista das fragilidades de recursos humanos e dissociação no uso dos sistemas de tecnologia da informação existentes.

4 POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: o papel dos conselhos na assistência social para o público infantojuvenil

No capítulo anterior, discorreu-se sobre o SUAS em sua completude, considerando a presença de equipamentos e serviços no município de Juazeiro do Norte. Este capítulo se volta para órgãos que se dedicam, de modo específico, para as políticas públicas de proteção voltadas às crianças e adolescentes.

Assim, são discutidas a estrutura e funcionamento do CMDCA e dos conselhos tutelares que atuam de modo direcionado a esse público.

4.1 Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

O CMDCA é um órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações públicas e privadas relativas à Política de Assistência Social do município e que são voltadas para a promoção do bem-estar social de crianças e adolescentes, consoante consta no art. 88, da Lei n.º 8.069/90, do ECA, que são diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais (BRASIL, 1990).

O CMDCA de Juazeiro do Norte – CE foi criado pela Lei Municipal n.º 1.723, de 30 de março de 1992; e sofre alterações pela Lei n.º 4353, de 21 de julho de 2014, que altera a Lei n.º 1.871, de 22 de setembro de 1993, que trata do Fundo Municipal de Ações

para a Infância e Adolescência e do CMDCA e adota outras providências. No município, o CMDCA é vinculado à SEDEST e é composto por 10 conselheiros e 10 suplentes. (Anexo 4 – Composição Atual do CMDCA).

Como uma instituição paritária, a segmentação de seus membros é igualitária, sendo composta por membros da comunidade e da gestão. Sendo estabelecido aqui a composição deste: cinco representantes da organização governamental, contemplando a SEDEST; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Esporte e Juventude; Fundação da Criança e do Adolescente de Juazeiro do Norte (FUNJU); e cinco representantes de organizações não governamentais que tenham como público-alvo a criança e o adolescente (JUAZEIRO DO NORTE-CE, 2014).

Muitas são as atribuições desse órgão, elencam-se abaixo as principais:

- Promover o reconhecimento e a garantia dos direitos da criança e do adolescente, nos moldes da legislação em vigor.
- Estabelecer diretrizes básicas, através de atos administrativos regulamentares, sobre a política de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente e sobre os programas que lhes são peculiares, estabelecidos nos artigos 86, 87, inciso III a V e 90 da Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA), fixando as prioridades.
- Controlar, acompanhar e avaliar a gestão e o desempenho dos serviços, programas, ações, projetos dos órgãos do poder público municipal e das organizações representativas da sociedade que atuam nesta área, propondo as necessárias correções, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas especialmente no artigo 227 da Magna Carta de 1988 e nos artigos 87 e 88 do ECA.
- Mobilizar a sociedade sobre as condições reais do reconhecimento e garantia dos direitos da criança e do adolescente, realizando audiências públicas, campanhas e estimulando a participação da população na gestão e no controle social, especialmente através de fóruns e outras instâncias de articulação da sociedade civil.
- Estimular, apoiar e promover a manutenção de banco de dados e sistemas de informação sobre situações de violação dos direitos da criança e do adolescente.
- Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento municipal, indicando as modificações necessárias à consecução da política de

- Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento municipal, indicando as modificações necessárias à consecução da política de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente.
- Acompanhar o reordenamento normativo e institucional, propondo, sempre que necessário, modificações na estrutura, organização e funcionamento dos serviços e programas, governamentais e não governamentais, no âmbito das políticas sociais básicas.
- Mapear, em conjunto com os conselhos tutelares, os serviços e programas das políticas sociais que tenham como público-alvo crianças e adolescentes.
- Criar e manter programas específicos e participar do planejamento municipal nas temáticas relacionadas à criança e ao adolescente.

Quanto à organização, as reuniões são periódicas, sendo uma vez por mês, com o escopo de formular, deliberar e controlar as ações voltadas para crianças e adolescentes em todos os níveis de proteção. Essas reuniões são abertas à comunidade, com vistas a possibilitar que as ações do governo contemplem a universalidade de acesso aos direitos preconizados pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pelo ECA.

4.2 Conselho tutelar

A criação dos conselhos tutelares é fruto da organização e mobilização da sociedade brasileira no intento de consolidar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da implementação das políticas públicas em âmbito local. A construção dos conselhos tutelares segue e corrobora com a primeira diretriz da Política Nacional de Assistência Social, que é a descentralização político-administrativa dentro da proteção integral voltada para o público infantojuvenil.

Segundo o art. 131 do ECA, “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (BRASIL, 1990). O próprio texto legal delimita o quantitativo de conselhos por município e em cada região administrativa do Distrito Federal, estabelecendo “no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos” (BRASIL, 1990). Fica, neste caso, a decisão do município por sua extensão territorial, número de habitantes, a criação de

outro conselho tutelar, bem como sua área de abrangência. Em Juazeiro do Norte - CE, por exemplo, está delimitada a existência de dois conselhos tutelares.

Em virtude da realização do presente diagnóstico, os dois conselhos tutelares dessa cidade foram contactados para o fornecimento de dados, a partir de um questionário elaborado pela equipe de pesquisadores e auxiliares da pesquisa. Contudo, apenas o Conselho Tutelar II apresentou devolutiva. Dessa forma, a seguir, são apresentadas as informações coletas.

4.2.1 Conselho Tutelar II

Segundo os dados que foram colhidos por amostragem, é importante observar que, ao longo dos anos de 2021 e 2022, houve diversas violações de direitos, dentre as quais destacam-se: a vida, a saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e proteção ao trabalho, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 - Violações registradas pelo Conselho Tutelar por tipo e quantidade

TIPOS DE VIOLAÇÕES	QUANTITATIVO DE VIOLAÇÕES
VIDA	44
SAÚDE	20
LIBERDADE	0
RESPEITO	32
CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	30
DIGNIDADE	32
EDUCAÇÃO	16
CULTURA	0
ESPORTE	4
LAZER	6
PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO	6

Fonte: autor.

Diante desses dados do Conselho Tutelar II, e segundo o índice demográfico do município, verificou-se que 75% dessas violações aconteceram com meninas e 25% com meninos, na qual 80% eram pretos(as) e 20% eram pardos(as). No que diz respeito à faixa etária, 80% dessas violações ocorriam com crianças de 08 a 10 anos de idade, 10% com crianças de 0 a 02 anos e 10% com adolescentes de 12 a 16 anos de idade.

De acordo com a territorialização abrangida, é de suma importância salientar que 80% das violações constatadas são dos bairros João Cabral, Frei Damião, Triângulo e Campo Alegre e 20% são nos bairros Jardim Gonzaga, José Geraldo da Cruz e demais bairros que compõem a abrangência territorial deste Conselho Tutelar, conforme descrito a seguir:

Quadro 4 - Violações registradas pelo Conselho Tutelar por aspecto demográfico

ÍNDICE DEMOGRÁFICO		PORCENTAGEM
SEXO	MASCULINO	25%
	FEMININO	75%
COR	PRETO(A)	80%
	PARDO(A)	20%
FAIXA ETÁRIA	ENTRE 08 E 10 ANOS	80%
	ENTRE 12 E 16 ANOS	10%
	ENTRE 0 E 02 ANOS	10%
BAIRROS/TERRITÓRIOS	BAIRROS DE VIOLAÇÕES CONSTATADAS	
	JOÃO CABRAL	80%
	FREI DAMIÃO	
	CAMPO ALEGRE	
	TRIÂNGULO	

	JARDIM GONZAGA/JOSÉ GERALDO DA CRUZ E DEMAIS BAIRROS	20%
--	--	-----

Fonte: autor.

Foi descrito, ainda, que não existem parcerias público privadas com o Conselho Tutelar II e que, conforme o quadro a seguir, existem 10 colaboradores que atuam diariamente neste órgão, desenvolvendo as seguintes atividades:

Quadro 5 - Parcerias existentes entro o Conselho Tutelar e outras instâncias da Sociedade Civil Organizada - Recursos disponíveis

DEMAIS DADOS		QUANTITATIVO
PARCERIAS PÚBLICO/PRIVADO	NÃO EXISTE	0
QUANTIDADE DE CONSELHEIROS	ATIVOS EM CAMPO	5
QUANTIDADE DE SERVIDORES	PORTEIRO	1
	RECEPCIONISTA	1
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1

Fonte: autor.

5 VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE- CE

Os dados utilizados para a construção de um cenário de violações de direitos de crianças e adolescentes em Juazeiro do Norte – CE são oriundos das demandas atendidas e registradas pelos equipamentos da rede socioassistencial deste município, compreendidas no período de janeiro a dezembro de 2021.

Consta no ECA, através da Lei n.º 8.069/90, no Título II, dos Direitos Fundamentais, que crianças e adolescentes têm direito à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; à educação, à cultura, ao

esporte e ao lazer; e o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Assim, quaisquer impedimentos ou restrições relativas aos direitos supracitados, caracteriza-se por ameaça ou violação constituída e requer intervenção dos órgãos competentes em seus respectivos níveis de proteção.

Desta feita, com vistas a entender as demandas recebidas e encaminhadas aos órgãos responsáveis que constituem o Sistema de Garantia de Direitos voltado para crianças e adolescentes, bem como as atividades desenvolvidas, percalços no desenvolvimento do trabalho, dentre outras questões, elaboraram-se questionários que foram aplicados aos equipamentos da rede socioassistencial do município de Juazeiro do Norte.

5.1 Violações de direitos identificadas pelas equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dentro da Rede Municipal

Com o intuito de construir os dados desta pesquisa, foram contatados 11 equipamentos que compõem a proteção social básica, sendo 10 CRAS, localizados nas comunidades de São Gonçalo, Palmeirinha, Horto, Aeroporto, Triângulo, Jardim Gonzaga, João Cabral, Campo Alegre, Timbaúba e Frei Damião, e 01 polo de convivência social, localizado no bairro Frei Damião.

Em um primeiro momento, fora apresentado o projeto, sua necessidade e relevância, bem como seus impactos na construção de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, junto às coordenações e técnicos responsáveis pelos grupos do SCFV. A reunião se deu em formato remoto, em virtude da agenda dos equipamentos e levando em consideração a demanda de trabalho destes. Nesta ocasião, também foi apresentado o instrumento de coleta para os equipamentos, referente ao ano de 2021. Em seguida, foi criado um grupo de *WhatsApp* para acompanhamento da coleta e para sanar possíveis dúvidas, findando no prazo de dois meses a devolutiva definitiva.

Para o CRAS, fora elaborado o questionário abaixo:

1. Número e tipo de violações de direitos identificadas e encaminhadas pelas equipes do CRAS dentro da Rede Municipal.

2. Existem índices demográficos em relação a esses atendimentos? Se sim, especificar por sexo, cor, faixa etária e bairro/território.
3. Houve parcerias público e privadas? Se sim, indicar o número de parcerias realizadas e especificar as atividades desenvolvidas.
4. Quantos colaboradores atuam no órgão/setor?
5. Qual o número de ações e atividades que foram desenvolvidas no ano de 2021 voltadas para crianças e adolescentes? Especificar as atividades desenvolvidas e quais locais/localidades ocorreram.
6. Há lacunas em relação ao desenvolvimento das atividades? Se sim, quais.

Em vista dos dados disponibilizados pelos CRAS do município de Juazeiro do Norte, é possível apontar os tipos de violações ocorridas em determinadas áreas de abrangência desses equipamentos. Os dados enviados pelos órgãos permitem refletir acerca da necessidade de elaboração de políticas públicas de prevenção das violências, bem como de estratégias educativas e informacionais que garantam o encaminhamento devido aos órgãos responsáveis para registro e apuração das violações.

Nos quadros a seguir, apresentam-se, de maneira pormenorizada, os dados absolutos disponibilizados por cada um dos CRAS. Ao que se segue, para a pergunta 01 – Número e tipo de violações de direitos identificadas e encaminhadas pelas equipes do CRAS dentro da Rede Municipal, recebemos as seguintes respostas:

Quadro 6 – Pergunta 01: Número e tipo de violações de Direitos identificadas e encaminhadas pelas equipes do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS dentro da Rede Municipal?

CRAS	Nº DE VIOLAÇÕES	TIPOS DE VIOLAÇÕES
SÃO GONÇALO	4	2 ABUSO SEXUAL 2 NEGLIGÊNCIA
PALMEIRINHA	2	2 NEGLIGÊNCIA
HORTO	5	5 TRABALHO INFANTIL
TIMBAÚBA	37	20 NEGLIGÊNCIA 1 ABANDONO

		1 MAUS-TRATOS 9 TRABALHO INFANTIL 1 VIOLÊNCIA FÍSICA 1 VIOLÊNCIA SEXUAL 4 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
AEROPORTO	11	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA; VIOLÊNCIA SEXUAL; ABUSO SEXUAL; NEGLIGÊNCIA.
TRIÂNGULO	NÃO RESPONDEU À PERGUNTA.	NEGLIGÊNCIA; TRABALHO INFANTIL; VÍNCULOS ROMPIDOS.
JARDIM GONZAGA	“VER VIGILÂNCIA”.	“VER VIGILÂNCIA”.
JOÃO CABRAL	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.
FREI DAMIÃO	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.
POLO DE ATENDIMENTO	NÃO RESPONDEU À PERGUNTA.	NEGLIGÊNCIA; EVASÃO ESCOLAR; INSEGURANÇA ALIMENTAR.
CAMPO ALEGRE	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.

Fonte: Dados primários coletados através de questionário.

Dos questionários enviados aos 11 equipamentos, 05 deles responderam ao quesito da quantificação, totalizando 59 violações de direitos identificadas e encaminhadas à rede de atendimento. Destes 11 equipamentos, 06 não responderam, sendo que 02 não responderam à pergunta “número de violações”, 03 não responderam ao questionário em si, e 01 dos equipamentos respondeu “ver vigilância”.

Os CRAS que não responderam, quais sejam: João Cabral, Frei Damiano e Campo Alegre, também não apresentaram justificativa para a não devolutiva. Um deles

respondeu “*ver vigilância*” e o outro não respondeu, justificando não dispor dessa informação relacionada ao quantitativo de violações. Por isso, na análise não é possível identificar, a partir dos dados fornecidos, qual o quantitativo exato de cada violação. Porém, é possível desenhar os tipos das violações, haja vista a citação reiterada de: abuso sexual, abandono, evasão escolar, insegurança alimentar, negligência, maus-tratos, trabalho infantil, violência doméstica, violência psicológica, violência sexual e violência física

O que se pode perceber a partir dos dados apresentados pelos CRAS São Gonçalo, Palmeirinha, Horto e Timbaúba é que, especificamente, dos 59 casos envolvendo as violações de direitos, 48 (81,35%) foram categorizadas corretamente, podendo depreender que: ocorreram 24 casos de negligência ou 48,98% do total de violações; 14 casos de trabalho infantil (29,17%); 4 casos de violência psicológica (8,33%). As demais violações envolvendo abuso sexual, abandono, maus-tratos, violência física e violência sexual somam 6 casos, ou seja, 12,5% do total de violações.

Esta é apenas uma parca representação de um pequeno universo, uma vez que não é possível contabilizar o número exato de violações identificadas e encaminhadas à rede pelos equipamentos de CRAS, no ano de 2021, e analisar da maneira correta. Até porque, ainda há que considerar a existência de violências contra crianças e adolescentes subnotificadas ou não notificadas, que, comumente, são chamadas de cifras ocultas, haja vista que nem sempre as violações de direitos passam pelo crivo das instâncias de Estado, o que dificulta a elaboração de um real cenário de violações.

A segunda pergunta do questionário diz respeito aos índices demográficos destes atendimentos realizados. Isto porque, demografia, enquanto o ramo da ciência que se destina a analisar populações humanas e suas características gerais (MATUDA, 2009), permite a coleta de dados relacionados ao gênero, território, etnia, ocupação, faixa etária, moradia, aspectos socioeconômicos e quaisquer outras categorias caracterizadoras de determinada população, dentro de um tempo e um espaço. É, pois, a partir desses dados transformados em informação que se é possível pensar em estratégias para a resolução de problemas de grupos populacionais e de territórios, alinhadas com as particularidades destes.

Para as políticas públicas e sociais, a demografia pode oferecer dados de muita importância para a execução destas, pois podem servir de sustentação para a criação de novas legislações e alterações nos regramentos e normativas existentes. O autor Haroldo da Gama Torres (2006), em artigo intitulado “Demografia urbana e políticas sociais”, trouxe uma problemática sobre a subutilização da demografia nas políticas públicas e sociais em escala local, ele reflete que:

Se é verdade que no âmbito de políticas nacionais – como as de educação, saúde e previdência social – a contribuição dos demógrafos tem sido relevante, vale também destacar que, no plano das milhares de iniciativas de planejamento realizadas anualmente no Brasil nas escalas estadual e municipal, poucas vezes essa contribuição é buscada, e mesmo quando verificada assume um caráter relativamente limitado, diante da enorme demanda existente (TORRES, 2006, p. 28).

Para o Brasil, que possui dimensões continentais e um território extremamente heterogêneo, isso se mostra como um grande desafio no planejamento das políticas públicas e sociais. Quanto ao presente diagnóstico, a Política de Assistência Social e seus equipamentos, embora esteja dentro de um sistema de ações e responsabilidades descentralizadas, não possui sistemas de coleta de informação sobre os atendimentos. Ou seja, não tem suporte tecnológico, além da falta de capacitação das equipes quanto ao uso e importância da coleta e tratamento desses dados. Esse cenário, abaixo descrito, pode ser observado nos dados recebidos no questionamento sobre os índices demográficos dos atendimentos realizados.

Quadro 7 – Pergunta 02: Existem índices demográficos em relação a esses atendimentos?

Se sim, especificar por sexo, cor, faixa etária e bairro/território

CRAS	SEXO	COR	FAIXA ETÁRIA	BAIRRO
SÃO GONÇALO	02 F 02 M	04 PARDOS	03-12 ANOS	ZONA RURAL
HORTO	05 M	NÃO INFORMADO.	12-16 ANOS	HORTO
AEROPORTO	10 F 01 M	06 PARDOS 02 NEGROS	NÃO INFORMADO	PEDRINHAS
TIMBAÚBA	13 F	“SEM	1- 14 ANOS	TIMBAÚBA;

	22 M	IDENTIFICAÇÃO”		JUVÊNIO SANTANA; PIO XII; LIMOEIRO E VILA FÁTIMA
PALMEIRINHA	“NÃO DISPOMOS DESSA INFORMAÇÃO”.			
TRIÂNGULO	NÃO INFORMADO.			
JARDIM GONZAGA	“NÃO”.			
JOÃO CABRAL	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.			
CAMPO ALEGRE	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.			
FREI DAMIÃO	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO.			
POLO DE ATENDIMENTO	“NÃO”.			

Fonte: Dados primários coletados através de questionário.

Dos dados demográficos solicitados, ou seja, dos 59 casos, 25 ou 45,45% foram em pessoas do sexo feminino e 30 ou 54,54% foram em pessoas do sexo masculino, entre a faixa etária de 1 a 16 anos. Em relação aos bairros citados pelos CRAS, São Gonçalo, Horto, Aeroporto e Timbaúba, apenas os casos acolhidos pelo CRAS Timbaúba são de bairros distantes do equipamento, revelando, talvez, certa dificuldade no atendimento de demandas espontâneas, quando se observa a abrangência dos territórios dos CRAS, seus recursos humanos e materiais para os atendimentos dessas necessidades.

Em relação à categoria cor, apenas dois equipamentos forneceram dados. Dos 59 casos, consegue-se apresentar apenas um total de 10 pessoas pardas e 2 pessoas negras. Os demais equipamentos responderam como: *não dispomos dessa informação, não informado e não*. Essa pouca existência de dados revela um problema estrutural a respeito da história das populações negra e indígena, quando se fala em História do Brasil. A questão etnicorracial é um assunto denso³, no entanto, é uma temática que permite aos

³ Para aquelas pessoas que tenham interesse em se aprofundar na história do negro no Brasil, deixamos a obra do autor Kabengele Munanga, intitulada “Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil” (2002). Nesta obra, o autor organiza outras obras sobre temáticas relacionadas à África, cultura, literatura, religiões, arte, culinária, demografia, dentre tantos outros. Disponível nas referências desta produção.

profissionais da assistência entenderem a estrutura social, suas delimitações e impactos sobre os grupos para pensar e agir criticamente sobre o desenho da política social que atenda às particularidades desse contingente.

A ausência desses dados, bem como sua não sistematização, revela o que o autor Torres (2006) trouxe sobre o caráter limitado e subutilizado de dados demográficos pela Política de Assistência Social. Os autores Brito *et. al.* (2007) informam que as bases demográficas da economia e da sociedade têm se transformado rapidamente, exigindo um ajuste adequado que não se realizará sem a intermediação do Estado através de políticas públicas fundamentais. Assim, depreende-se que os profissionais podem e devem se utilizar de dados e informações fornecidos por grandes órgãos, como o IBGE, para a delimitação do perfil populacional de grandes estados, macro e microáreas, mas que isso não isenta de se realizar uma coleta junto aos atendimentos. Isso implica a criação de formulário padronizado que sirva de material para coleta de dados demográficos, contemplando categorias que podem servir de subsídios para a formulação e reformulação de políticas públicas e sociais.

A terceira pergunta foi sobre a existência de parcerias público e privadas no período de janeiro a dezembro do ano de 2021. A pergunta não especifica se as atividades são para o público infante-juvenil, entretanto, compreendendo o CRAS como um espaço para a família, entende-se que as ações/atividades desenvolvidas precisam impactar esse contingente populacional também. Assim, dos 11 equipamentos de assistência social, 8 forneceram dados sobre o questionamento apontado.

Quadro 08 – Pergunta 03: Houve parcerias público e privadas? Se sim, indicar o número de parcerias realizadas e especificar as atividades desenvolvidas

CRAS	PARCERIAS REALIZADAS
SÃO GONÇALO	<p>“R: Sim.</p> <p>Pública: CRM, CREAS e Patrulha Maria da Penha, Escolas Públicas da Rede Municipal localizadas no nosso território;</p> <p>Privadas: SESC e UNILEÃO. Atividades realizadas: Palestras, Rodas de Conversas; Dinâmicas; Brincadeiras lúdicas e educativas; Jogos etc.”</p>

HORTO	“Parcerias para o público adolescente com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI- UFCA, onde no ano de 2021 foi desenvolvido um projeto voltado ao tema meio ambiente com os adolescentes do serviço de convivência do CRAS Horto”.
AEROPORTO	“Público – com o CEUS ⁴ da área de esporte e lazer”.
PALMEIRINHA	“Sim. Parcerias públicas com: Escolas municipais – informações sobre assiduidade escolar, comportamento PSF – encaminhamento de usuários, colaboradores para dar palestras no CRAS com temas específicos da saúde”.
TRIÂNGULO	“ONG - Quebrada Cultural; ONG- Asa Branca; Empresas privadas; SESC; SENAI; Rede Socioassistencial; Rede Intersetorial”.
JARDIM GONZAGA	“Universidade Leão Sampaio (cestas do projeto Cariri Solidário)”.
JOÃO CABRAL	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
CAMPO ALEGRE	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
FREI DAMIÃO	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
POLO DE ATENDIMENTO	“Ação de saúde bucal - 11/11/2021 - Estagiários de odontologia UNILEÃO; Natal solidário - 22/12/2021 - Doação de brinquedos pela academia Smart Fit.”
TIMBAÚBA	Sim, houve. Houve parcerias com o Centro Universitário Dr. Leandro Sampaio, na realização do Projeto Cariri Solidário, com o SESC, SENAI e SESI.

Fonte: Dados primários coletados através de questionário.

A partir dos dados fornecidos, pode-se concluir que as matérias trabalhadas nas ações/atividades englobaram questões de gênero e violação de direitos, em especial sobre a Lei Maria da Penha, sobre meio ambiente, comportamento, assiduidade escolar, matérias de saúde em geral e saúde bucal. Essas ações corroboram e complementam as ações e atividades de planejamento realizadas pelas equipes dos CRAS, que,

⁴ Centro de Artes e Esportes Unificados de Juazeiro do Norte-CE.

frequentemente, adéquam seu calendário de atividades às campanhas e datas comemorativas do calendário brasileiro.

As parcerias abrangeram equipamentos próximos da rede como o CREAS, IES, ONGs, as instituições do sistema Fecomércio, escolas de abrangência do território do CRAS, Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma academia que realizara doação de brinquedos na campanha natal solidário. As parcerias com instituições de ensino superior foram: o Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO) e a UFCA. E, em relação ao Sistema S, as parcerias se desenvolveram junto às instituições Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI).

É preciso destacar que nesse período de coleta, no ano de 2021, a pandemia do coronavírus impôs medidas médico-sanitárias a fim de amenizar os impactos da doença na população. Assim, esses equipamentos, apesar do momento de restrição, com as devidas medidas de precaução, realizaram atividades com temáticas importantes para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e comportamental dos usuários da política. Assim como o fortalecimento do bem-estar através do desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, além da oferta de cestas básicas para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social e econômica. Não se faz necessário inferir sobre o quantitativo de pessoas nessas ações, uma vez que a análise se dá mais no sentido de entender quais temáticas foram trabalhadas e sua devida importância no processo formativo do sujeito.

Os equipamentos de assistência social também foram questionados a respeito do quantitativo de profissionais que atuam no equipamento, com o intuito de refletir sobre a demanda de trabalho, território de abrangência e o alcance do que é preconizado em lei, em específico na PNAS, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) do SUAS, bem como nas orientações técnicas sobre os CRAS. Assim:

Quadro 9 – Pergunta 04: Quantos colaboradores atuam no órgão/setor?

CRAS	NÚMERO DE COLABORADORES
SÃO GONÇALO	“R: 08 (oito)”.

HORTO	Não foi informado.
AEROPORTO	“14 colaboradores”
PALMEIRINHA	“11 (3 técnicos, 1 coordenador, 2 orientadores sociais, 1 recepcionista, 1 ASG, 1 porteiro, 2 vigias)”.
TRIÂNGULO	Não foi informado.
JARDIM GONZAGA	“12”.
JOÃO CABRAL	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
CAMPO ALEGRE	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
FREI DAMIÃO	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
POLO DE ATENDIMENTO	Não foi informado.
TIMBAÚBA	“14 profissionais.”

Fonte: Dados primários coletados através de questionário.

Dos 11 equipamentos, 05 responderam ao questionamento com: 08; 14 colaboradores; 11 (03 técnicos, 01 coordenador, 02 orientadores sociais, 01 recepcionista, 01 ASG, 01 porteiro e 02 vigias); 12; e 14 profissionais.

Nos CRAS, as equipes são compostas por profissionais que ficam a cargo da gestão e execução territorial da proteção social básica, realizando o planejamento e a organização de serviços e ações, bem como a oferta do serviço de PAIF. A composição da equipe é regulamentada, especificamente, pela NOB/RH/SUAS e, em lei, é proporcional ao quantitativo de famílias referenciadas pelo CRAS. Em lei, a disposição da equipe segue a norma de:

Quadro 10 – Detalhamento do quantitativo de famílias referenciadas e da equipe

Famílias Referenciadas	Capacidade de Atendimento Anual	Equipe de Referência	Observação
Até 2.500	500	Dois técnicos com nível médio e dois com nível superior, sendo um assistente social e outro, preferencialmente, psicólogo.	As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais
3.500	750	Três técnicos com nível médio e três com nível superior, sendo dois assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo.	
5.000	1.000	Quatro técnicos com nível médio e quatro com nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS*.	

Fonte: Informações obtidas através do manual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com Orientações Técnicas para os Centros de Referência Social - CRAS (2009a).

Em formulário *online* aplicado às equipes com o intuito de entender a dinâmica do equipamento, foram coletados dados referentes aos grupos do SCFV, dos dias e horários de atendimento, da equipe e acerca do quantitativo de famílias referenciadas, estando assim posto:

Quadro 11 – Dados referentes ao quantitativo de famílias referenciadas, de acordo com as equipes dos CRAS

CRAS	Famílias Referenciadas
Campo Alegre	2.500
Palmeirinha	72
São Gonçalo	3.500

Triângulo	15.000 (aproximadamente)
Timbaúba	5.000
Jardim Gonzaga	293
Frei Damião	Até 5.000
Horto	333
João Cabral	5.000
Aeroporto	5.000

Fonte: Formulário *Google Forms*. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScwIgKR432pnKgbfIWZdZJanxzc8VhjV_x5UnFiHeSXC/SQ2g/viewform?usp=pp_url. Acesso em: 10 jul. 2023.

Esse quadro apresenta uma pequena parte do cenário da Política de Assistência Social em Juazeiro do Norte-CE pela ótica das equipes dos CRAS, que se encontram na ponta da política, em contato direto com a população. Quando questionados sobre a proporcionalidade de profissionais e a demanda existente para a realização das atividades, as respostas foram: alta demanda para um quantitativo reduzido de profissionais; abrangência do território vai para além das possibilidades de intervenção; choque entre a realidade e o mapeamento feito pela vigilância devido ao crescimento desordenado do município; equipe de trabalho reduzida, contando com 02 orientadores sociais, rotativos para outro equipamento e com atendimento de faixa etária diversa; lista de cadastro de reserva com mais de 70 crianças para entrarem no SCFV.

Essas questões acima apontam que há um território de abrangência⁵ extenso e que o quantitativo de profissionais não dá cabo de atender a alta demanda, tampouco dá continuidade e acompanhamento nos atendimentos existentes. Desta feita, urge a necessidade de redirecionar o olhar para o quantitativo de profissionais nos equipamentos da assistência social a fim de minimizar os impactos sobre a oferta de serviços que favoreçam, de fato, uma proteção social que incida sobre as demandas de grupos menos favorecidos, evitando o rompimento dos vínculos familiares e/ou comunitários.

Os equipamentos de assistência social também foram questionados sobre as ações desenvolvidas no ano de 2021 voltadas para crianças e adolescentes. Isto porque entende-

⁵ Vide os bairros dentro do território de cada CRAS que estão apresentados nas primeiras seções deste documento.

se o CRAS como um espaço voltado para a acolhida da família, em especial, para as crianças e adolescentes. Assim, dos 11 equipamentos, 08 forneceram respostas, que foram:

Quadro 12 – Pergunta 05: Qual o número de ações e atividades que foram desenvolvidas no ano de 2021 voltadas para crianças e adolescentes? Especificar as atividades desenvolvidas e quais locais/localidades ocorreram

CRAS	NÚMERO DE AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2021 PARA O PÚBLICO INFANTO-JUVENIL
SÃO GONÇALO	<p>“R: 32 atividades. (OBS: Vale ressaltar que as atividades presenciais nos CRAS do referido município voltaram a acontecer a partir de junho de 2021, como consequência do momento pandêmico). Locais: CRAS Vila São Gonçalo; Escola e Creche do Sítio Amaro Coelho e Marrocos, Escola do Sítio Porções, Escola e Creche da Vila São Gonçalo e Quadra Esportiva da Vila São Gonçalo”.</p>
HORTO	<p>“Foi realizada uma tarde de roda de conversa em parceria com a escola Sebastião Teixeira Lima sobre gravidez na adolescência na própria escola. As outras atividades sobre prevenção ao suicídio, ‘não as drogas’, ‘não ao trabalho infantil’ foram realizadas no próprio equipamento, visto que no ano de 2021 estávamos vivenciando a pandemia da covid-19”.</p>
AEROPORTO	<p>“Atividade esportiva no Dia das Crianças no clube dos comerciários com os adolescentes atendidos pelo CRAS”.</p>
PALMEIRINHA	<p>“Palestra sobre ansiedade infantil na pandemia com a Dra. Cíntia Souza, AS do CAPS infantil; Objetivo: envolver as famílias do programa primeira infância no SUAS – Criança Feliz; Local: CRAS – transmissão por <i>Google Meet</i>. Comemoração do Dia das Crianças; Local: Quadra esportiva da comunidade Palmeirinha; Acompanhamento domiciliar pelos visitantes do Programa Criança Feliz; Encontros semanais do SCFV do ciclo de vida de crianças de 3 a 6 anos”.</p>
TRIÂNGULO	<p>“18 de Maio - Dia nacional contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (rodas de conversas nos grupos de serviço de convivência e com os pais sobre a temática); 12 de Junho - Dia internacional de combate ao trabalho Infantil – Participação de caminhada em prol da campanha; palestras com a equipe do AEPETI, CREAS e profissionais do CRAS com as famílias assistidas pelo CRAS; Julho - Colônia de férias do SCFV- promover uma semana de</p>

	recreação voltada a assistir as crianças durante o mês de férias escolares, para que elas não fiquem expostas a riscos sociais, haja vista que o SCFV tem caráter continuado e não tem pausa; Outubro - Promoção do mês da infância, com atividades voltadas desde o grupo de gestantes aos grupos de SCFV, com palestras, recreação, reuniões, promoção de jogos, brincadeiras e ações lúdicas, com o intuito de promover inclusão e justiça social; Novembro - Ações sobre o <i>Novembro Negro</i> , abordando sobre o dia da Consciência Negra, levando aos grupos de crianças atividades lúdicas e rodas de conversa em torno do assunto”.
JARDIM GONZAGA	“Em média, 36 atividades remotas/semipresenciais”.
JOÃO CABRAL	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
CAMPO ALEGRE	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
FREI DAMIÃO	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
POLO DE ATENDIMENTO	“SCFV – 2 vezes por semana no Polo de Convivência Social; Dia das Crianças - Dia 26/10/2021 - Quadra Poliesportiva; Projeto Famílias Fortes - Polo de Convivência Social; Ação junto ao AEPETI ⁶ contra o trabalho infantil - Centro de Juazeiro do Norte - CE”.
TIMBAÚBA	1 Festa do Dia das Crianças; 08 Encontros do grupo de adolescentes; 1 ação de corte de cabelo com as crianças; 18 encontros do Projeto Cariri Solidário, com as crianças participantes. Realização de campanhas sobre o 18 de maio em alusão ao combate ao trabalho infantil.

Fonte: Dados primários coletados através de questionário.

É importante frisar que, no período pandêmico, ficou estabelecido através de decretos que funcionariam apenas os serviços essenciais. Por isso, dentro dos CRAS, os grupos PAIF e SCFV não entraram como necessários para o momento, assim sendo, os serviços foram suspensos. Em alguns equipamentos, a oferta se deu de maneira remota, com interação em grupos de *WhatsApp*, com distribuição de atividades, conforme o calendário. No entanto, muitos usuários evadiram-se dos serviços devido ao momento e à própria falta de interação física com os demais usuários, aliada demais às incertezas do momento.

⁶ Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI.

Assim, no ano de 2021, com a oferta da vacina para a população e o retorno paulatino de atividades e serviços, as equipes de CRAS precisaram empreitar um processo chamado Busca Ativa, que é um processo no qual a equipe identifica os sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade, no caso, os jovens que se encontravam fora dos serviços devido à pandemia.

A busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais (BRASIL; MDS, 2009, p. 29).

É necessário explicitar essa estratégia das equipes dos CRAS, visto que a pandemia desestruturou boa parte do trabalho que já era desenvolvido nos equipamentos quanto à existência, manutenção e continuidade dos grupos PAIF e SCFV, que fazem dos CRAS equipamentos com relevância para o alcance dos objetivos da Política de Assistência Social. Assim, o questionamento sobre um quantitativo de atividades desenvolvidas em um ano que ainda se experienciou a pandemia, bem como locais e localidades, justifica-se pela necessidade de compreender a relação dos usuários com os serviços ofertados pela política de assistência e a sua abrangência quanto à essa oferta.

Pelas informações coletadas, não se pode concluir um número exato de atividades e ações desenvolvidas, dada as respostas e não respostas dos equipamentos. De tal modo, o que se pode inferir sobre esse questionamento é que, apesar do momento pandêmico, muitas atividades ocorreram, algumas em formato remoto, via plataformas *online*, outras em parcerias com as escolas do território, os equipamentos da rede de políticas, e a maioria delas ocorreu dentro do próprio equipamento. A partir dessa coleta, também não é possível deduzir se bairros mais próximos e/ou mais distantes foram beneficiados de alguma forma com as atividades desenvolvidas.

Assim, devido à ausência e escassez de outros dados nas respostas do questionário, uma análise mais detalhada não se mostra viável. Por isso, nas coletas em campo, questionadas sobre os impasses para a realização das atividades, as equipes de assistência enumeraram reiteradamente:

- Escassez de recursos.
- Desinteresse dos usuários que trata o serviço como moeda de troca.
- Equipamentos de difícil acesso para os bairros limítrofes, sobrecarregando financeiramente o usuário com transporte e alimentação.
- Inexistência de material esportivo para o desenvolvimento das atividades e ausência de educador social.
- Desconhecimento do serviço ofertado.
- Esvaziamento do SCFV.
- Ausência de participação dos responsáveis e jovens acima de 14 anos.
- Falta de repasse de informação sobre o referenciamento dos territórios dos CRAS.

Essas questões apontam para algo que estudiosos da temática e profissionais da Política de Assistência Social já alertaram: a precarização da Política de Assistência Social em um contexto de crise do sistema capitalista, que, ao entrar em colapso, gera impacto nas esferas política, cultural, econômica e social. Na América Latina e no Brasil, o custo social dessa crise se soma a uma histórica e estrutural desigualdade de um país que vem adiando sua modernidade e que, continuamente, repõe tradições clientelistas e assistencialistas seculares (YAZBEK, 2016). A autora Berenice Rojas Couto traz uma grande contribuição quando discute a relação da crise do capital e a oferta da política de assistência, quando diz que:

A proteção social deve ser problematizada tendo como ponto de referência as condições de vida da classe trabalhadora e a possibilidade coletiva de incidir sobre a redistribuição da riqueza socialmente produzida. As evidências das condições de vida da classe trabalhadora é que devem ser as balizas sobre as quais se assentam os pilares da proteção social. Só de posse desses dados será possível identificar o que é necessário requerer das políticas sociais setoriais e do sistema de proteção social. A crise embora seja um componente do sistema capitalista, na contemporaneidade tem características que precisam ser evidenciadas. Pauta se pela desconstituição de direitos, que vão desde os desmercadorizáveis até aqueles advindos das lutas trabalhistas. A ordem do capital é desproteger (COUTO, 2016, p. 33).

Isso implica a oferta de uma política focalizada e com baixo recursos humanos e materiais, o que permite conjecturar inúmeras hipóteses sobre o pouco “interesse” da família no espaço e na oferta de serviços do CRAS, sendo eles: os responsáveis familiares não veem a importância dos serviços oferecidos para a manutenção dos vínculos familiares; os responsáveis precisam trabalhar, formal ou informalmente, para manter as despesas da casa; a oferta de ensino integral impactou o número de crianças e

adolescentes nos serviços; o uso das tecnologias pelos usuários tornou as atividades ofertadas menos atrativas; e os CRAS não conseguiram acompanhar o desenvolvimento tecnológico.

É possível que a oferta tenha se tornado tão focal que os usuários veem a Política de Assistência Social, na figura do CRAS, apenas como um espaço de oferta de troca. Essas são algumas hipóteses que devem ficar como inquietações para os gestores, profissionais da assistência e sociedade civil.

Por último, questionou-se às equipes sobre as lacunas existentes quanto ao desenvolvimento de atividades dentro dos serviços. As respostas para essa pergunta podem reafirmar o que foi discutido anteriormente sobre a política em si ou refutar algumas hipóteses criadas. De tal modo, dos 11 equipamentos, 08 forneceram respostas para a análise, estando assim postas:

Quadro 13 – Pergunta 06: Há lacunas em relação ao desenvolvimento das atividades? Se sim, quais?

CRAS	LACUNAS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES
SÃO GONÇALO	<p>“R. Sim. Primeiro ponto: O espaço físico do equipamento é pequeno para um melhor desenvolvimento das atividades.</p> <p>Segundo ponto: encontra-se na distância para algumas famílias, pois não possui transporte coletivo e nem próprio para chegar até ao CRAS, dificultando a participação nos serviços ofertados pelo equipamento.</p> <p>Terceiro ponto: Os cortes de verbas federais na Política de Assistência têm prejudicado grandemente a qualidade e desenvolvimento da oferta dos serviços socioassistenciais”.</p>
HORTO	<p>“Sim, em relação à participação e interesse dos adolescentes para participarem e frequentarem as nossas atividades educativas, é notória uma resistência dos mesmos”.</p>
AEROPORTO	<p>“Durante o ano de 2021, as principais dificuldades foram em relação à pandemia, o que impossibilitou de desenvolver as atividades em grupos devido ao aumento do número de casos”.</p>
PALMEIRINHA	<p>“Em relação ao acompanhamento familiar, quando são necessárias visitas domiciliares, o transporte para deslocamento é limitado a uma vez por semana, por apenas um turno”.</p>
TRIÂNGULO	<p>“Escassez de educadores sociais, haja vista que atualmente só existe uma profissional para executar o serviço de convivência.</p> <p>Demandas de outros bairros, tais como: Antônio Vieira, Salesiano, Santo Antônio, São Geraldo, Santa Tereza, que territorialmente ficam distante do CRAS, impossibilitando</p>

	algumas vezes a oferta do serviço para crianças e adolescentes daquelas localidades. Fragilidade no fluxo da rede socioassistencial em relação às demandas existentes e o encaminhamento e contrarreferência desses casos para os equipamentos competentes”.
JARDIM GONZAGA	“Sim. Falta de espaço fresco para realização das atividades, material e acesso à <i>internet</i> por parte de usuários”.
JOÃO CABRAL	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
CAMPO ALEGRE	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
FREI DAMIÃO	NÃO RESPONDEU AO QUESTIONÁRIO
POLO DE ATENDIMENTO	“Falta de continuidade do serviço e escassez de recursos humanos e materiais”.
TIMBAÚBA	<p>“Limitação no acesso ao transporte para realizar as visitas domiciliares.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limitação na quantidade de materiais de expediente. - Limitação na quantidade de materiais para realizar as atividades grupais. - Limitação na quantidade de insumos alimentícios para os usuários. - Limitação na quantidade de profissionais para realização das atividades”.

Fonte: Dados primários coletados através de questionário.

Todos os equipamentos relataram existir lacunas quanto ao desenvolvimento das atividades, sendo as mais citadas: limitação quanto ao acesso do transporte para a realização de visitas domiciliares; recursos humanos e materiais escassos, falta de alimentos para ofertar lanche aos usuários; localização do CRAS e dificuldade de acesso dos usuários de bairros mais distantes aos serviços; acesso à *internet*; estrutura física do espaço; limitação da rede quanto ao acompanhamento dos atendimentos, dentre outras que podem ser verificadas no quadro acima.

Esses dados dialogam com as respostas da pergunta anterior em relação às atividades desenvolvidas em 2021 e dão sustentação para o que os autores citados discorreram sobre a fragilidade na qual a política de assistência se encontra. Essas limitações afetam diretamente a qualidade dos serviços realizados e, conseqüentemente, a “oferta” de um nível de proteção que, de fato, colabore para o não rompimento dos vínculos familiares, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento das condições

de atendimento às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, conforme o PNAS (2004).

Em suma, a partir dos dados coletados dos questionários, da não devolutiva dos equipamentos CRAS João Cabral, Frei Damião e Campo Alegre e da escassez de alguns dados de outros equipamentos, surgem as seguintes indagações: os cargos de gestão (coordenadores) compreendem a importância da pesquisa científica e social para o campo das políticas públicas e sociais? Em quais dados se baseiam as ações desenvolvidas pelos equipamentos de assistência? Quais são os públicos impactados? Quais são os bairros no quais chegam essas ações? Quais são os indicadores e impactos desejados na definição de estratégias da assistência? Esses questionamentos são necessários e urgentes para uma reflexão aprofundada sobre a organização da Política de Assistência Social em Juazeiro do Norte - CE.

5.2 Violações de direitos e ações de enfrentamento pelas equipes do CREAS

Na estrutura do SUAS, no nível de proteção especial de média complexidade, tem-se o equipamento CREAS. De acordo com a Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), o CREAS objetiva a oferta de trabalho com indivíduos e famílias que estejam em situação de risco pessoal e social decorrentes de violações de direitos. A resolução delimita os usuários dos serviços ofertados por este equipamento, alguns deles são indivíduos e famílias que sofreram, “violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância” (CNAS, 2009), dentre outras.

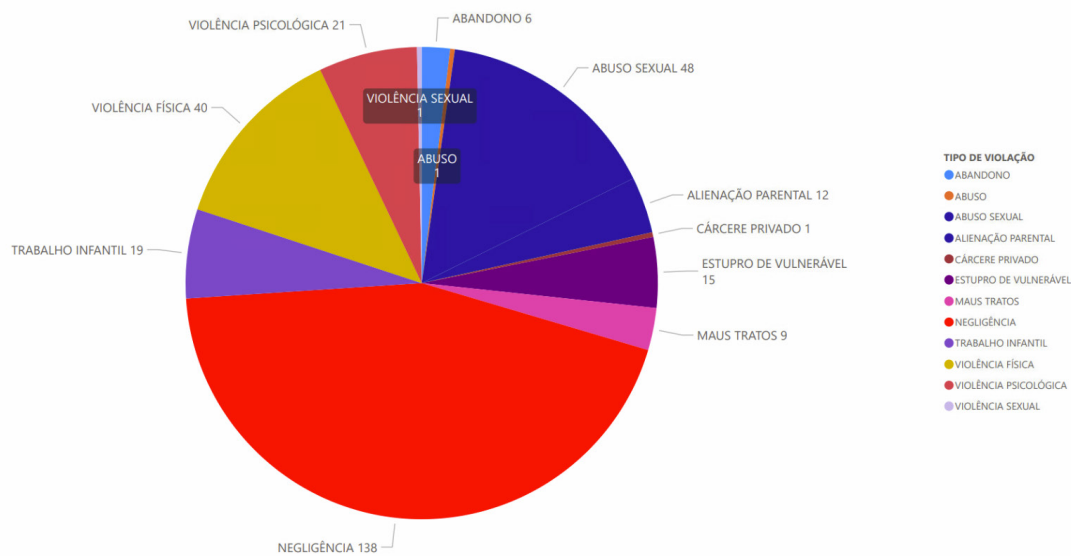
Em Juazeiro do Norte-CE, existe um CREAS que conta com 25 profissionais, conforme o porte do município e a quantidade de habitantes. Esse parâmetro quantitativo de equipamentos de CREAS é definido mediante um diagnóstico socioterritorial e com dados da Vigilância Socioassistencial, levando em consideração a realidade do território, bem como suas demandas.

Assim, para o CREAS, foi elaborado o seguinte questionário:

- Número e tipo de violações de direitos sofridos e ações de enfrentamento realizadas pelas equipes do CREAS dentro da rede municipal.
- Existem índices demográficos em relação a esses atendimentos? Se sim, especificar por sexo, cor, faixa etária e bairro/território.
- Há parcerias público e privadas? Se sim, indicar o número de parcerias realizadas e especificar as atividades desenvolvidas.
- Qual o número de ações e atividades que foram desenvolvidas no ano de 2021 voltadas para crianças e adolescentes? Especificar as atividades desenvolvidas e quais locais/localidades ocorreram.
- Há lacunas em relação ao desenvolvimento das atividades? Se sim, quais?

Diante da resposta fornecida ao questionário para a primeira indagação sobre o número e tipo de violações de direitos sofridos e sobre ações de enfrentamento realizadas pela equipe do CREAS dentro da rede municipal, pode-se observar que:

Gráfico 21 – Total de violações contra crianças por tipo de violação



Fonte: autor.

Foram ao todo 311 violações de direito contra crianças atendidas pelo CREAS em todo o ano de 2021. As violações de direito, em síntese, foram: abandono; abuso; abuso

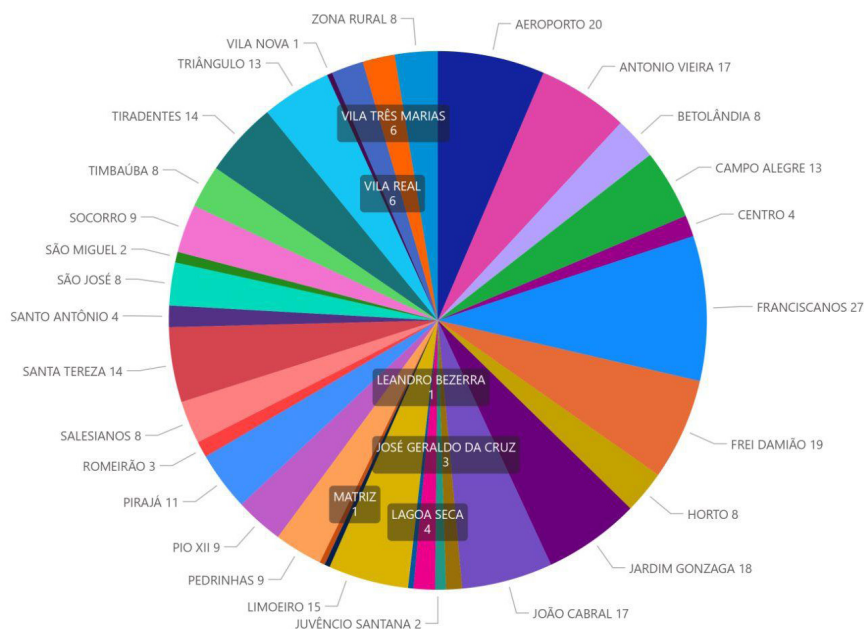
sexual; alienação parental; cárcere privado; estupro de vulnerável; maus-tratos, negligência; trabalho infantil; violência física; violência psicológica e violência sexual⁷.

Desse total, 138, ou 44,37% dos casos, foram de negligência; 48 (15,44%) foram de abuso sexual; 40 (12,86%) foram de violência física; 21 (6,75%) de violência psicológica; 19 (6,11%) de trabalho infantil e 15 (4,82%) casos de estupro de vulnerável. As demais violações envolvendo maus-tratos, cárcere privado, alienação parental, abuso, violência sexual e abandono somam 30 (9,65%) casos de violações de direitos contra crianças, em Juazeiro do Norte – CE, no ano de 2021.

Em relação às informações demográficas desses atendimentos, coletaram-se apenas dados etários e geográficos. A inexistência de quantificação da cor/etnia revela a mesma deficiência quanto ao mapeamento dos usuários da política assistencial citado anteriormente. No que se refere à faixa de idade, esta compreende, genericamente, uma escala de 0 a 11 anos, não apresentando a idade correta de cada atendimento.

Contudo, em relação aos dados geográficos, no gráfico abaixo é possível identificar o número de violações por bairro.

Gráfico 22 – Total de violações contra crianças por bairro



Fonte: autor.

⁷ A nomenclatura dada a cada tipo de violação que segue as respostas dada pelo equipamento.

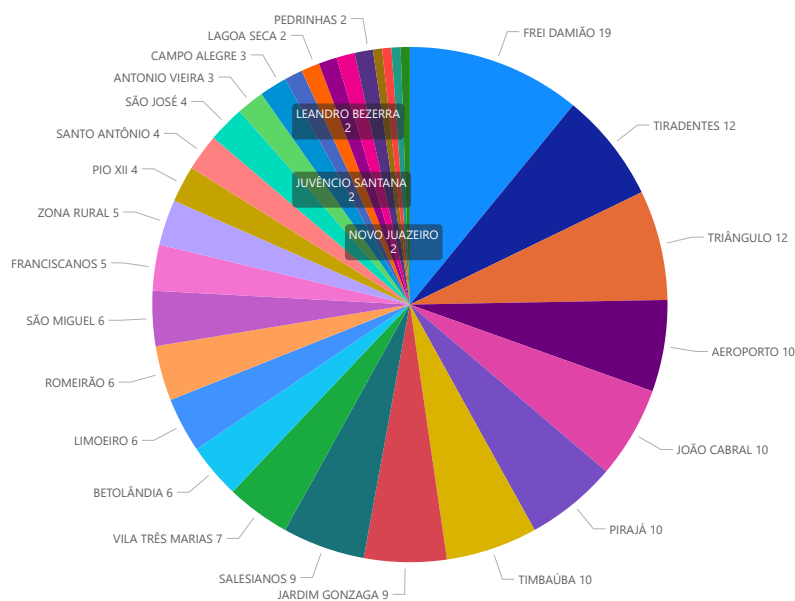
Do material acima, produzido pela equipe de pesquisa, pode-se observar, de forma decrescente, os bairros e seus respectivos números: Franciscanos (27); Aeroporto (20); Frei Damião (19); Jardim Gonzaga (18); Antônio Vieira e João Cabral (17); Limoeiro (15); Santa Tereza e Tiradentes (14); Campo Alegre e Triângulo (13); Pirajá (11); Pedrinhas, Pio XII e Socorro (09); Betolândia, Horto, Salesianos, São José, Timbaúba e Zona Rural (08); Vila Três Marias e Vila Real (06); Centro, Lagoa Seca e Santo Antônio, (04); José Geraldo da Cruz e Romeirão (03); Juvêncio Santana e São Miguel (02); Leandro Bezerra e Matriz (01).

Em relação às violações de direitos sofridas por adolescentes, os números totalizaram 173 casos. As violações constatadas foram: abandono; abuso sexual; alienação parental; assédio sexual; cárcere privado; discriminação transexual; estupro de vulnerável; exploração sexual; maus-tratos; negligência; trabalho infantil; violência física; violência patrimonial e psicológica.

Desses 173 casos, 53 (30,63%) foram de negligência; 45 (26,01%) foram de abuso sexual; 24 (13,87%) foram de violência física; 20 (11,56%) foram de trabalho infantil; abandono e violência psicológica somam 16 casos (9,24%); a violência patrimonial, alienação parental, assédio sexual, cárcere privado, discriminação transexual, estupro de vulnerável e exploração sexual somam 15 violações (8,67%).

Também quanto aos dados demográficos desses atendimentos, recebeu-se somente dados etários e geográficos. A faixa de idade compreende, genericamente, uma escala de 12 a 17 anos de idade, sem apresentar a idade relativa a cada atendimento. Quanto à cor/etnia, não foram coletados dados, revelando a mesma deficiência quanto ao mapeamento dos usuários da política. No gráfico abaixo é possível identificar o número de violações por bairro.

Gráfico 23 – Total de violações contra adolescentes por bairro



Fonte: autor.

A partir do esquema acima, estes são os bairros e seus respectivos números, de forma decrescente: Frei Damião (19); Tiradentes e Triângulo (12); Aeroporto, João Cabral, Pirajá e Timbaúba (10); Jardim Gonzaga e Salesianos (09); Vila Três Marias (07); Betolândia, Limoeiro, Romeirão e São Miguel (06); Franciscano e Zona Rural (05); Pio XII, Santo Antônio e São José (04); Antônio Vieira e Campo Alegre (03); Lagoa Seca, Pedrinhas, Leandro Bezerra, Juvêncio Santana e Novo Juazeiro (02).

No que diz respeito aos dados recebidos via CREAS sobre as violações de direitos das crianças e adolescentes, é possível inferir que o grupo com o maior índice de violações foi o de crianças, com 138 casos de diferença em relação ao de adolescentes. Das violações de direito, em um *ranking* para ambos, em primeiro lugar tem-se negligência, com 191 casos; em segundo lugar, abuso sexual, com 93 casos; e, em terceiro lugar, violência física, com 64 casos. Em relação às zonas em que essas violações foram detectadas, um *ranking* dos bairros com maiores índices é: Frei Damião, com 38 casos; João Cabral, 37; e Aeroporto, com 30 casos.

Frisa-se que não houve resposta a respeito das ações de enfrentamento realizadas pelas equipes do CREAS dentro da rede municipal. Ou seja, apenas se obteve resposta quanto ao primeiro questionamento, já devidamente esmiuçado acima.

Em relação às parcerias realizadas pelo equipamento, a equipe do CREAS respondeu que estas foram: Conselho Tutelar, através do encaminhamento de denúncia, aplicação de medidas e encaminhamento para a rede, solicitando serviços complementares; CRAS, através do fortalecimento de vínculos familiares, buscando superar a situação de violência; CAPS, com atendimento clínico especializado, em caso de necessidade de terapia; SEDEST, com mobilização e logística; Ministério Público, Poder Judiciário e Delegacia de Defesa da Mulher, para a judicialização de casos quando há necessidade; e demais secretarias municipais, no que toca ao engajamento em campanhas focais e superação de demandas voltadas à proteção e garantia de direito da criança e do adolescente.

Sobre o número de ações e dos locais das atividades desenvolvidas no ano de 2021 voltadas para crianças e adolescentes, o CREAS forneceu apenas dados relativos às ações. Estas foram: 16 palestras em escolas da rede municipal e estadual relacionadas à Campanha 18 de Maio; 07 palestras nos CRAS relacionadas à Campanha 18 de Maio; 06 Palestras nas escolas municipais durante o ano; Campanha do Dia 18 de Maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescente, com duração de 15 dias; e Campanha de combate à erradicação do trabalho infantil no mês de Julho.

Por fim, questionados a respeito da existência de lacunas em relação ao desenvolvimento das atividades, o CREAS informou que em razão da demanda crescente e da existência de apenas uma unidade em Juazeiro do Norte, não consegue atender às demandas a contento, mesmo tendo no município uma equipe técnica maior que a tipificada nos serviços socioassistenciais. Esta demanda, apontada pela equipe, assemelha-se às apontadas pelos CRAS.

5.3 Demais equipamentos da rede de assistência social

O campo da assistência social, em regra, estimula o alargamento dos contatos com outros órgãos para além dos equipamentos descritos pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, criado em 2006, a partir da Resolução n.º 113, do CONANDA.

Em consonância com isso, na cidade de Juazeiro do Norte-CE, quatro equipamentos atualmente desenvolvem ações que tangenciam o contato com crianças e adolescentes que estão inseridas e/ou possuem parcerias com a SEDEST, quais sejam: Secretaria de Esporte e Juventude (SEJUV), a Coordenação das AEPETI, o NUDGE, NEPIR e a Unidade de Acolhimento Institucional.

Todos esses equipamentos foram contactados pela equipe de pesquisa, mas foi o contato com os gestores que possibilitou uma visualização de como ocorrem os atendimentos, bem como os possíveis desafios na realização das atividades propostas. Até mesmo porque, durante a pesquisa, os equipamentos, no geral, justificaram que o alto fluxo de demandas, a falta de dados compilados para serem repassados de forma efetiva referente ao ano solicitado, o cenário pós-pandêmico e a transição da gestão municipal compõem as razões para o não acesso aos documentos.

Apesar desse cenário, o NEPIR, enquanto um importante equipamento de apoio e combate ao racismo, com ações educativas e promoção de políticas de igualdade racial, reinaugurado em 2022, com sede na Casa do Povo, informou os dados relativos aos atendimentos após o período de sua reativação. Segundo o próprio equipamento, no ano de 2022, foram realizados 476 atendimentos, divididos mensalmente desta forma: maio, 25 atendimentos/encaminhamentos; junho, 18 atendimentos/encaminhamentos; julho, 15 atendimentos/encaminhamentos; agosto, 73 atendimentos/encaminhamentos; setembro, 100 atendimentos/encaminhamentos; e novembro, 122 atendimentos/encaminhamentos.

O funcionamento desse núcleo é embasado pelas diretrizes apresentadas pela Lei n.º 12.288, de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado à garantia de direitos e promoção da igualdade de oportunidades para a população negra. Este estatuto destaca que é dever do Estado e da sociedade reconhecer a todo cidadão brasileiro, independente da etnia ou cor da pele, o direito à participação na comunidade, atividades políticas e econômicas, dentre outros direitos assegurados legalmente.

Por isso, como potencializadores desses direitos, o NEPIR tem a missão, como descrito pelos gestores, de promover ações direcionadas à população negra, a fim de garantir a efetivação de políticas públicas, a partir do estatuto, das leis afirmativas e de apoio à educação inclusiva, bem como referencia-se na historicidade afro-brasileira, desde o plano nacional de atenção à população, como em outros documentos base.

6 O CUIDADO E A PROMOÇÃO DE DIREITOS: o que dizem as famílias?

Esta seção, em especial, busca trazer a perspectiva dos pais e responsáveis, bem como das crianças e dos adolescentes quanto à promoção e efetivação de direitos na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Para tanto, utiliza-se dos dados primários coletados por meio da aplicação de questionários realizados no âmbito escolar e em outros espaços da rede de assistência social.

Enfatiza-se aqui os pontos mais relevantes para a observação das violações e promoção de direitos, com destaque para as áreas de saúde, educação e cultura. Segue, abaixo, portanto, um retrato do olhar dos usuários impactados pela rede de assistência do município.

6.1 A percepção dos pais e dos responsáveis

É sabido que a rede de assistência social tem como objetivo prestar auxílio às famílias mais vulneráveis. Por isso, inicialmente, convém fazer um recorte econômico a respeito das famílias atendidas pelo sistema de assistência desse município como forma de balizar as reflexões e as inferências acerca dos dados apresentados.

Segundo as informações geradas pelo questionário, observa-se que a maioria das famílias respondentes desta pesquisa recebe entre meio e um salário mínimo, e outra parte significativa recebe até meio salário mínimo, sendo um total de 50% e 41,67%, respectivamente. Esses dados, em alguma medida, ratificam o perfil de vulnerabilidade e de pobreza das famílias assistidas e sinaliza para a necessidade de ampliação das políticas de transferência de renda.

Contudo, apesar desse cenário de insuficiência financeira, os tutores informam que conseguem ter acesso a determinados bens de consumo, com destaque para: celular, televisão, *internet*, fogão, geladeira e ventilador, dentre outros. O que denota, em alguma medida, através do gráfico de nuvem de palavras, o acesso e uso de tecnologias nos lares dessas famílias. Porém, a respeito da utilização de celulares e de *internet*, é importante considerar a exposição às telas e o controle do uso dessas ferramentas pelos pais.

Bens de consumo

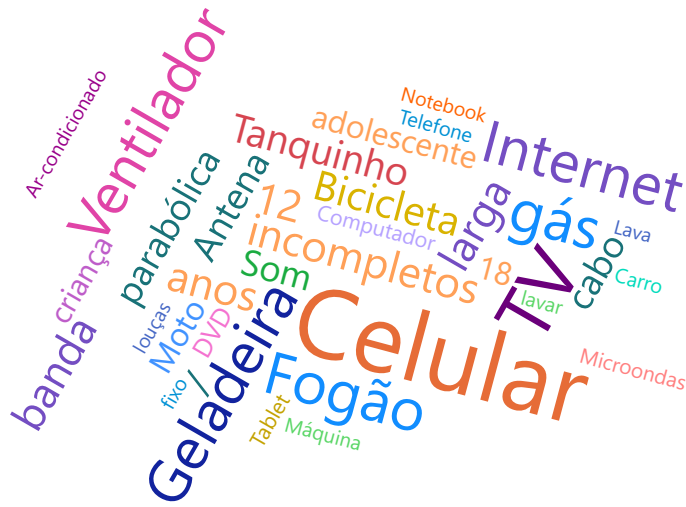
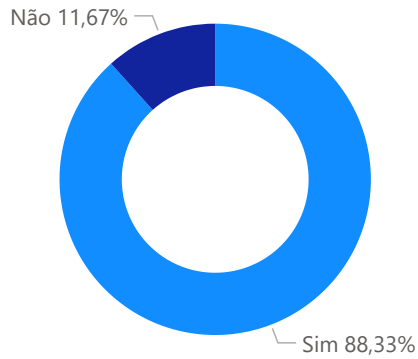


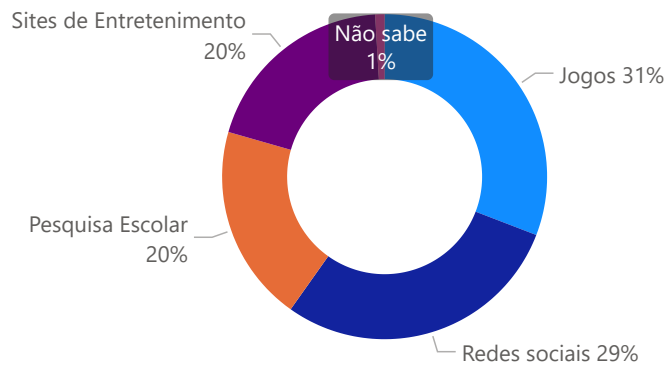
Figura 4 - Nuvem de palavras

Gráfico 24

Tem acesso à internet? (Celular, Tablet, Computador)



Que tipo de conteúdo elas acessam?

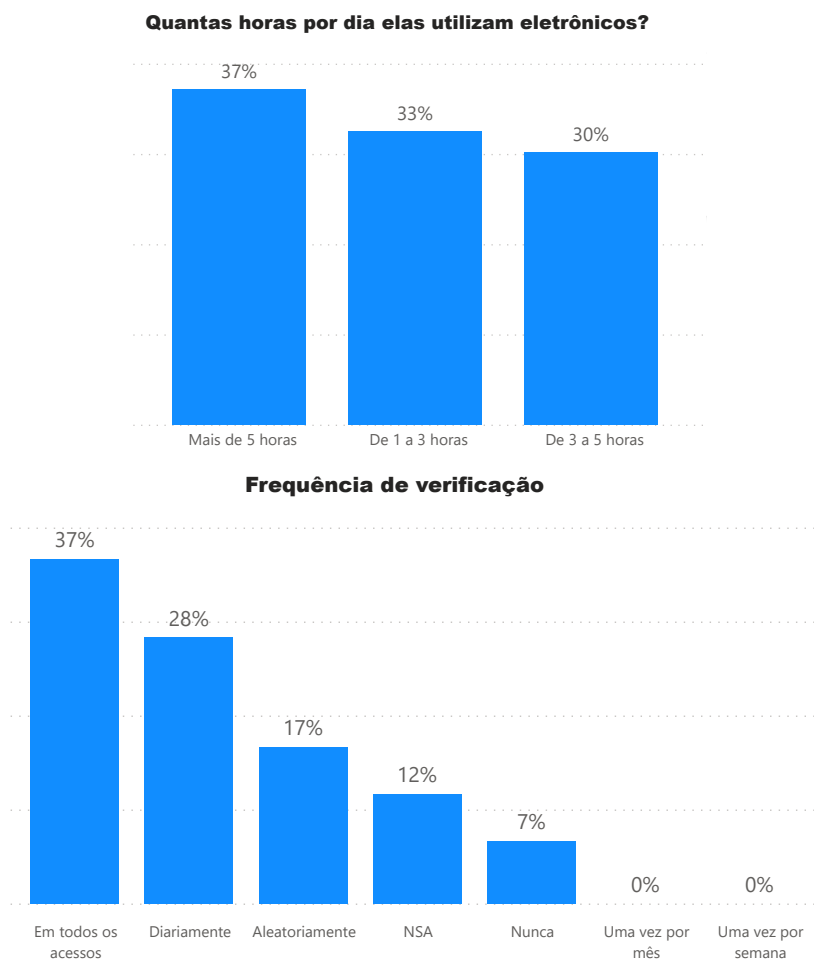


Fonte: autor.

Dos gráficos acima, depreende-se, portanto, que 88,33% das famílias têm acesso à *internet*. Contudo, em relação ao conteúdo, os pais afirmam que 20% de suas crianças e adolescentes usam essa ferramenta em *sites* de entretenimento, 31% em jogos e 29% em redes sociais. Desse cenário, apenas 20% do público infantojuvenil faria uso da *internet* para fins escolares. Esse dado, por si, suscita uma certa reflexão acerca da qualidade do uso do espaço virtual, uma vez que seu potencial formativo e educacional está sendo ignorado.

Apesar dos pais, majoritariamente, afirmarem verificar o conteúdo acessado por suas crianças e adolescentes (37% acompanham todos os acessos e 28% acompanham diariamente), há que se ressaltar que eles não direcionam ou não orientam para o melhor uso da ferramenta, fazendo com que a *internet* e os equipamentos eletrônicos sejam utilizados como mero passatempo. Os gráficos abaixo ilustram bem essa afirmação.

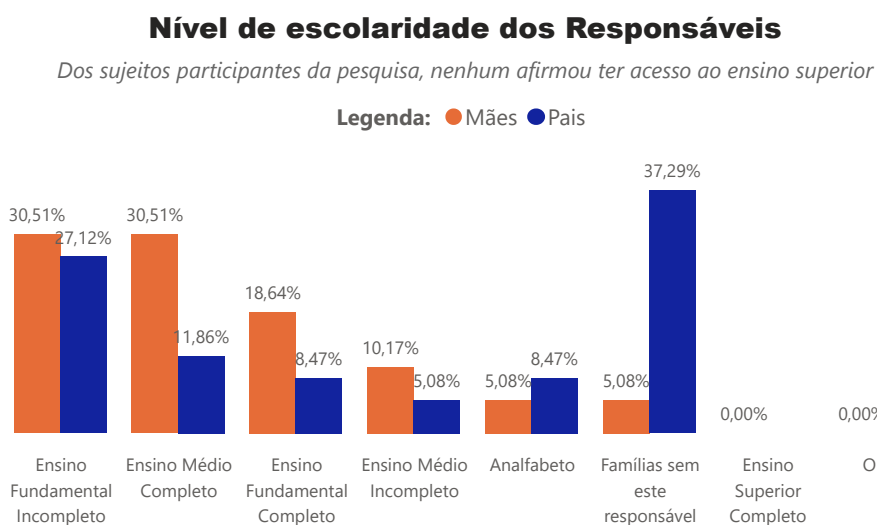
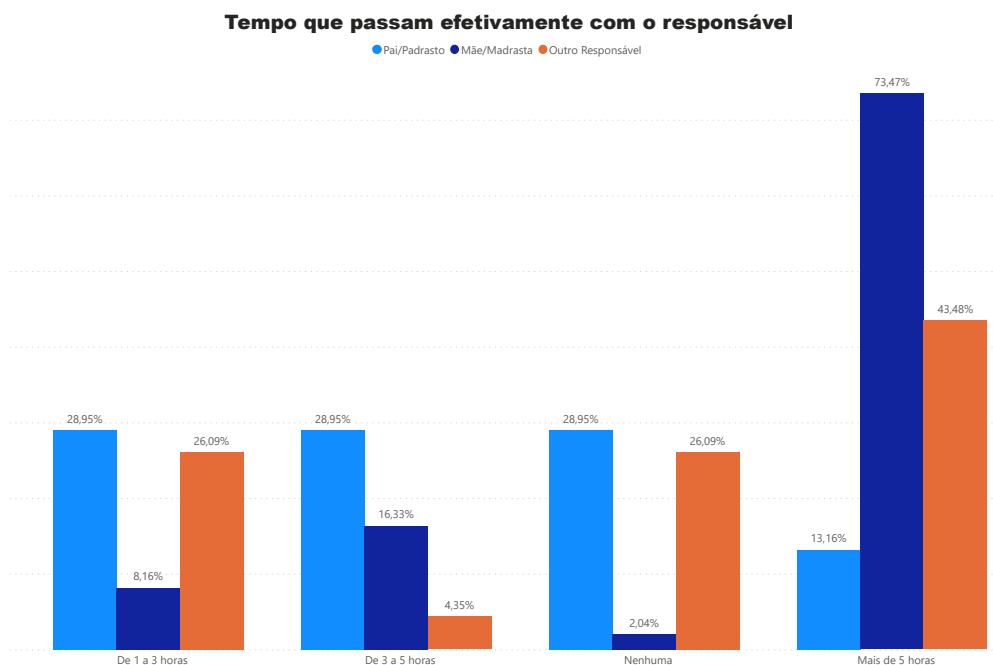
Gráfico 25



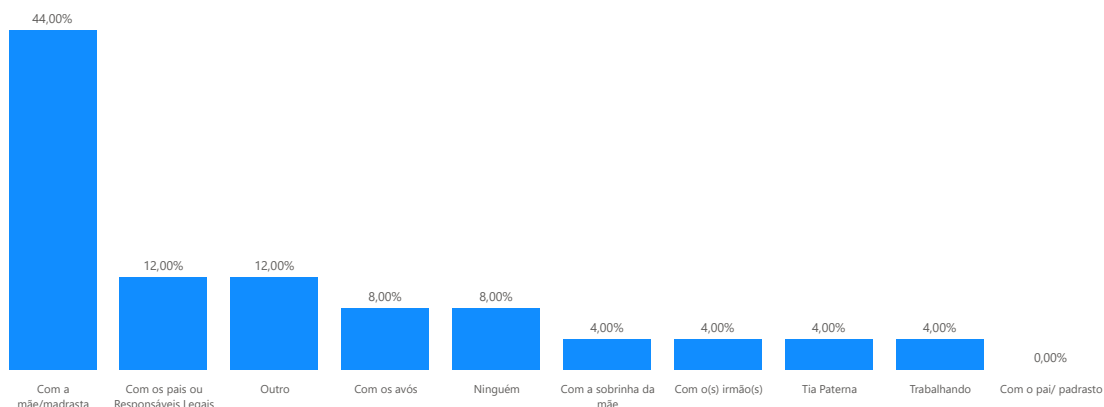
Fonte: autor.

Cabe frisar que a falta desse tipo de direcionamento é um reflexo das atividades ocupacionais e do nível de escolaridade dos responsáveis, que não têm conhecimento das potencialidades e do universo de possibilidades que esses aparatos tecnológicos poderiam ofertar à sua prole. Até mesmo porque a maioria dos lares tem na figura da mãe a responsável de maior convivência familiar, e 30,51% destas possuem apenas ensino fundamental incompleto, 18,64% fundamental completo, 10,17% ensino médio incompleto e 30,51% ensino médio completo.

Gráfico 26



Com quem fica quando está fora da escola ou de atividades culturais e esporte?



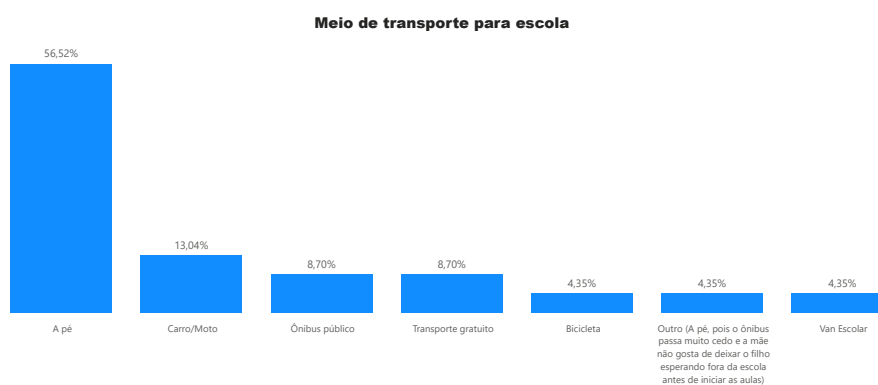
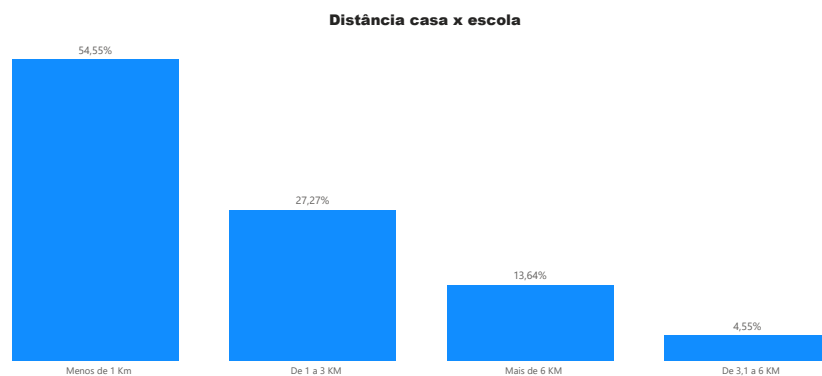
Fonte: autor.

Tratando de educação, é importante destacar dois grandes vetores de análise quanto à acessibilidade desse direito. O primeiro deles é a distância entre a escola e a residência das crianças e adolescentes. Conforme os dados da pesquisa, 54,55% residem a menos de 1 km da escola; 27,27% até 3 km de distância e os demais, que totalizam 18,19%, residem a mais de 3 km.

Essas distâncias e porcentagem devem ser consideradas e reavaliadas dentro do processo da reorganização municipal, tendo em vista que o art. 53 do ECA estabelece que o direito à educação engloba o acesso à escola pública e gratuita, próxima à residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (BRASIL, 1990).

O segundo vetor de análise diz respeito aos deslocamentos. Os dados apontam que a maior forma de locomoção dos estudantes é a pé, em um total de 56,52%, que, de certa forma, harmoniza-se com o dado acima, cuja metade dos estudantes reside nas proximidades das escolas. Entretanto, é importante considerar que a outra parcela, que enfrenta distâncias acima de 2 km, apenas 8,7% desfrutam do transporte gratuito e 4,35% de van escolar. Esse é um dado, portanto, que sinaliza a necessidade de ampliar a frota de transporte coletivo para fins educacionais.

Gráfico 27

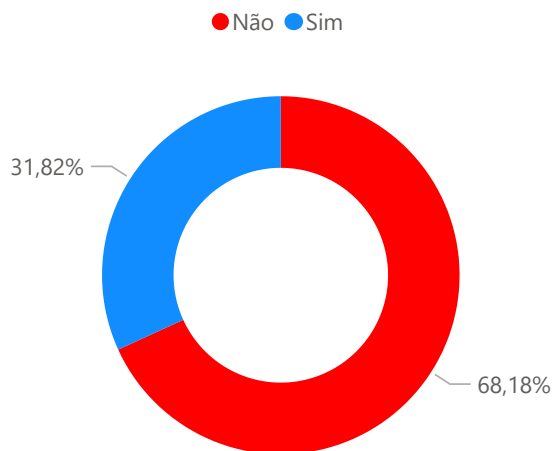


Fonte: autor.

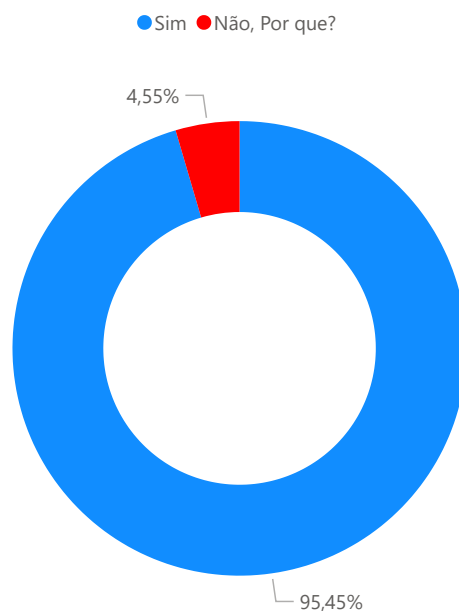
Por fim, quanto à saúde, é oportuno ressaltar que 68,18% das crianças e adolescentes não fazem acompanhamento regular com os médicos. Isso significa que o uso dos equipamentos públicos de saúde ainda orbita em torno da medicina curativa em vez da medicina preventiva. Isto sinaliza, também, a necessidade de campanhas educativas a respeito dos benefícios do cuidado constante com a saúde.

Apesar desse panorama em relação à medicina preventiva, convém destacar que 95,45% das crianças e adolescentes apresentam esquema vacinal em dia. Isso significa que os esforços do ente municipal produziram efeitos positivos no combate à pandemia e no controle de outras doenças já refreadas ou erradicadas no país.

Consulta regularmente o médico?



Está com a vacinação em dia?



Fonte: autor.

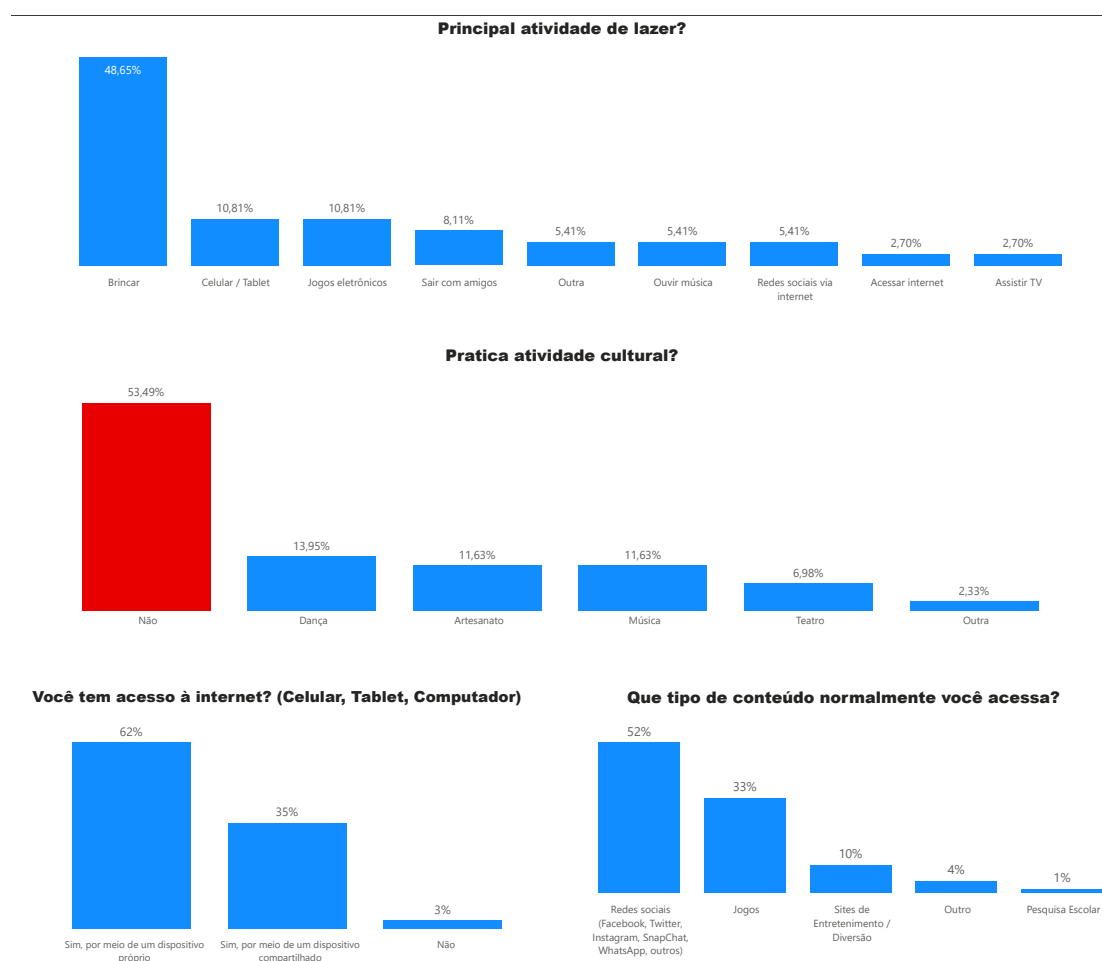
6.2 Perspectiva das crianças e dos adolescentes

A doutrina da proteção integral que sedimenta do ECA determina a compreensão destes enquanto sujeitos de direitos. Isto implica a concepção de que crianças e adolescentes são cidadãos plenos, mas prioritariamente protegidos em virtude de serem sujeitos em desenvolvimento físico, psíquico e moral. É, por isso, que se arquiteta um conjunto de direitos fundamentais ligados à saúde, educação e cultura, dentre outros.

Nessa senda, a equipe de pesquisa buscou investigar qual a principal atividade de lazer das crianças e adolescentes de Juazeiro do Norte- CE. Para 48,65%, o lazer equivale a brincar; e o conjunto de 32,43% informa que o tempo livre é utilizado em celulares e *tablets*, jogos eletrônicos, redes sociais, televisão e *internet*. Esses dados avaliados juntamente com o fato de que 53,49% das crianças e adolescentes não praticam nenhuma atividade cultural sinaliza a necessidade de investimento público nessa área.

Os dados abaixo endossam a informação já trazida pelos pais de que as crianças e adolescentes têm o acesso à *internet* por meio de dispositivo próprio e/ou compartilhado, mas que o uso massivo desses aparelhos é destinado para as redes sociais. Essas informações servem de alerta para a necessidade de campanhas que tenham como foco o desenvolvimento de atividades integrativas e culturais.

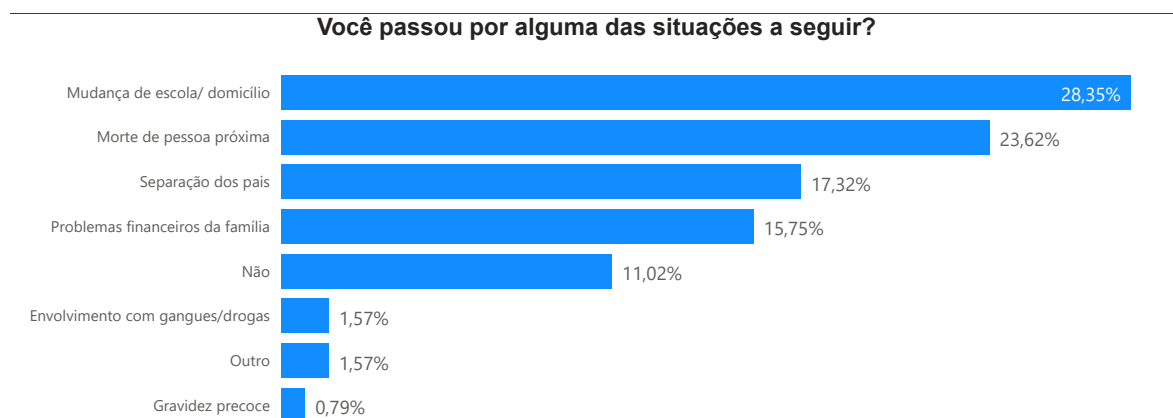
Gráfico 29



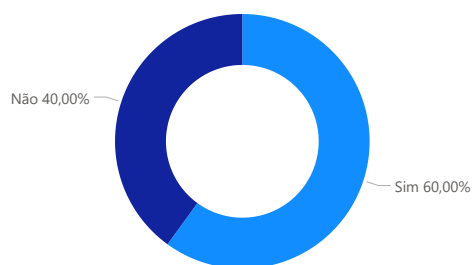
Fonte: autor.

É sabido que a prática de atividades esportivas também auxilia na minimização de problemas psicológicos como a ansiedade. Essas questões de saúde mental também foram verificadas pelo questionário aplicado, quando buscou-se mapear os acontecimentos que tenham gerado perturbação e/ou prejuízo às crianças e adolescentes, tais como: mudança de escola e domicílio, morte de pessoa próxima, separação dos pais, problemas financeiros da família, dentre outros. Pelo gráfico abaixo, destaca-se que 50% dos respondentes afirmaram ter tristeza ou angústia profunda, 15% sinalizaram a falta de vontade de estudar e os outros 15% indicaram perda ou aumento de sono e apetite.

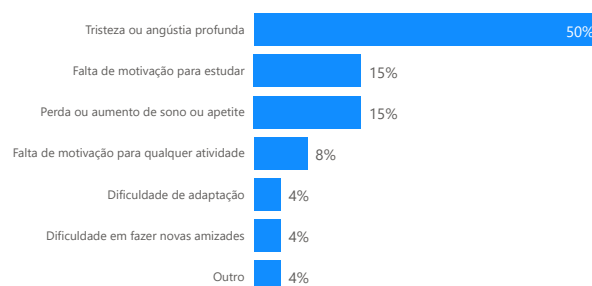
Gráfico 30



Essa situação/acontecimento está te prejudicando de alguma maneira?



Se sim, por qual dificuldade você está passando?



Fonte: autor.

Outro ponto importante é a questão relativa à saúde física, haja vista não haver um acompanhamento regular com o médico, tal como apresentado no gráfico a seguir e observado também no questionário aplicado aos pais. Porém, em relação ao acesso de medicamento de uso contínuo, observa-se que a rede de saúde pública consegue ofertar integralmente o acesso desses remédios, promovendo e efetivando o direito à saúde.

Gráfico 31

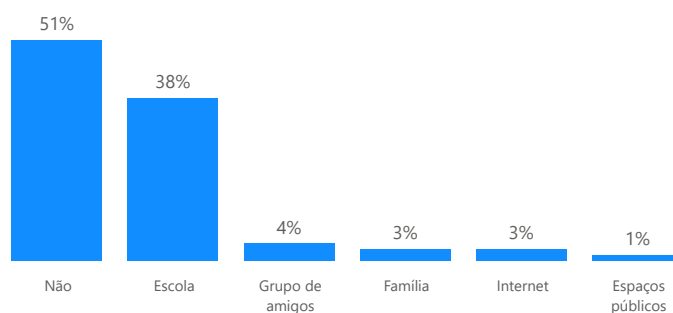


Fonte: autor.

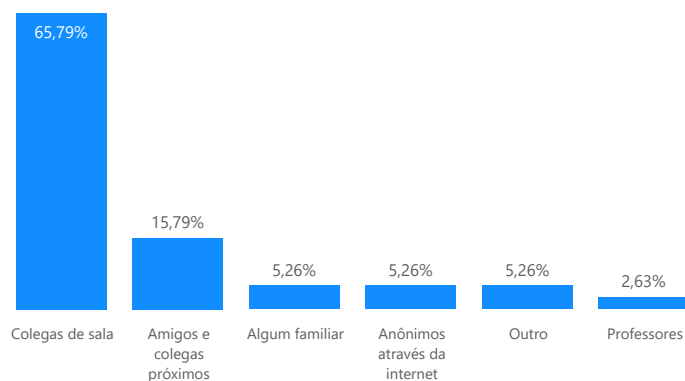
A respeito da violação de direitos, é oportuno frisar que o ambiente escolar ainda é o maior espaço de agressão, intimidação e não aceitabilidade, haja vista que 38% dos respondentes indicaram a escola como o espaço em que mais sofrem *bullying*. Esses casos são perpetrados na maioria por colegas de sala (65,79%), amigos e colegas próximos (15,79%) e, até mesmo, familiares (5,26%).

Gráfico 32

Você sofre bullying/preconceito/discriminação em algum dos locais a seguir?



Quem é o autor do bullying/preconceito/discriminação?



Fonte: autor.

O ambiente familiar, em que pese ser idealmente o espaço de acolhimento, segurança e de desenvolvimento de virtudes, tem demonstrado ser o principal lugar para abusos de natureza sexual. 20% das crianças e adolescentes afirmaram ter sofrido a observação sem o consentimento, abuso verbal e exibicionismo sexual. Sendo que dessa porcentagem, 89% não fez nenhuma espécie de denúncia, gerando uma impunidade ao

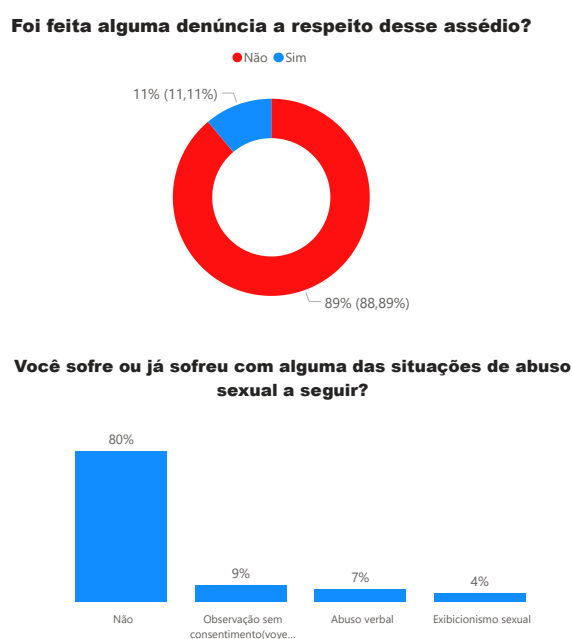
agressor e reforçando a necessidade de os gestores estarem atentos às cifras ocultas das violações dessa natureza.

É necessário ressaltar que, na maioria dos casos, o agressor é um sujeito da família ou próximo. No gráfico abaixo, é possível observar que 55% dos episódios foram causados por padrasto, primo de padrasto, primo, tios, vizinhos e colegas da escola. Esse dado reforça a necessidade de constante cuidado e vigilância com as crianças e adolescentes, bem como a necessidade de uma educação sexual para combater tais violações.

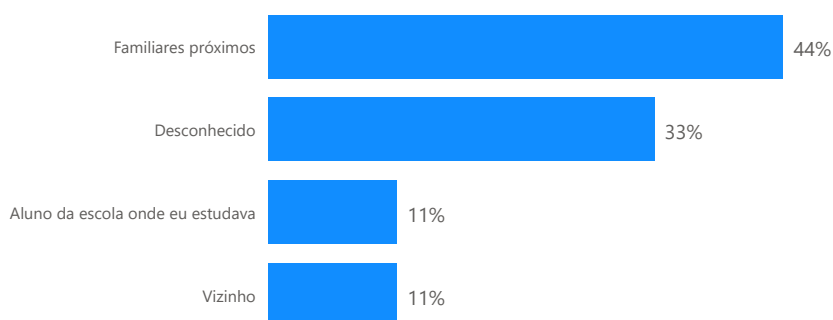
Ainda sobre essa questão, é importante destacar o curioso fato de que 30% das crianças e adolescentes afirmam tirar dúvidas sobre a sexualidade com a própria família. Esse dado, em alguma medida, conflita e reforça o ambiente familiar como espaço de acolhimento e opressão. Ademais, 28% das crianças e adolescentes sequer tiram dúvidas sobre tal assunto, tornando-as mais suscetíveis a serem vítimas silenciosas e silenciadas.

Convém destacar também que as escolas foram mencionadas, em torno de 16%, como o segundo espaço onde as questões envolvendo a sexualidade são discutidas. Por isso, considerando o número de abusos sexuais, os autores desse crime e a escola como potencial espaço de combate, são urgentes e necessárias campanhas educativas para informar o público infantojuvenil da violação de seus direitos e dos meios institucionais de proteção.

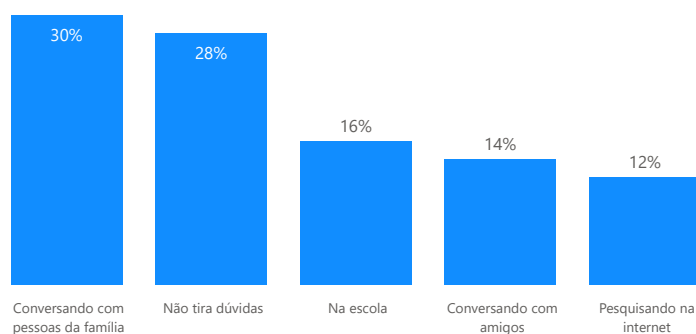
Gráfico 33



Quem é ou foi o autor desse assédio?



Como você tira suas dúvidas sobre sexualidade?



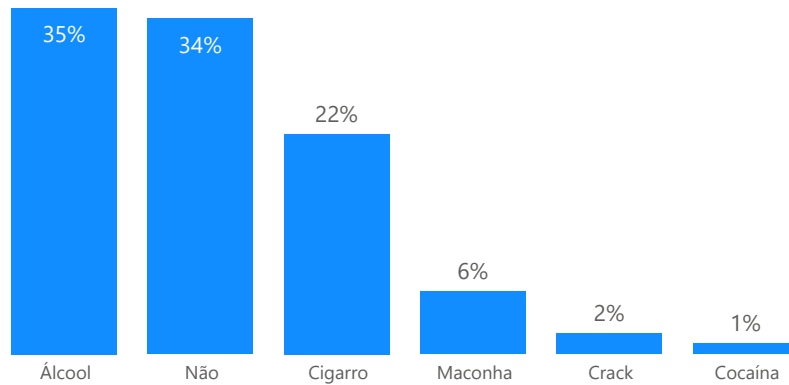
Fonte: autor.

Por fim, outra questão que assola de forma contundente o meio familiar diz respeito ao uso das drogas e sua influência nas crianças e adolescentes. Segundo os dados da pesquisa, 66% dos lares têm pessoas que fazem uso de álcool (35%), cigarro (22%), maconha (6%), *crack* (2%) e cocaína (1%). Essa situação acaba por influenciar 21% dos respondentes, que passam também a fazer uso dessas substâncias nocivas. Desse total, 63% afirmam que começaram a usar essas substâncias, inclusive, na própria residência.

Diante desse quadro, carece o poder público realizar campanhas de conscientização a respeito do uso de drogas, principalmente do uso abusivo de álcool, como forma de recuperar adictos e quebrar o ciclo de influência familiar, que faz com que adolescentes consumam essas substâncias dentro de sua própria casa.

Gráfico 34

Alguém em sua casa faz uso de alguma das substâncias a seguir? Se necessário, pode marcar mais de uma.



Onde você iniciou o uso desta(s) substância(s)?

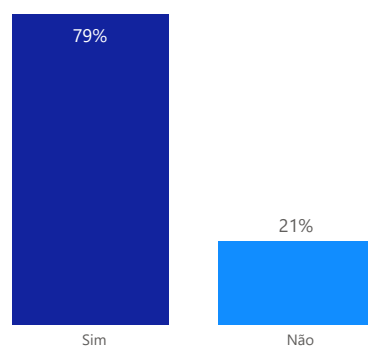


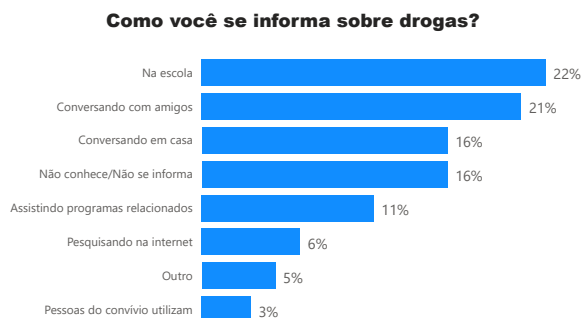
Fonte: autor.

Convém frisar que 79% desses respondentes afirmam saber o que são drogas e, desse total, 22% afirmam conhecer sobre as nocividades das drogas por meio da escola. Por isso, mais uma vez, o ambiente escolar se apresenta como um potencial espaço para a disseminação de informações sobre drogas de forma mais crítica, atualizada e aprofundada, sem reprodução de estereótipos e transversalmente coadunadas com as questões de saúde pública.

Gráfico 35

Você sabe o que são drogas?





Fonte: autor.

7 CONCLUSÃO

A construção do Diagnóstico da Infância e Adolescência visa orientar a tomada de decisão por parte da Gestão Municipal de Juazeiro do Norte, de instituições não governamentais e do CMDCA. Para tal, cabe, a partir dos elementos percebidos, elaborar diretrizes para o fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da população de crianças e jovens do município de Juazeiro do Norte-Ceará.

Ao se debruçar sobre a realidade local, a equipe de pesquisa envolvida no projeto de elaboração do presente diagnóstico aponta direcionamentos de recursos, políticas, programas e projetos voltados para subsidiar ações diversificadas em prol de crianças e adolescentes, tendo como base a análise dos dados coletados e das visitas de campo realizadas em cada uma das áreas de abrangência do CRAS no município de Juazeiro do Norte. Desta feita, apresentam-se, abaixo, algumas diretrizes.

I) Dimensão institucional e de participação social

1. Medição e monitoramento dos investimentos em crianças e adolescentes por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes.
2. Criar programa de formação de profissionais e nomeação desses por meio da metodologia de gestão por competência.
3. Fortalecer as ações do Núcleo de Gestão e Planejamento (NUGEP) voltadas para a área da criança e adolescente no município.
4. Fortalecer a articulação intersetorial em vista da necessidade de ampla articulação entre as ações desenvolvidas nas diversas áreas que dizem respeito aos direitos da infância e adolescência no município.

5. Criação de uma coordenação intersetorial de políticas para crianças e adolescentes, de modo a articular atores e ações hoje pulverizadas entre as diversas pastas.

II) Dimensão convivência familiar e comunitária

1. Priorizar o trabalho em campo nas próprias comunidades, com visitas domiciliares, apoio à organização dos moradores, a cooperativas e coletivos, como umas das linhas centrais da atuação da assistência social, com recursos financeiros e humanos suficientes para isso.
2. Fortalecer as ações do Serviço de Abordagem Social, em relação às crianças e adolescentes em situação de rua, realizadas através do CRAS.
3. Instituir programa de apoio para jovens egressos do sistema protetivo, oferecendo, entre outros, segurança de moradia e auxílio econômico para alcançar autoconfiança, autossustentação e autonomia.
4. Instituir programa municipal voltado ao combate à violência intrafamiliar e comunitária contra crianças e adolescentes, incluindo fortalecimento do trabalho com famílias, capacitação de técnicos e ações educativas e de comunicação de modo intersetorial.
5. Garantir infraestrutura adequada nos CRAS, recursos materiais e humanos e, ainda, alocar profissionais das áreas de Psicologia, Educação Física e Serviço Social de modo integrado entre os CRAS, escolas e Unidades de Saúde da Família.

III) Dimensão de enfrentamento às violências

1. Padronizar para todos os sistemas de informação e para os órgãos e serviços as formas de registro de dados de vítimas e de autores de violência contra crianças e adolescentes, com o perfil regional, de gênero, de sexualidade, de deficiência, racial e socioeconômico.
2. Realizar programa municipal de formação e capacitação de conselheiros de direitos da criança e do adolescente, para a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas preventivas contra todas as formas de violência contra

crianças e adolescentes

3. Instituir programa intersetorial de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em todos os níveis de proteção do SUAS, em ações conjuntas que envolvam o diagnóstico, o planejamento, a atuação em rede, as práticas comunitárias e as campanhas;
4. Inserir a educação para o autocuidado nas escolas, serviços de saúde e de assistência social sobre situações de abuso, exploração e violência e formas de reconhecer, denunciar e reagir frente a elas.
5. Garantir os recursos materiais, humanos e tecnológicos necessários aos programas e projetos de enfrentamento às diversas formas de violência.

IV) Dimensão de fortalecimento da educação

1. Garantir uma estrutura adequada às escolas públicas desde a creche, considerando, dentre outros, os seguintes insumos indispensáveis: número adequado de crianças e alunos por turma, parques, berçário, biblioteca ou sala de leitura com acervo adequado, laboratórios de ciência e informática, *internet* de banda larga, quadra poliesportiva coberta, acessibilidade e saneamento básico.
2. Adotar estratégias intersetoriais urgentes e imediatas para o enfrentamento da exclusão escolar, por meio de ações, programas e políticas com foco na busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola, com especial atenção para aquelas mais vulneráveis aos homicídios, ao trabalho infantil e às situações de abusos e violências (institucional, sexual, doméstica, de gênero, racial e contra pessoas com deficiência).
3. Desenvolver estratégias de combate e enfrentamento à exclusão e à naturalização do fracasso escolar, por meio de uma gestão democrática e da escuta ativa da comunidade e do território escolar.
4. Fortalecer a educação física como disciplina inclusiva, voltada para o desenvolvimento integral e para a cultura do movimento, em lugar da valorização do desempenho e da eficiência.
5. Implementar políticas que assegurem estratégias voltadas para o enfrentamento

dos impactos da pandemia da covid-19, com atenção ao acolhimento no ambiente escolar, à ampliação e à diversificação das oportunidades para a aprendizagem e o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes.

V) Dimensão de garantia da saúde

1. Fortalecer as ações do Programa Saúde na Escola e NASF no município por meio do acompanhamento eficaz da saúde de crianças e adolescentes nos espaços escolares.
2. Investir em tecnologias para aprimorar a integração dos sistemas de informação de saúde existentes.
3. Promover articulação entre as escolas, os CRAS e a Rede de Atenção Psicossocial.
4. Realizar campanhas de prevenção à violência sexual (pornografia na *internet*, turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes).
5. Inserir, de forma efetiva e urgente, ações de promoção da saúde mental e prevenção de comportamentos autodestrutivos nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso: 26 jun. 2023.

BRASIL. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Catálogo de Escolas**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRITO et. al., 2007

CADÚNICO

CARVALHO, 2008

CEARÁ. **Censo e Mapa de Riscos Pessoal e Social do Estado do Ceará**. Governo do Estado do Ceará: Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2023/01/CEMARIS-2021%E2%80%93Censo-e-Mapa-de-Riscos-Pessoal-e-Social-do-Estado-do-Ceara.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CEARÁ. Oficina de Apoio Técnico – Censo e Mapa de Riscos PESSOAL e Social do Estado do Ceará. CEMARIS, 2020, Ceará. **Oficina [...]**. Governo do Estado do Ceará, CEMARRIS, 2020. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2020/10/OFICINA-DE-APOIO-T%C3%89CNICO-CEMARIS-E-CENSO-SUAS-2020-21-e-22092020.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CHIAVENATO, 2006

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social e crise do capital: política social com que característica? **Argum**, Vitória, v. 8, n.2, p. 30-34, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13769/9945> acesso em: 16 maio 2023.

Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/cerro-largo/viii-simposio-iberoamericano-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-regional/anais> acesso em: 10/04/2023

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DO CARMO; GUIZARDI, 2018

FERREIRA, Stela da Silva; **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. (org.). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, vol. 18, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852>. Acesso em: 26 jun. 2023.

IBGE 2019

IBGE 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JANUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2004.

JUAZEIRO DO NORTE, 2014

JUAZEIRO DO NORTE. Plano Diretor do Município.

MATUDA, Nívea da Silva. Introdução à demografia. **Notas de aula**. Departamento de Estatística. UFPR, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2015.

MIRANDA, Danilo. Cultura e desenvolvimento humano. **Cadernos Cenpec**, n. 7, 2010. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/64>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Cem anos e Mais de Bibliografia sobre Negro no Brasil**. Universidade de São Paulo - USP, 2002. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=577. Acesso em: 26 jun. 2023.

Resolução CNAS 2009- Tipificação dos Serviço Socioassistenciais

ROSSINI, Neusa; ROTTA, Edeimar; BORKOVSKI, Andréia. Políticas públicas sociais e desenvolvimento: tecendo relações. ANAIS DO VIII SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL, Cerro Largo, 2017. **Anais [...]**. Universidade Federal da Fronteira do Sul - Cerro Largo, 2017.

TORRES, Haroldo da Gama. Demografia Urbana e políticas sociais. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/4DRCGqJZLkTn5SPhpQrWXzd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TRINDADE, T. A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jwkcWk7tfGHXfHLR85fKPcL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2023.

UNICEF BRASIL *et al.* **Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil, 2022**. Unicef, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/21346/file/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-brasil-2022.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 6-13, jan./abr. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília n. 3, 2. ed., jan./jul. 2004.

LINKS

Prefeitura de Juazeiro do Norte acesso: 28/12/2022.

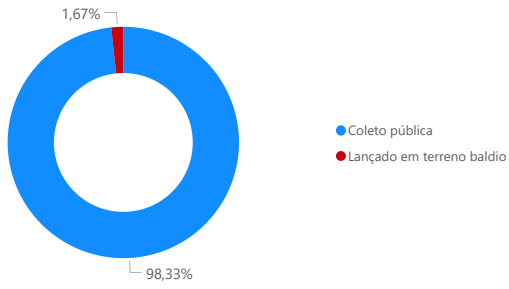
Conselho tutelar - quando surgiu e para que serve » O Brasileirinho acesso: 06/01/2022

Anexos I

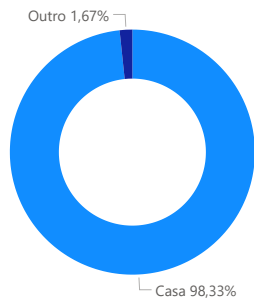
Dados socioeconômicos por família

Respondente: Tutor

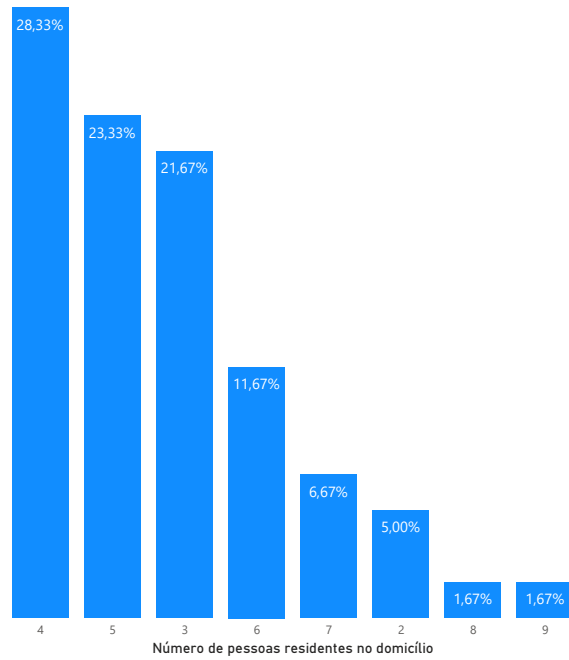
Destino do lixo



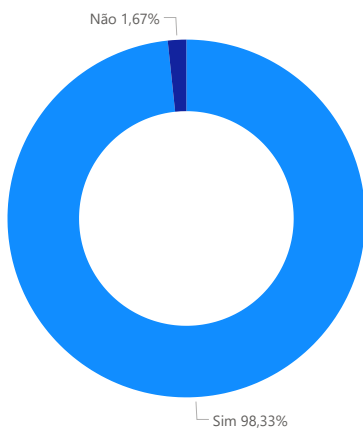
Tipo do imóvel



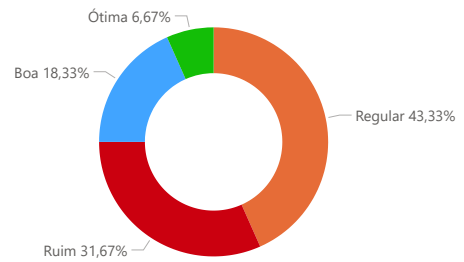
Pessoas residentes no domicílio



É necessário ampliar os investimentos em programas de prevenção, proteção e tratamento contra violência doméstica, maus tratos, violência sexual de Crianças e Adolescentes?



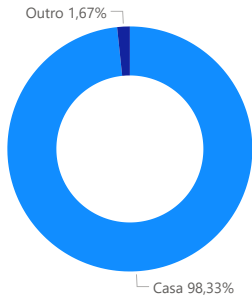
Como avalia a qualidade da segurança pública no seu bairro?



É necessário Ampliar oportunidades de Esporte, Lazer e Cultura para Crianças e Adolescentes?



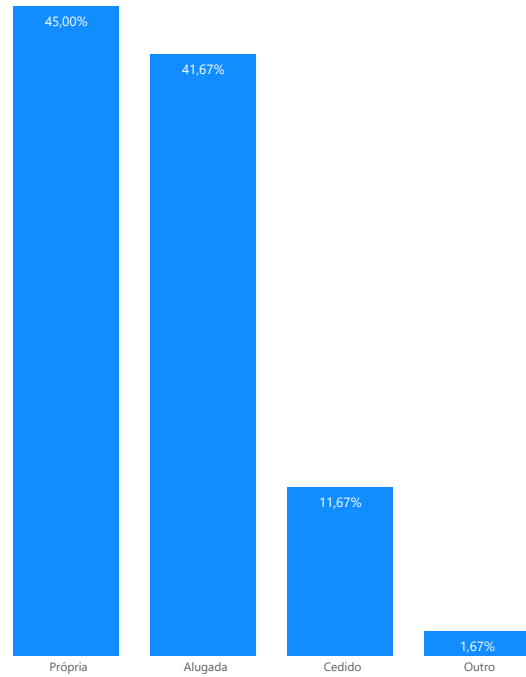
Tipo do imóvel



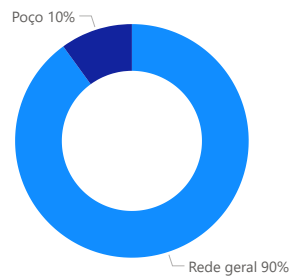
Tipo de Construção



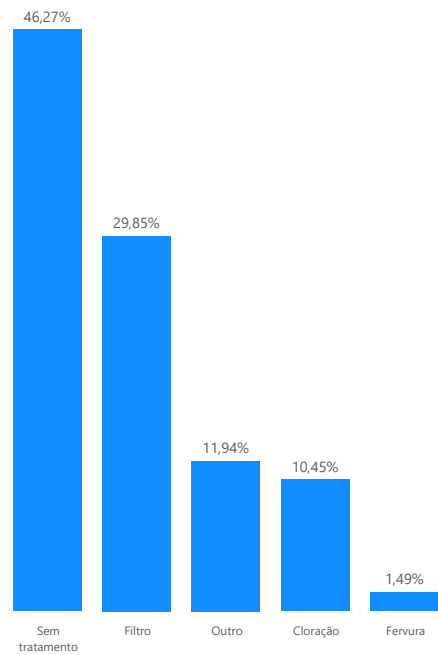
Regime de Ocupação do Imóvel



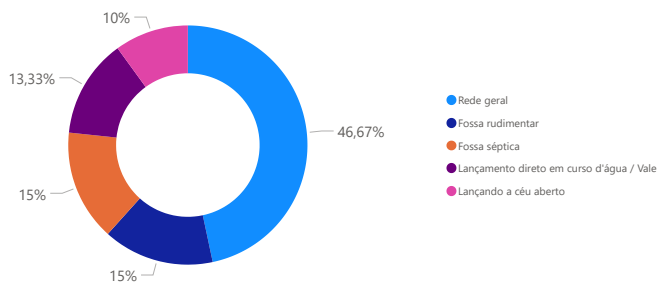
Fonte de abastecimento de água



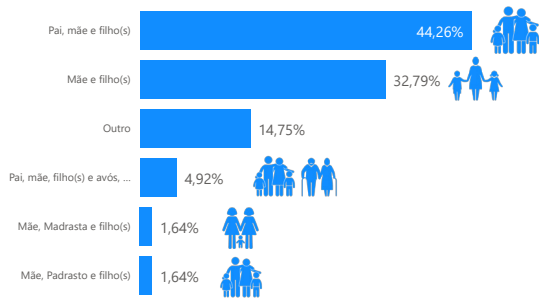
Tratamento de água para beber



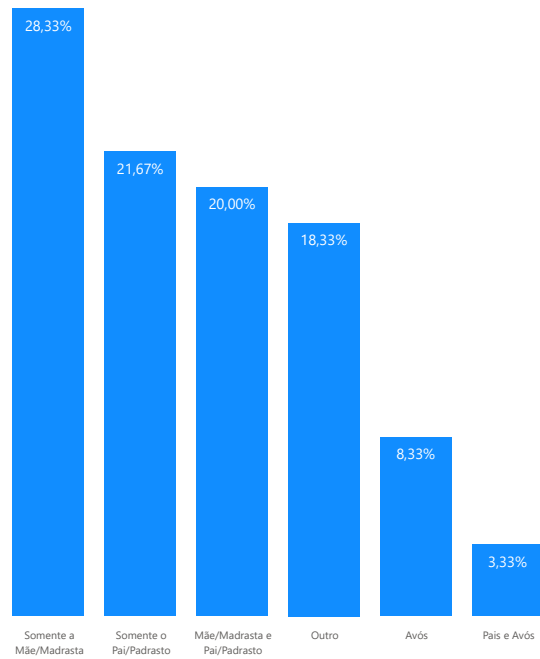
Coleta de esgoto sanitário



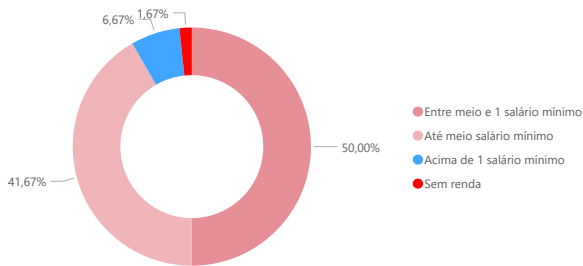
Constituição familiar



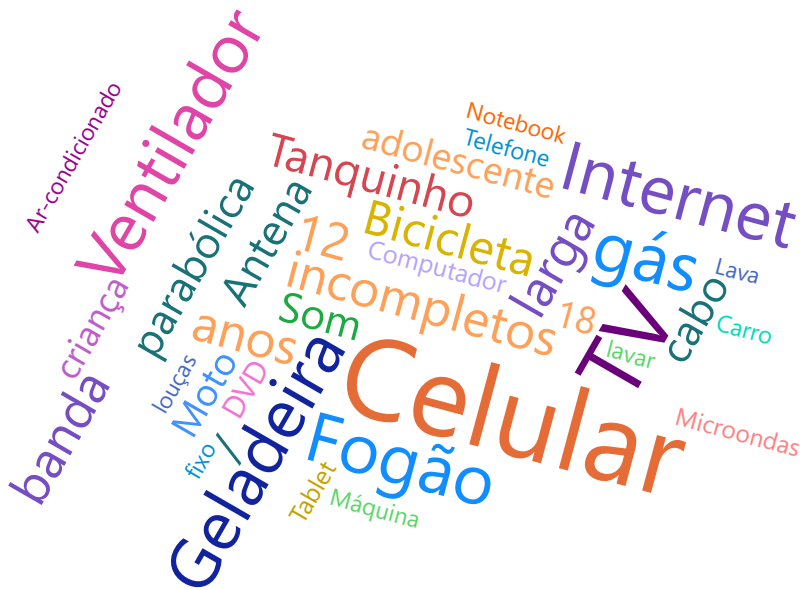
Quem contribui para a renda familiar?



Qual é aproximadamente a renda total de sua família por mês?



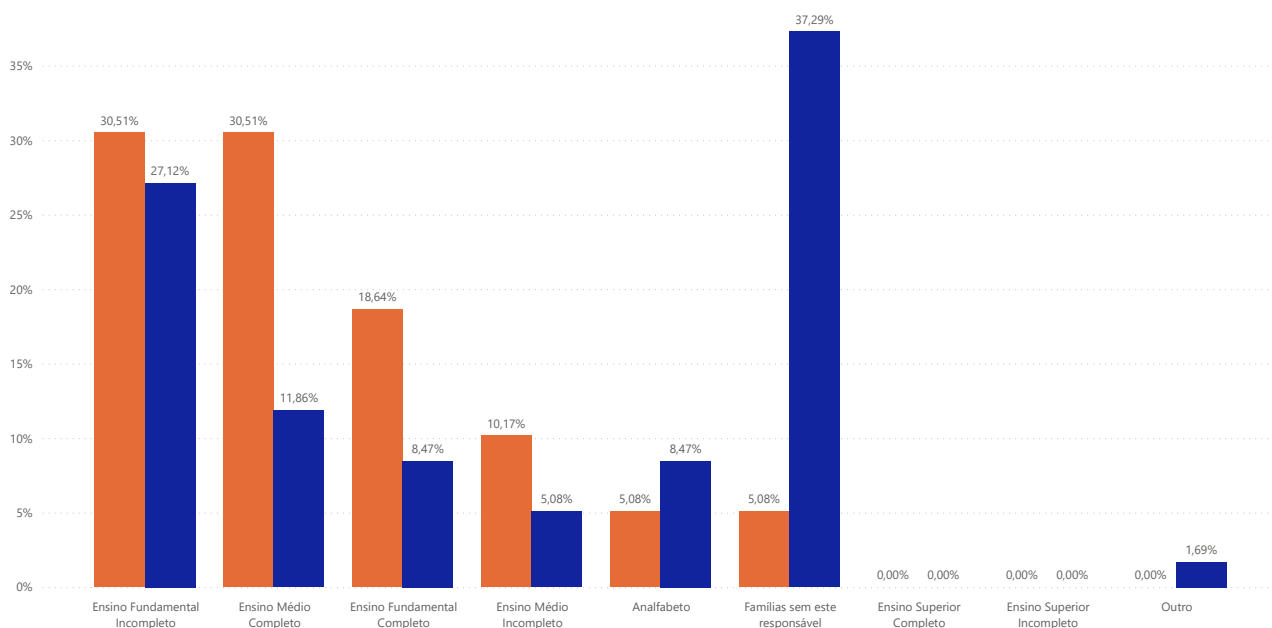
Bens de consumo



Nível de escolaridade dos Responsáveis

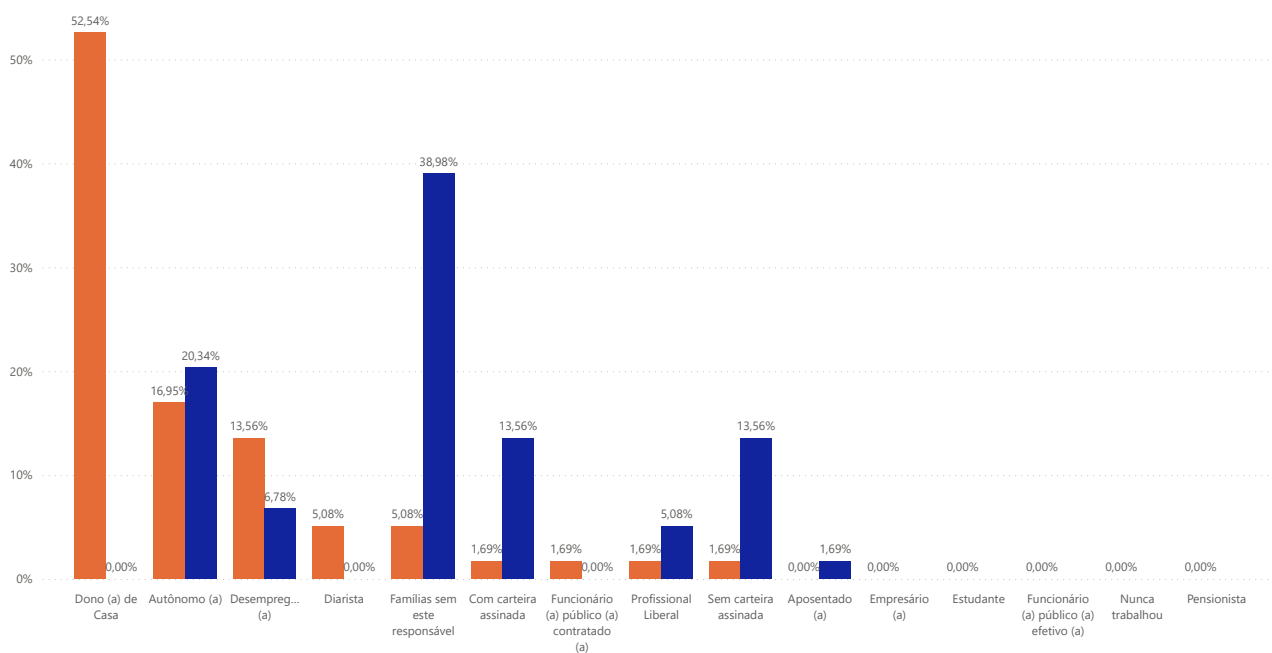
Dos sujeitos participantes da pesquisa, nenhum afirmou ter acesso ao ensino superior

Legenda: ● Mães ● Pais

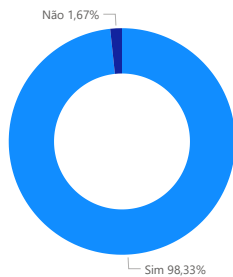


Situação ocupacional do responsável

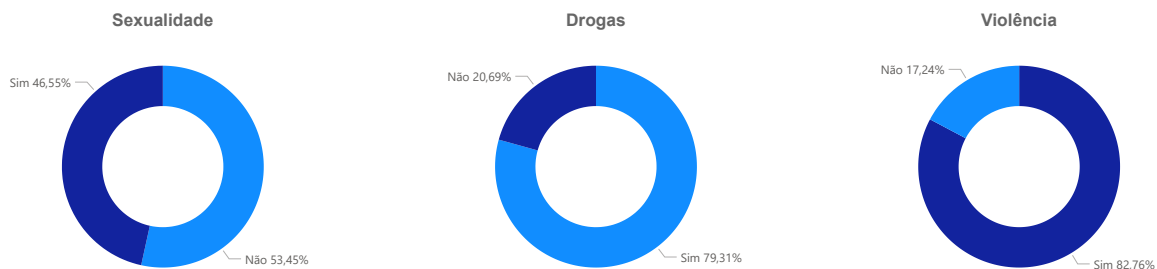
Legenda: ● Mães ● Pais



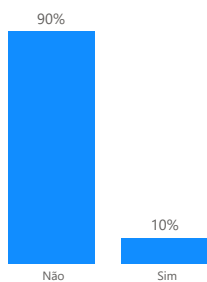
No município de Juazeiro do Norte é preciso intensificar campanhas de informação e sensibilização sobre Drogas e Sexualidade focando Crianças e Adolescentes?



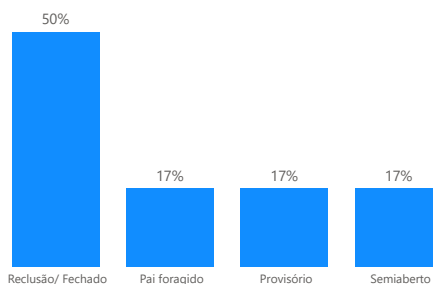
Na sua casa você conversa abertamente com as Crianças/Adolescentes sobre:



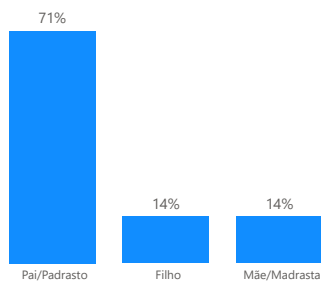
Algum dos responsáveis já cumpriu pena judicial?



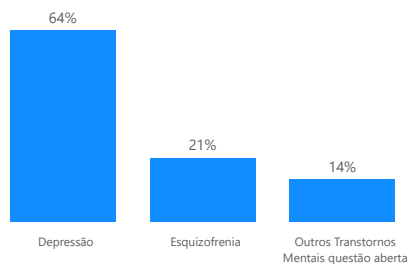
Em qual regime?



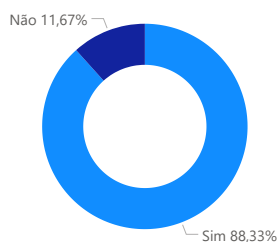
Qual responsável?



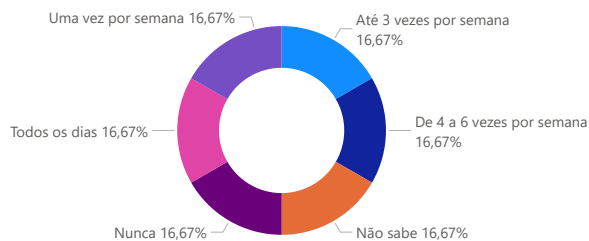
Responsáveis que possuem depressão, esquizofrenia e outros transtornos mentais



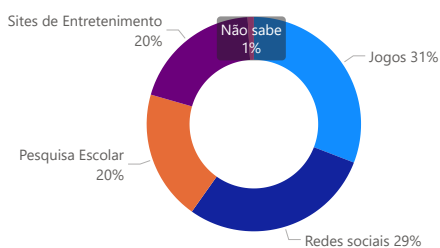
Tem acesso à internet? (Celular, Tablet, Computador)



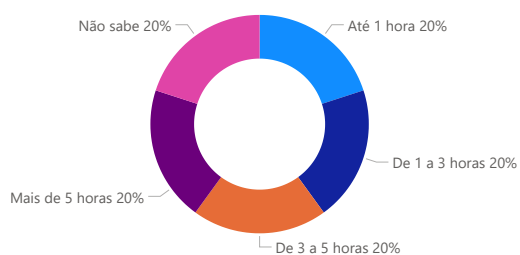
Com que frequência elas acessam a internet?



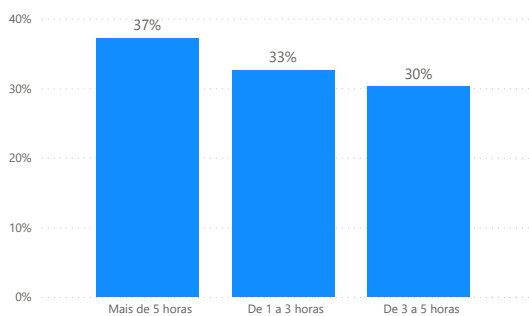
Que tipo de conteúdo elas acessam?



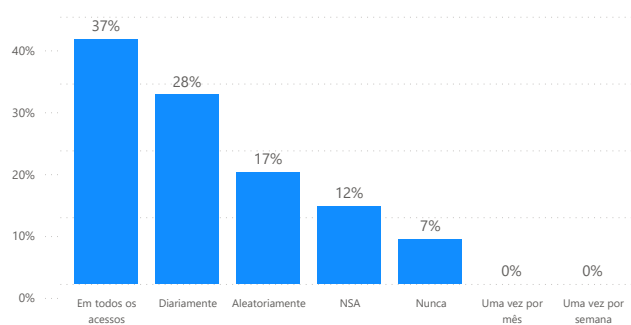
Quantas horas por dia elas ficam na internet?



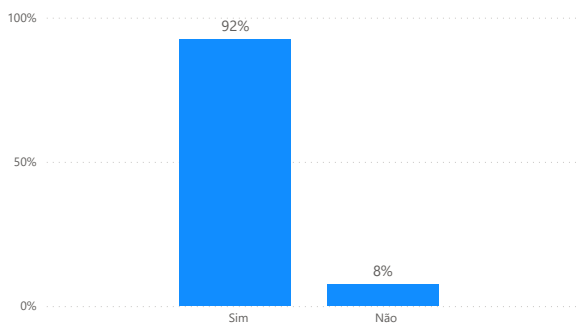
Quantas horas por dia elas utilizam eletrônicos?



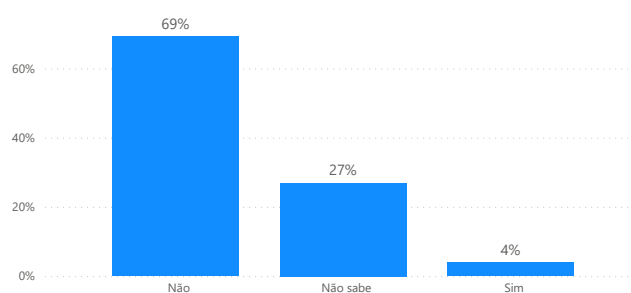
Frequência de verificação



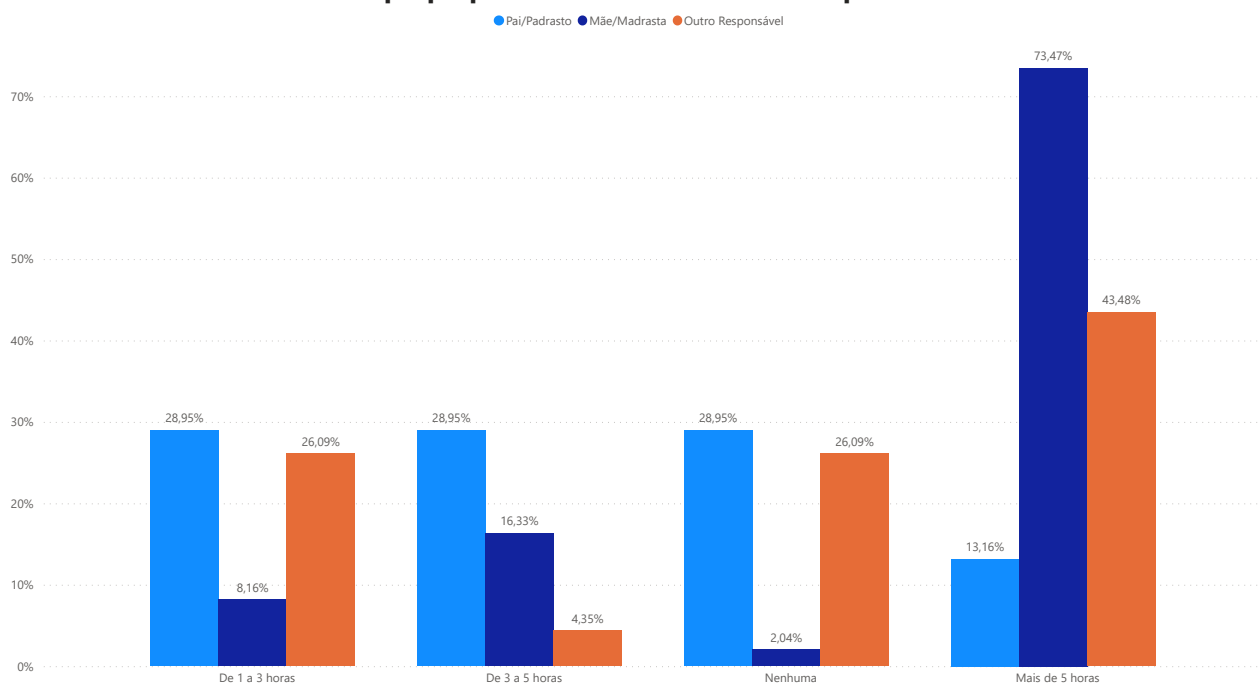
Algum responsável verifica os acessos?



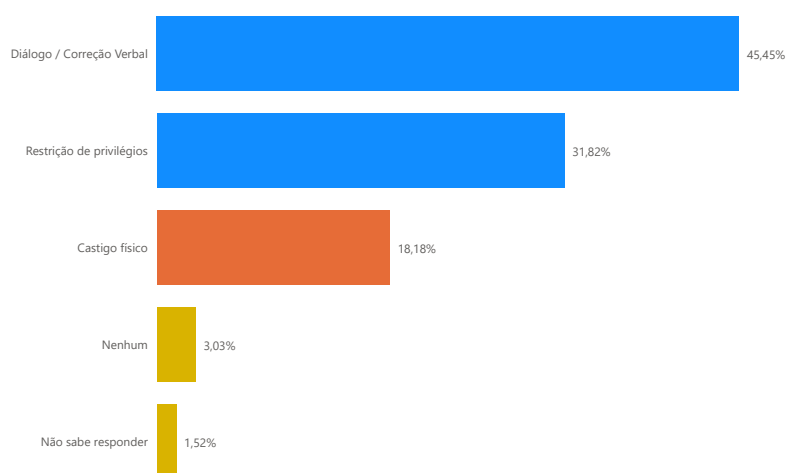
Eles frequentam salas de bate papo ou conversam com pessoas desconhecidas pela internet?



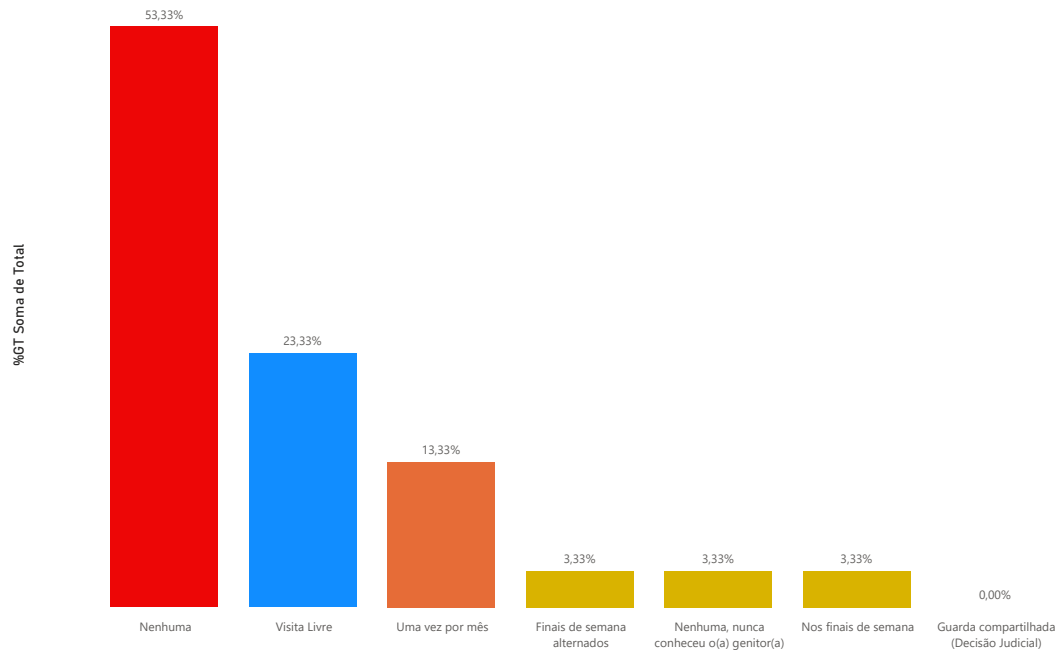
Tempo que passam efetivamente com o responsável



Como é realizada a educação/disciplina da criança/adolescente na residência?

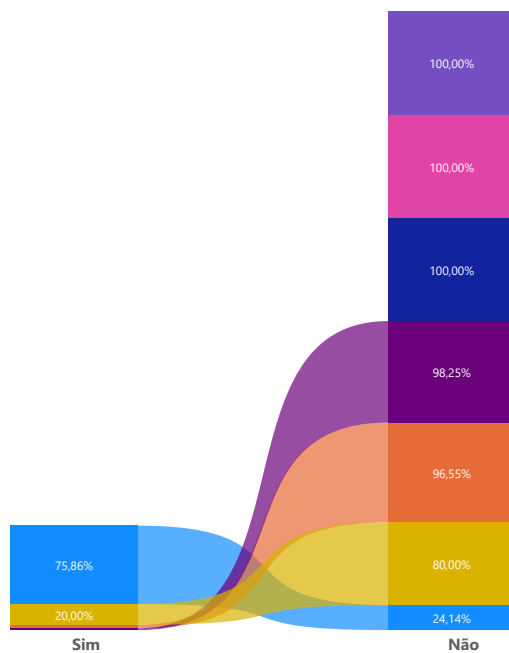


Se os pais são separados, qual a frequência do contato da criança ou adolescente com o(a) genitor(a) que está morando em outra casa?

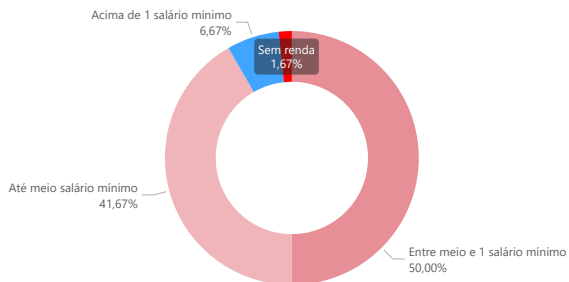


A sua família ou membros dela, participa ou participou de algum desses programas governamentais?

Legenda: ● Bolsa Família/Auxílio Brasil ● Brasil sem fronteiras ● Fies ● Minha casa minha vida ● PRONATEC ● Prouni ● Outros

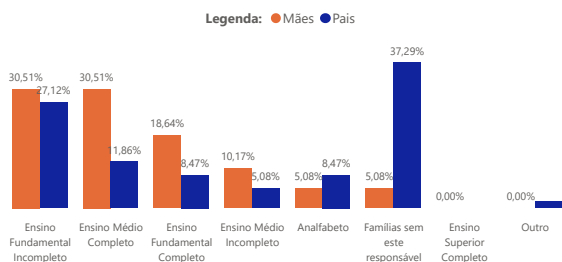


Qual é aproximadamente a renda total de sua família por mês?

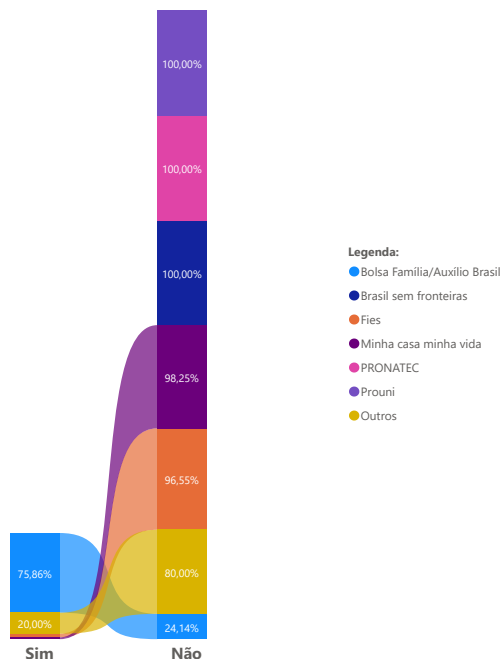


Nível de escolaridade dos Responsáveis

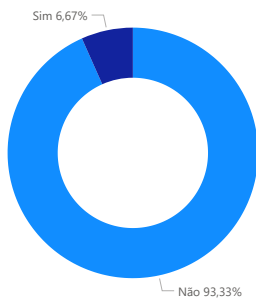
Das sujeitos participantes da pesquisa, nenhum afirmou ter acesso ao ensino superior



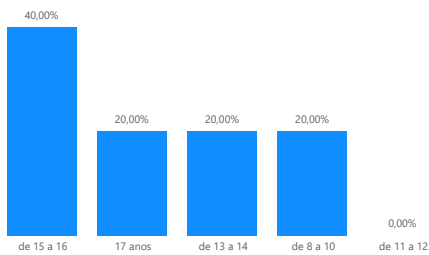
A sua família ou membros dela, participa ou participou de algum desses programas governamentais?



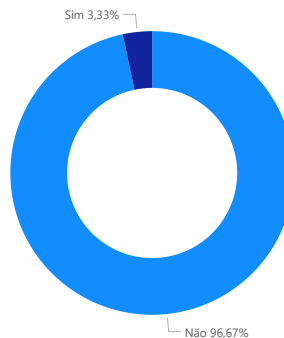
Há caso de gravidez em criança/adolescente na família?



Se sim, qual foi a idade da criança/adolescente grávida na época?

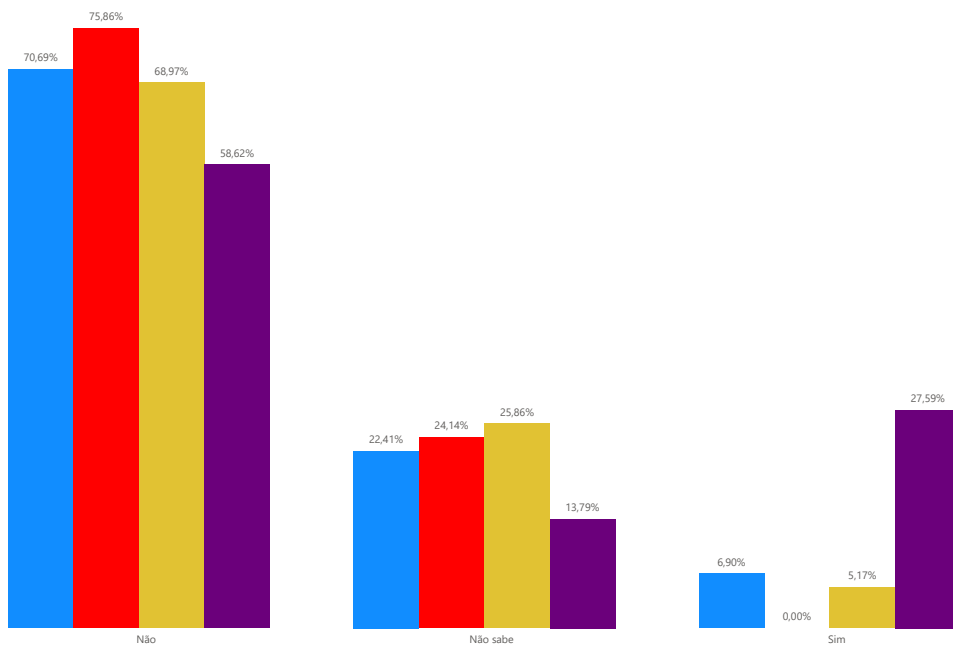


Já recebeu alguma informação de que a criança/adolescente estava fazendo algo que colocava sua vida em risco?

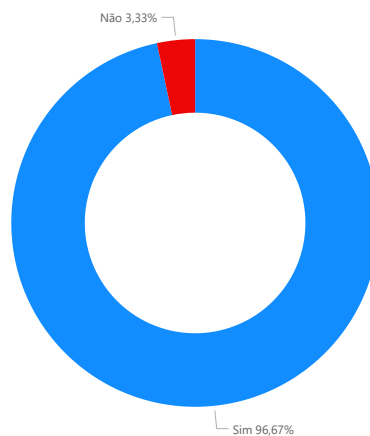


Na sua rua você conhece crianças/adolescentes que:

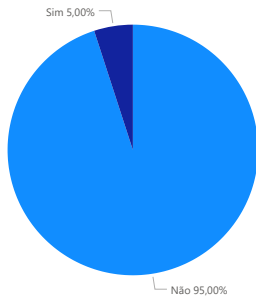
● Realiza algum tipo de trabalho infanto-juvenil? ● Sofreram aborto induzido? ● Sofreram/sofrem algum tipo de violência sexual? ● Têm problemas com drogas?



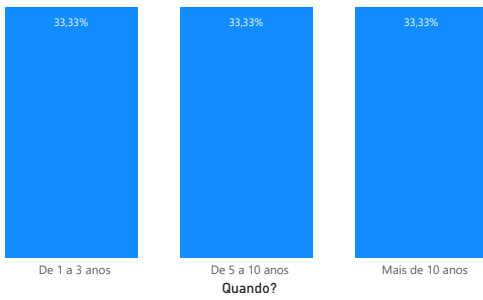
A família é atendida por uma equipe da UBS?



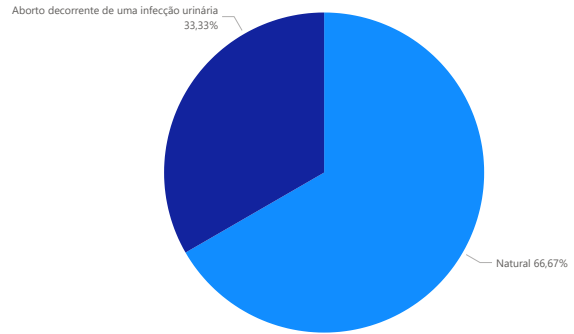
Houve morte de criança ou adolescente na família?



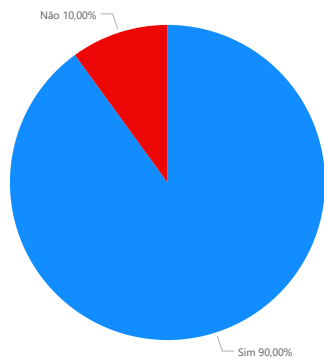
Quando?



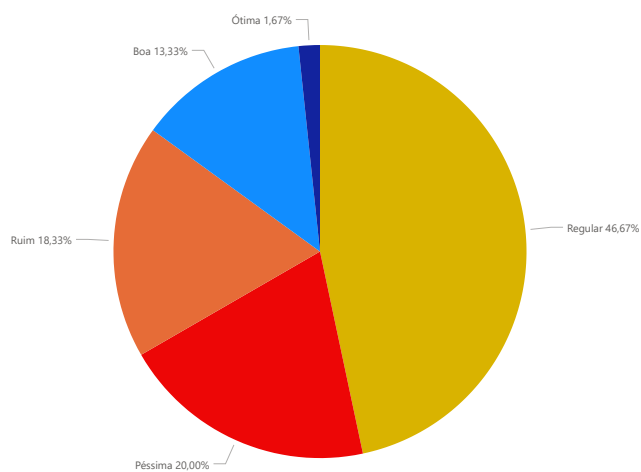
Causa morte?



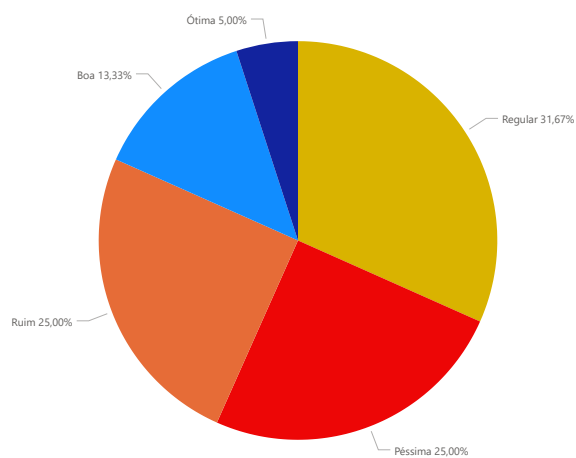
Na gestação dos menores que compõem o núcleo familiar, foi feito pré-natal? (Para os responsáveis)



Como você avalia em Juazeiro do Norte a situação da criança e adolescente?

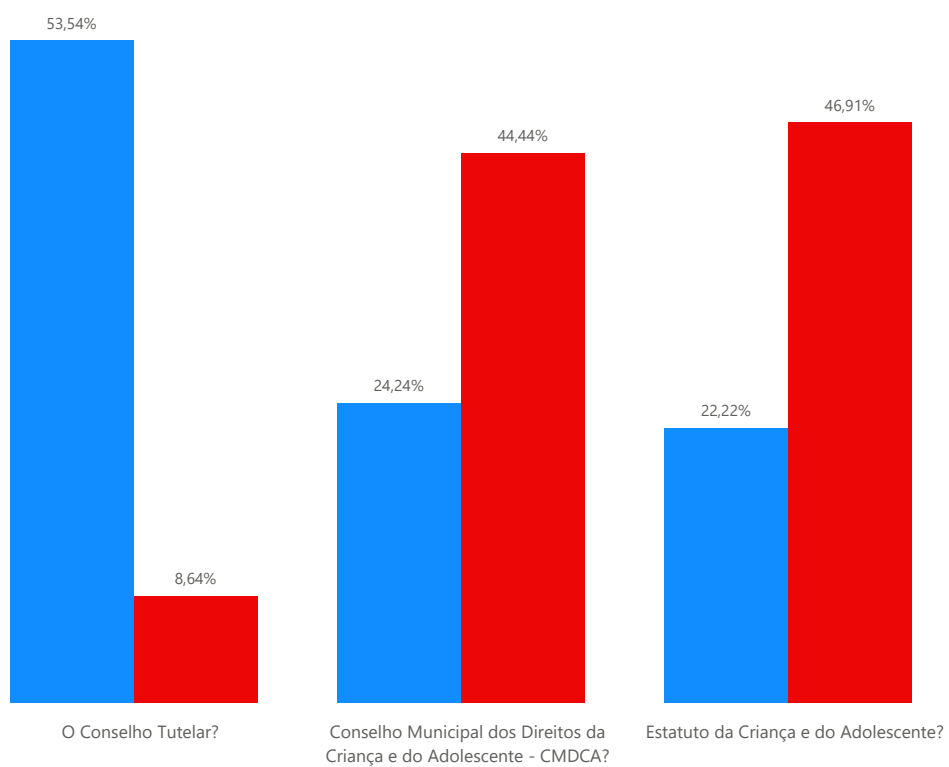


Como você avalia em Juazeiro do Norte a atuação do Poder Público Municipal no enfrentamento dos problemas relacionados às Crianças/Adolescentes?



Você conhece?

● Sim ● Não

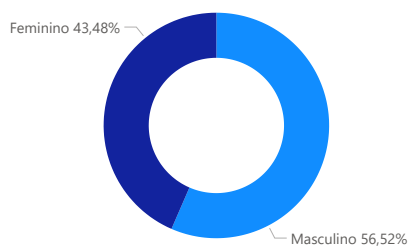


Anexos II

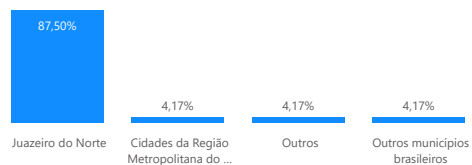
Dados socioeconômicos sobre crianças e adolescentes

Respondente: Tutor

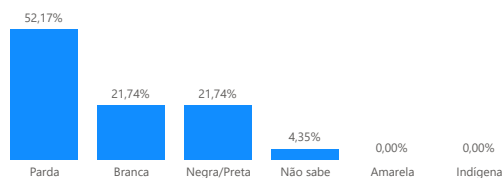
Sexo



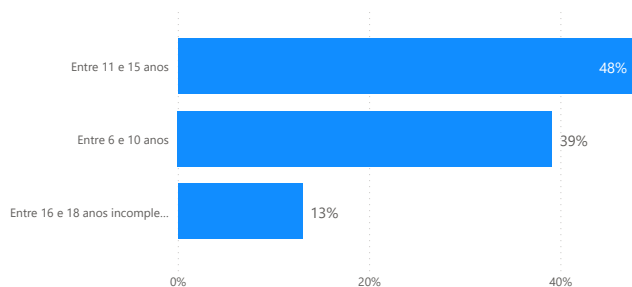
Naturalidade



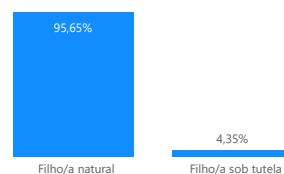
Cor declarada



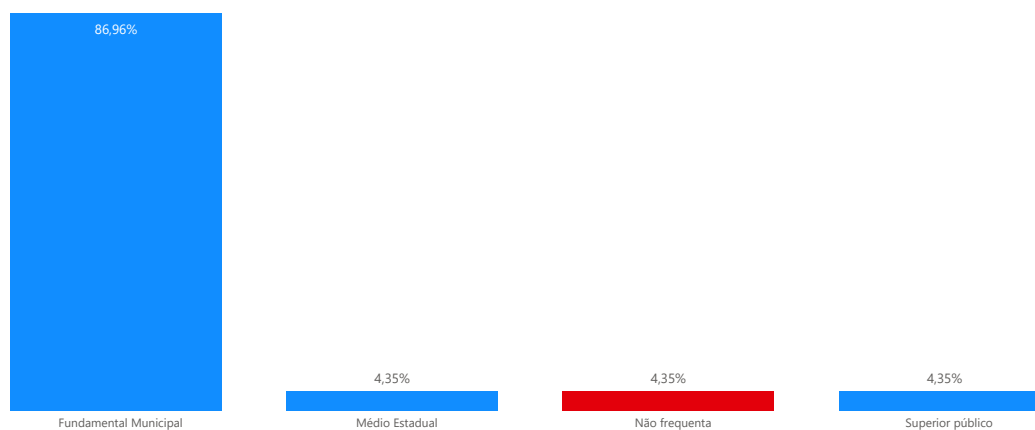
Idade



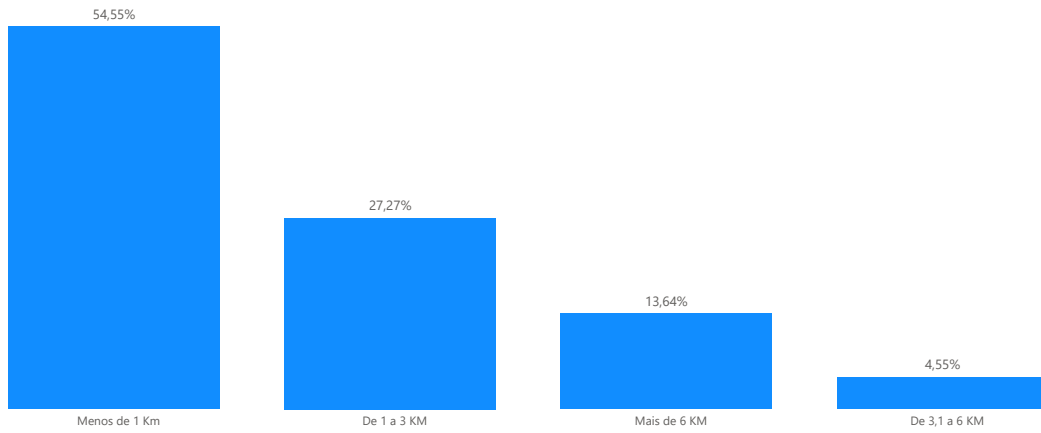
Colocação familiar



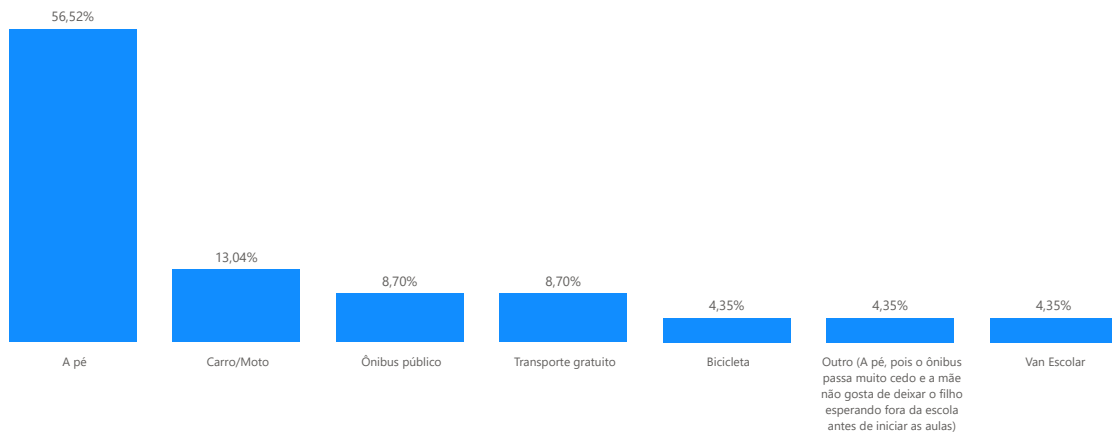
Frequenta qual nível de ensino?



Distância casa x escola

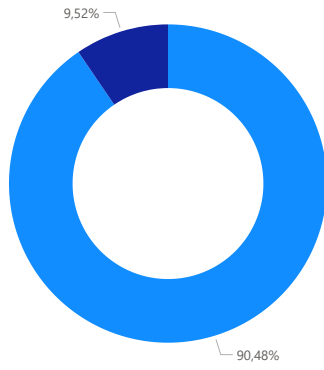


Meio de transporte para escola

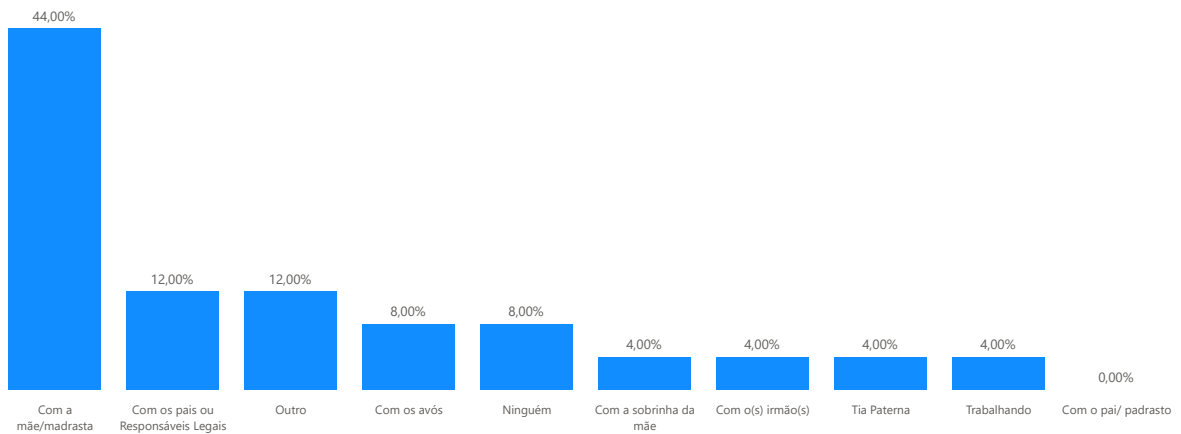


Trabalha?

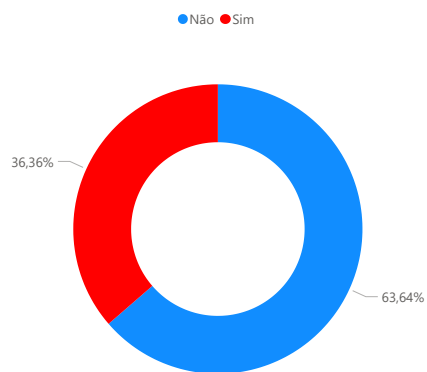
● Não ● Sim



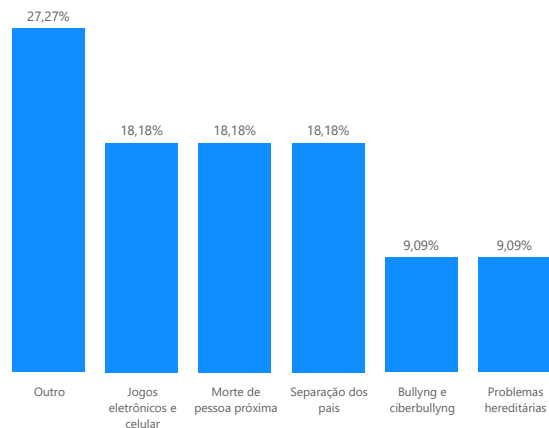
Com quem fica quando está fora da escola ou de atividades culturais e esporte?



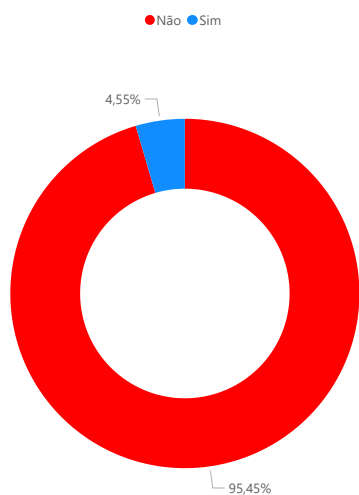
Passou por alguma mudança drástica de comportamento recentemente?



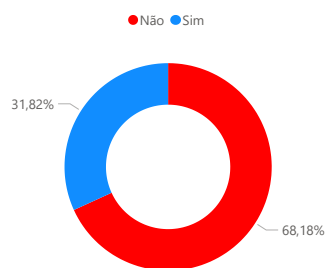
A que você atribui a mudança?



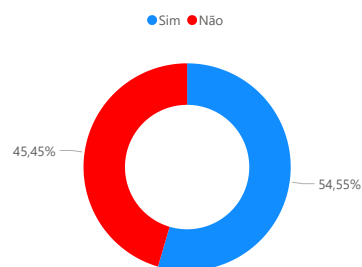
Possui Plano de Saúde?



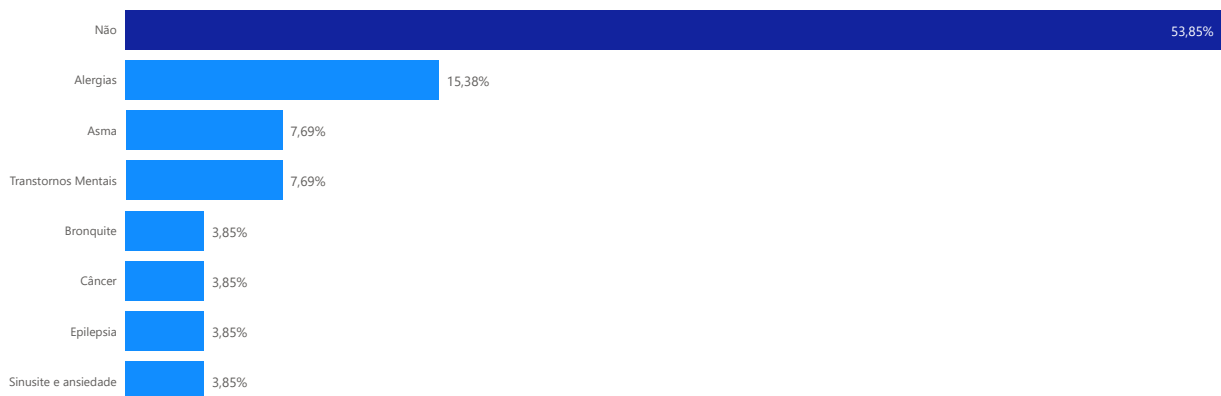
Consulta regularmente o médico?



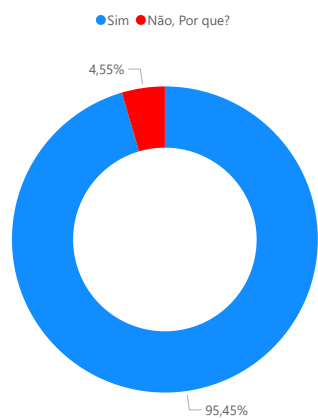
Consulta regularmente o dentista?



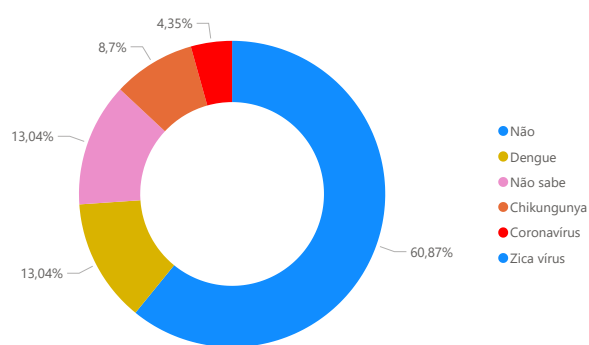
Possui alguma das doenças a seguir?



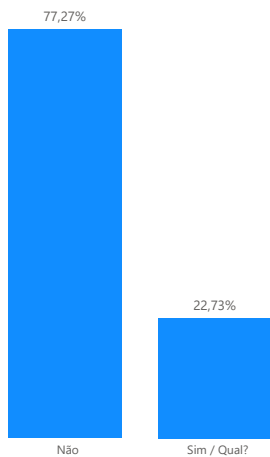
Está com a vacinação em dia?



Contraiu, no último ano, algum dos vírus a seguir?

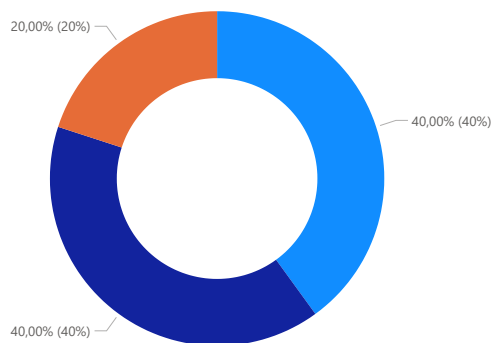


Faz uso contínuo de algum tipo de medicação?

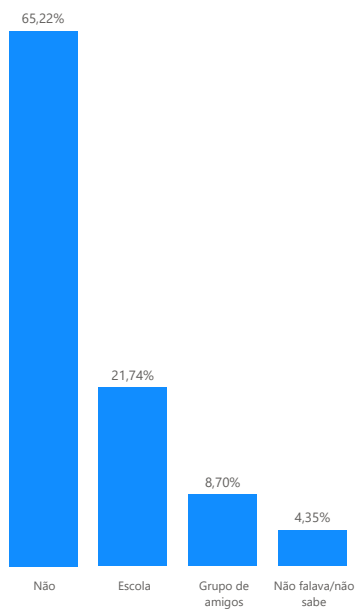


Como você consegue adquirir o medicamento?

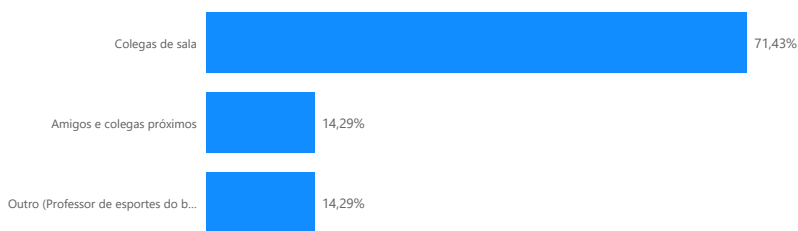
● Através da rede pública ● Comprando ● As vezes compra as vezes pega no posto



A criança/adolescente sofre/sofreu bullying/discriminação/preconceito em algum dos locais a seguir?

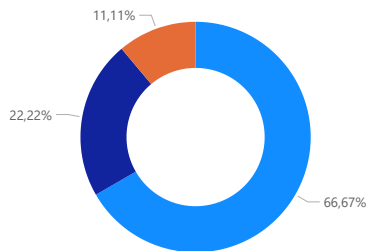


Quem é/foi o autor do bullying/discriminação/preconceito contra a criança/adolescente?

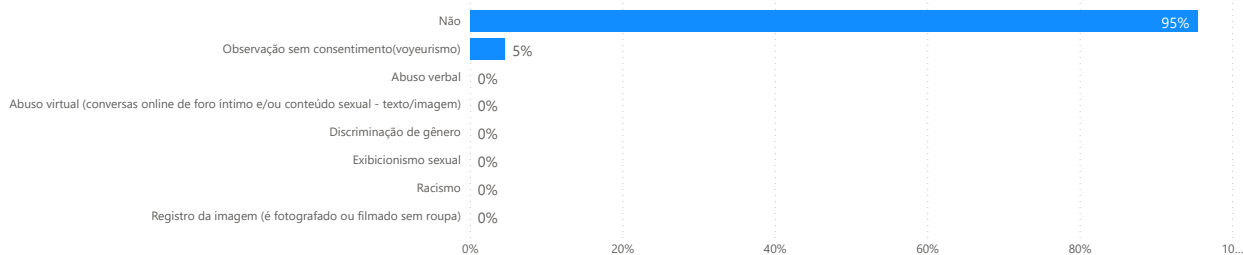


Que tipo?

● Bullying verbal ● Bullying físico ● Intimidação

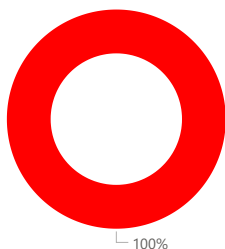


A criança/adolescente sofre com alguma das situações de abuso a seguir?



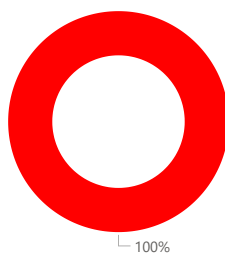
Quem é o autor desse abuso?

● Desconhecido



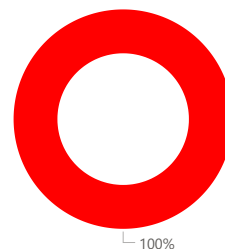
Foi feita alguma denúncia a respeito desse assédio?

● Não ● Sim



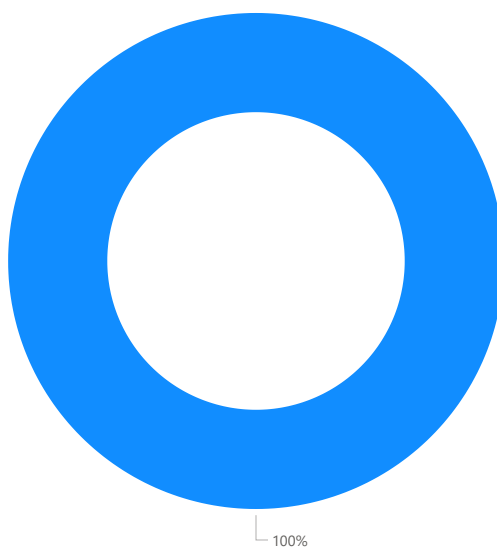
Se sim, onde ou a quem?

● Ignoradas ● Respondidas



A criança/adolescente teve iniciada a vida sexual?

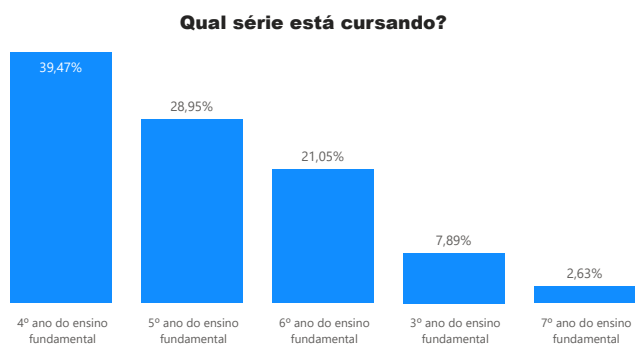
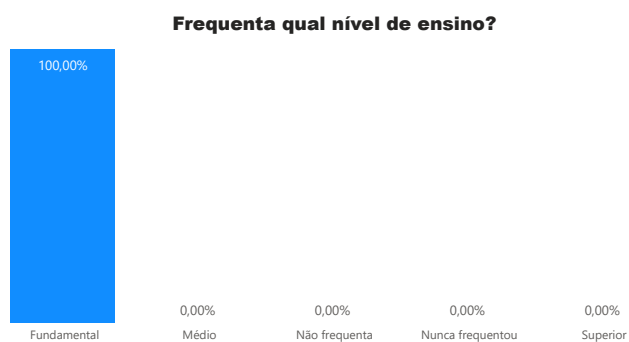
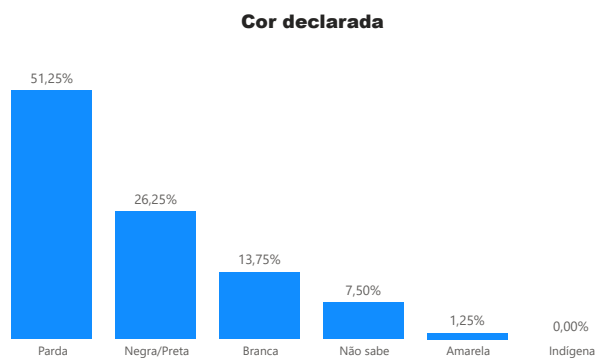
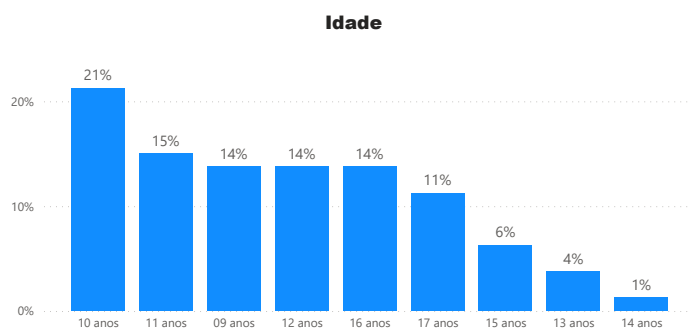
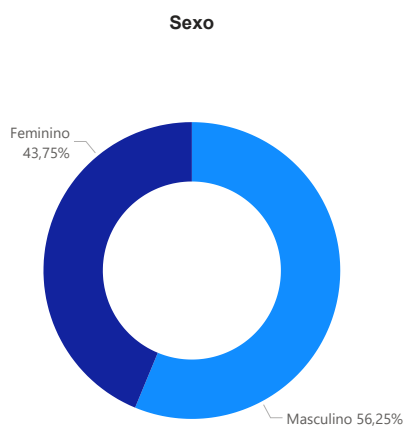
● Não ● Sim



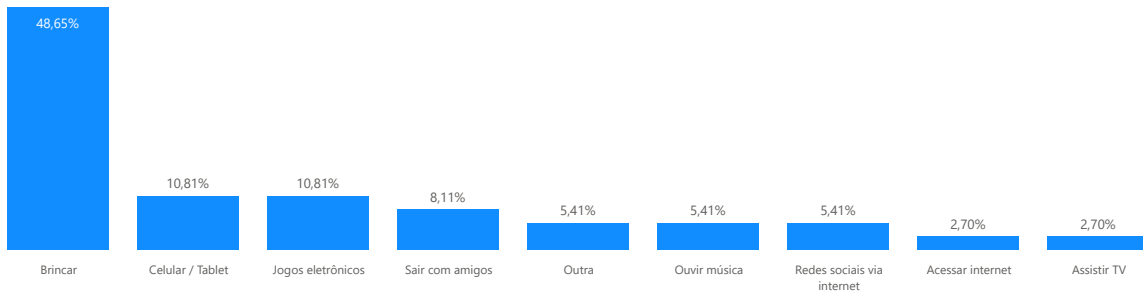
Anexos III

Dados socioeconômicos sobre crianças e adolescentes

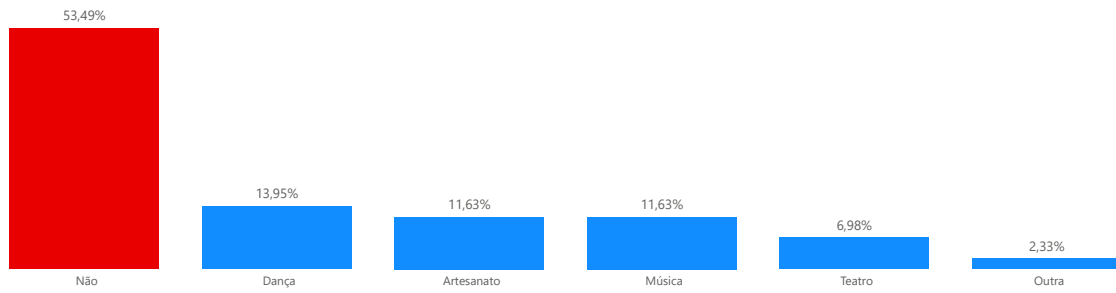
Respondente:
Tutorado



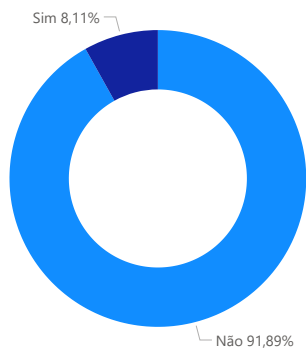
Principal atividade de lazer?



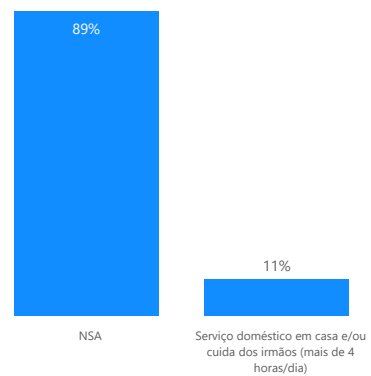
Pratica atividade cultural?



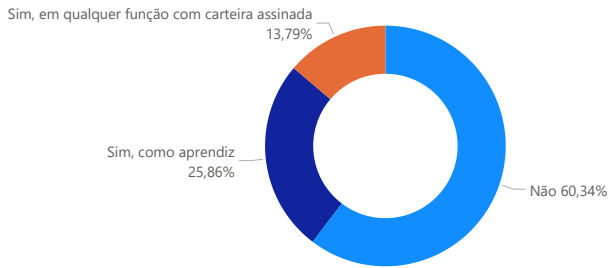
Trabalha atualmente?



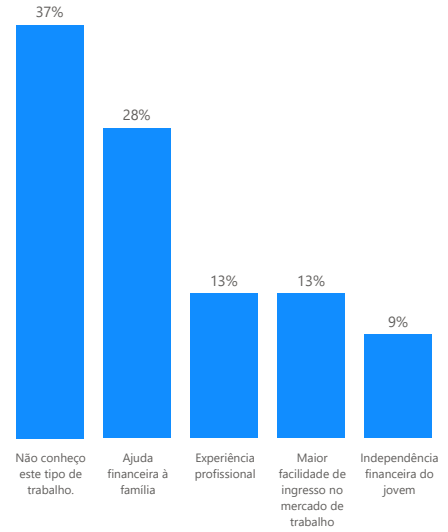
Onde trabalha?



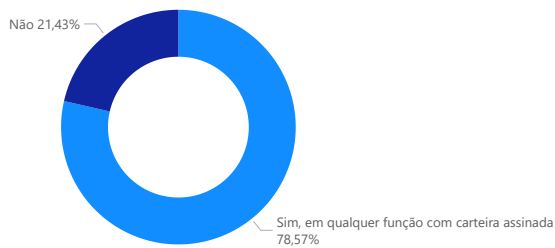
Tem conhecimento de que o adolescente pode trabalhar legalmente?



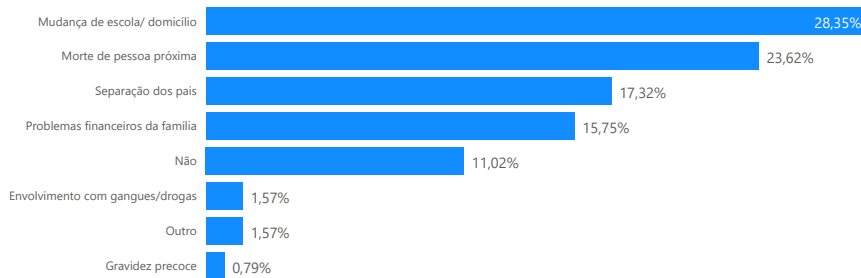
O que você considera mais importante no trabalho do aprendiz?



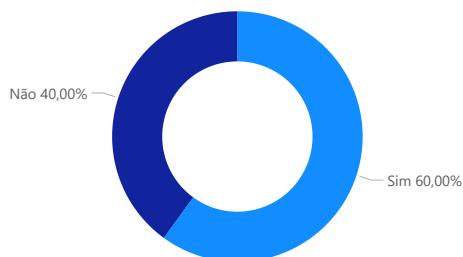
Se tiver oportunidade, gostaria de trabalhar como aprendiz?



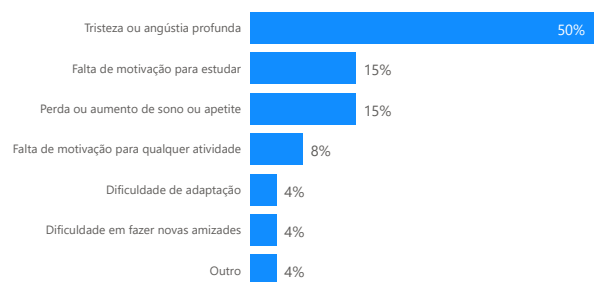
Você passou por alguma das situações a seguir?



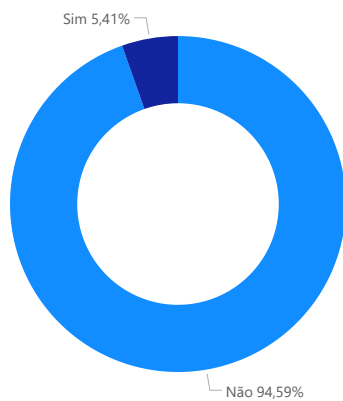
Essa situação/acontecimento está te prejudicando de alguma maneira?



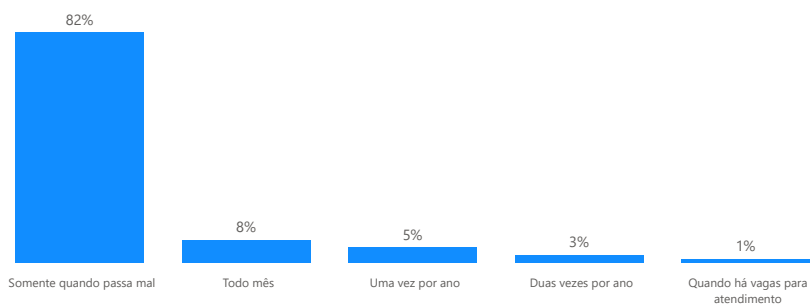
Se sim, por qual dificuldade você está passando?



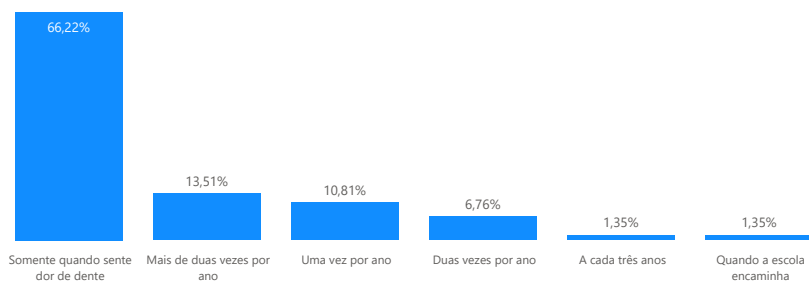
Cumpra medida socioeducativa de corrente de ato infracional?



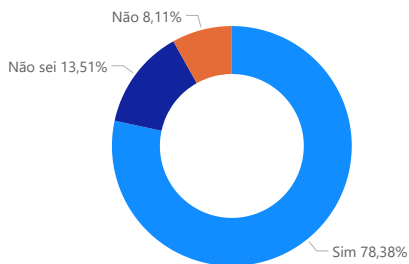
Com que frequência você costuma ir ao médico?



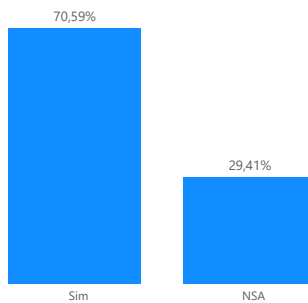
Com que frequência você costuma ir ao dentista?



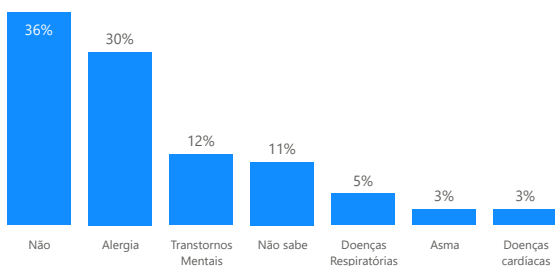
Sua vacinação está em dia?



Faz uso de algum tipo de medicação de uso contínuo?

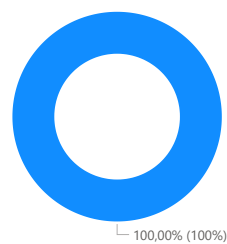


Você possui alguma das doenças abaixo

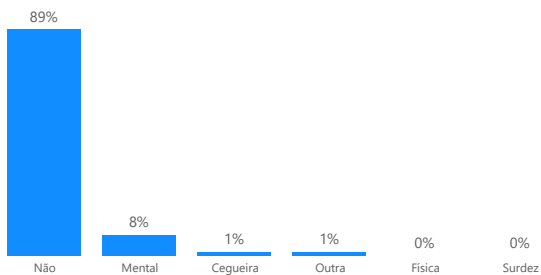


Como consegue adquirir essa medicação?

● Através da rede pública

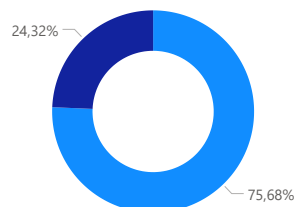


Possui algum tipo de necessidade especial listada a seguir?

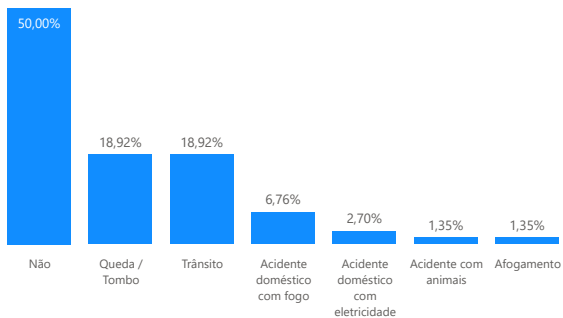


Houve alguma sequela?

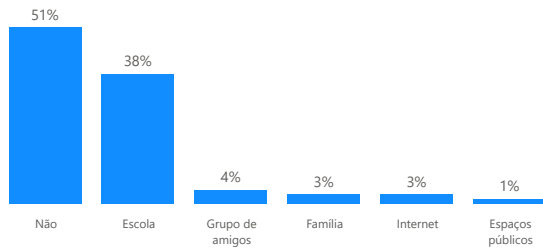
● Não ● Sim



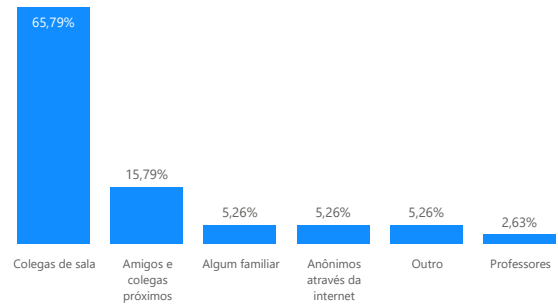
Já sofreu algum acidente grave dos listados a seguir?



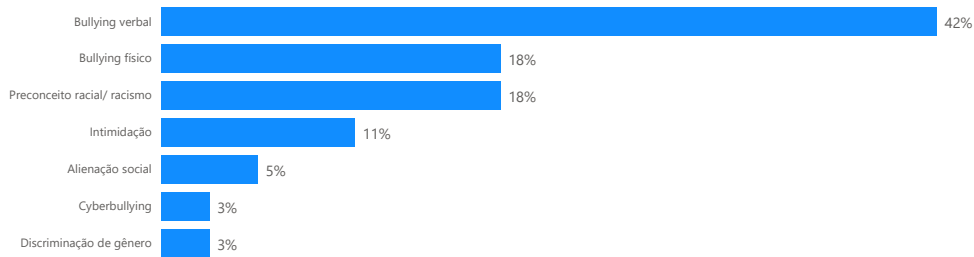
Você sofre bullying/preconceito/discriminação em algum dos locais a seguir?



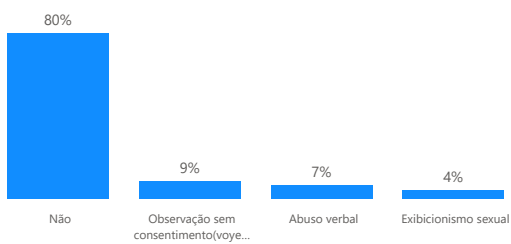
Quem é o autor do bullying/preconceito/discriminação?



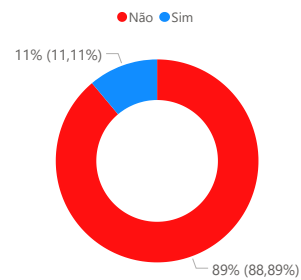
Que tipo de bullying/preconceito/discriminação?



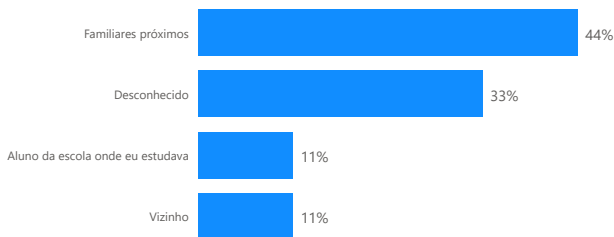
Você sofre ou já sofreu com alguma das situações de abuso sexual a seguir?



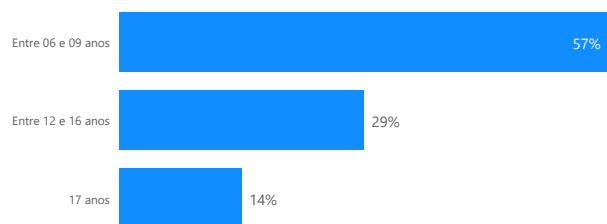
Foi feita alguma denúncia a respeito desse assédio?



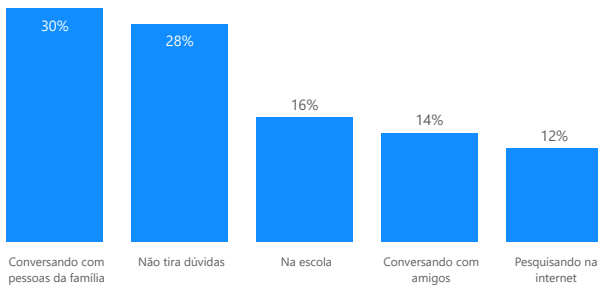
Quem é ou foi o autor desse assédio?



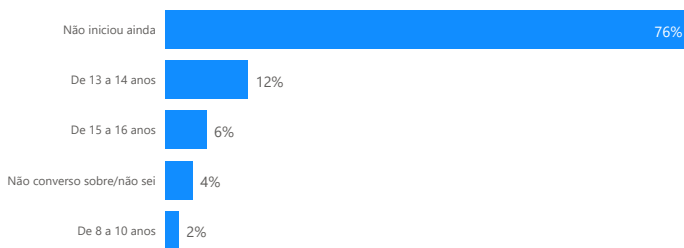
Desde qual idade você sofre com esse assédio?



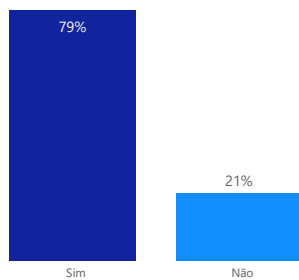
Como você tira suas dúvidas sobre sexualidade?



Com que idade se deu, sua primeira relação sexual?



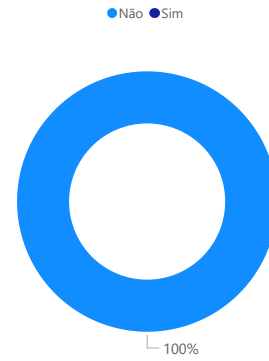
Você sabe o que são drogas?



Como você se informa sobre drogas?



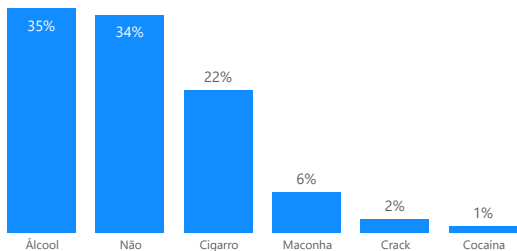
Você tem filho(s)?



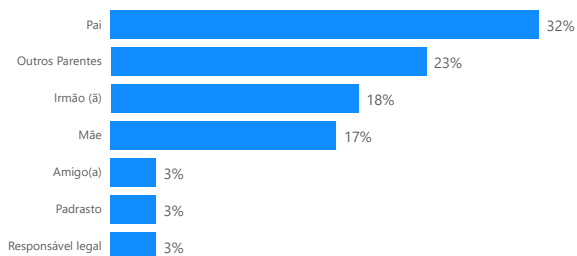
Quais são as drogas que você conhece ou já ouviu falar?



Alguém em sua casa faz uso de alguma das substâncias a seguir? Se necessário, pode marcar mais de uma.



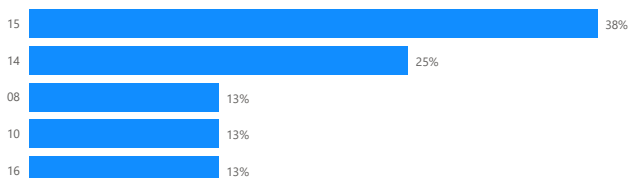
Quem? Marque todas que se aplicam



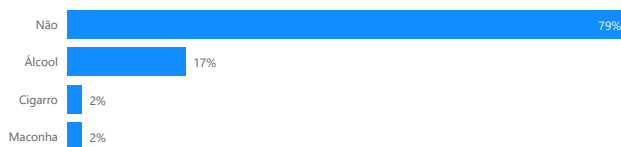
Onde você iniciou o uso desta(s) substância(s)?



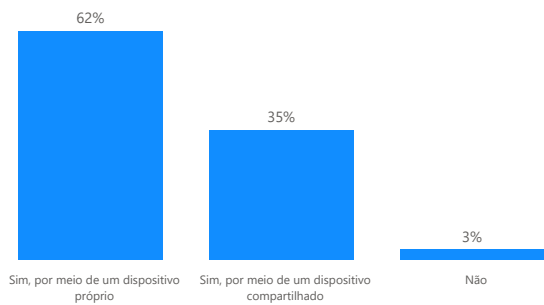
Com qual idade você iniciou o uso desta(s) substância(s)?



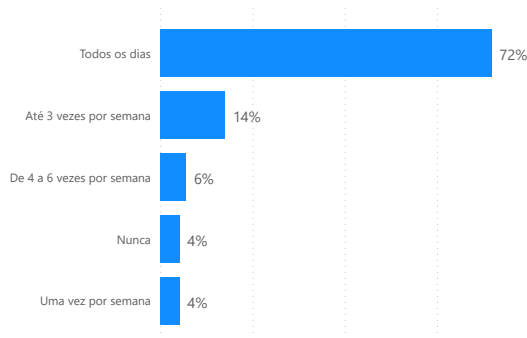
E você, faz uso de alguma das substâncias a seguir?



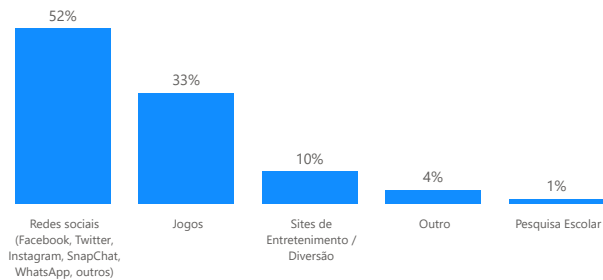
Você tem acesso à internet? (Celular, Tablet, Computador)



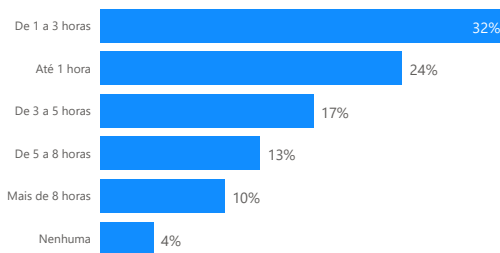
Com que frequência você acessa a internet?



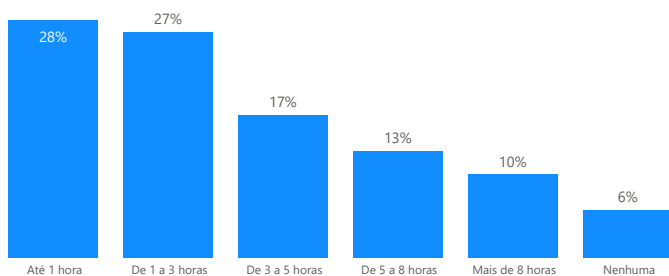
Que tipo de conteúdo normalmente você acessa?



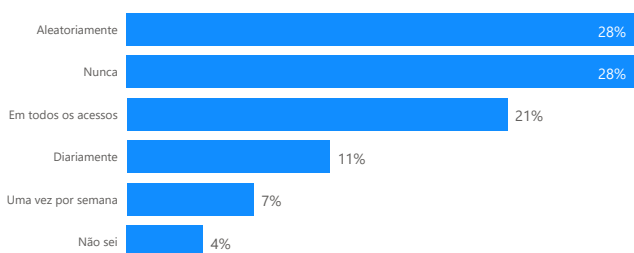
Com que frequência você acessa a internet?



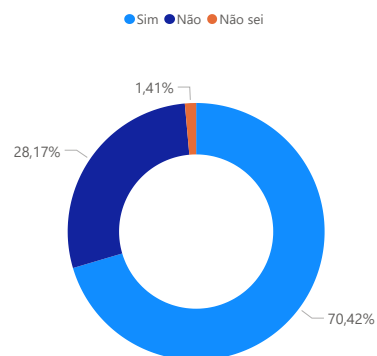
Quantas horas por dia você utiliza eletrônicos (Celular, Tablet, outros)?



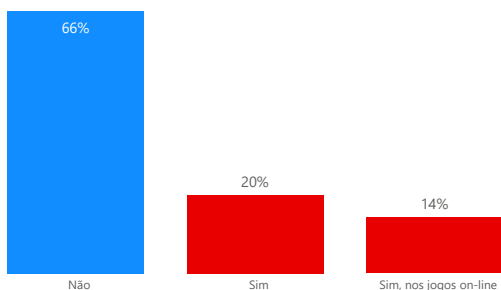
Com que frequência?



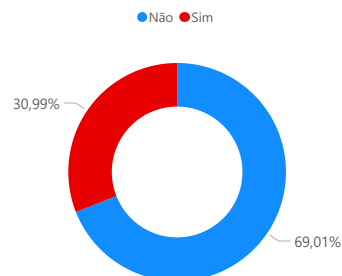
Algum responsável verifica sua navegação na internet?



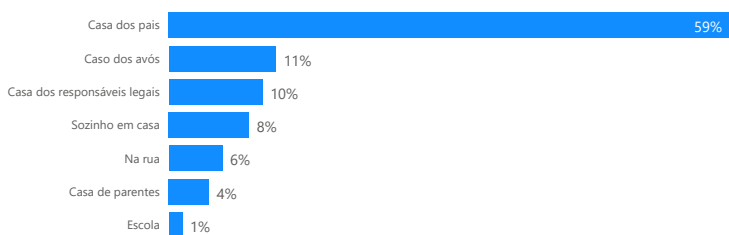
Você tem o costume de frequentar salas de bate papo ou conversar com pessoas desconhecidas pela internet?



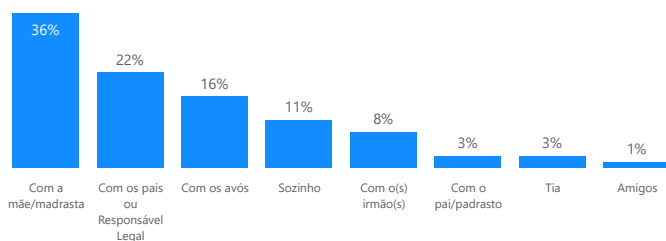
Você conhece alguma criança ou adolescente que já se encontrou com pessoas que conheceu pela internet?



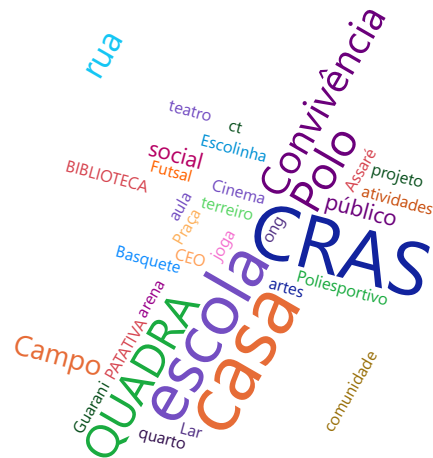
Onde fica quando não está na escola ou realizando atividades culturais e de esporte?



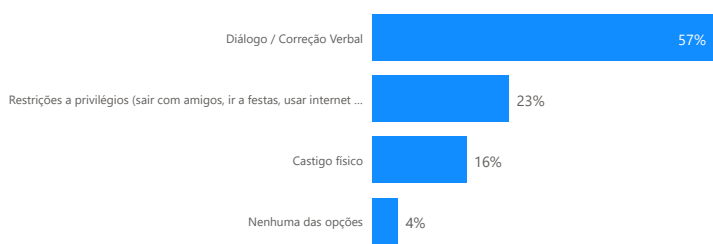
Com quem fica quando está fora da escola ou de atividades culturais e esportivas?



Onde você realiza atividades culturais e/ou esportivas?



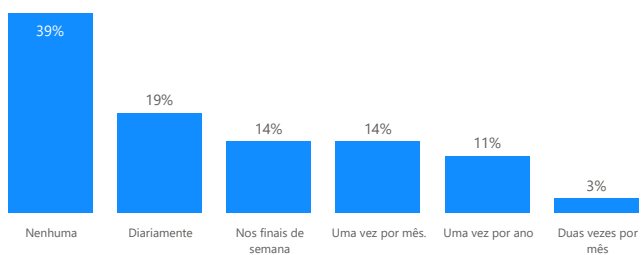
Como é realizada a sua disciplina na sua casa?



Quais atividades culturais e/ou esportivas você gostaria de participar/praticar?



Para situação de pais separados: Com que frequência você se encontra com o pai/mãe que está morando em outra casa?



Realização:



*Secretaria Municipal
de Desenvolvimento
Social e Trabalho*



PREFEITURA DE
**JUAZEIRO
DO NORTE**